

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DOS SISTEMAS BÁSICOS DE PRODUÇÃO FAMILIAR RURAL DO ESTADO DO ACRE - ASPF, PERÍODO 1996/2006



Coordenação
Prof. Dr. Raimundo Cláudio Gomes Maciel



Edufac
2011

Coordenação
Prof. Dr. Raimundo Cláudio Gomes Maciel

**DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DOS
SISTEMAS BÁSICOS DE PRODUÇÃO FAMILIAR
RURAL DO ESTADO DO ACRE - ASPF,
PERÍODO 1996/2006**



**Edufac
2011**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE – UFAC

REITORA: OLINDA BATISTA ASSMAR
VICE-REITOR: PASCOAL TORRES MUNIZ
PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO: FRANCISCO ANTONIO SARAIVA DE FARIAS
PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO: FRANCISCO EULÁLIO ALVES DOS SANTOS
PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO: RENILDO MOURA DA CUNHA
PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS: JAIDER MOREIRA DE ALMEIDA
PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO: RUSLEYD MARIA MAGALHÃES DE ABREU
PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E CULTURA: GILBERTO FRANCISCO DALMOLIN

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE / Edufac

DIRETOR
JOSÉ IVAN DA SILVA RAMOS

CONSELHO EDITORIAL
ANTONIETA BURITI DE SOUZA HOSOKAWA, ARMANDO MUNIZ CALOURO, ENOCK DA SILVA PESSOA,
GISELA MARIA DE LIMA BRAGA PENHA, HENRIQUE SILVESTRE SOARES, JOÃO CARLOS DE SOUZA
RIBEIRO, JOSÉ IVAN DA SILVA RAMOS (PRESIDENTE), LEANDRO NERY DE OLIVEIRA, MANOEL
DOMINGOS FILHO, ORIVALDO FLORÊNCIO DE SOUZA, RENILDO MOURA DA CUNHA, SEBASTIÃO
ELVIRO DE ARAÚJO NETO, SÍLVIO SIMIONE DA SILVA, VINÍCIUS MENANDRO EVANGELISTA DE SOUZA.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVA
ORMIFRAN PESSOA CAVALCANTE

REVISORA
LUCIANA MARINO DO NASCIMENTO

DIAGRAMAÇÃO
FABIANO AZEVEDO

CAPA
EQUIPE DO PROJETO ASPF

IMPRESSÃO
GRÁFICA DOIS IRMÃOS

PROIBIDA REPRODUÇÃO DESTA OBRA, POR QUALQUER MEIO, SEM AUTORIZAÇÃO POR ESCRITO DA Edufac.

DIREITOS EXCLUSIVOS PARA ESTA EDIÇÃO:
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE – Edufac
CAMPUS DA UFAC DE RIO BRANCO, BR 364, KM 4
DISTRITO INDUSTRIAL - RIO BRANCO-AC CEP: 69915-900
FONE: (68) 3901- 2568, E-MAIL: edufac@ufac.br

Editora Afiliada:

Feito Depósito Legal



**Associação Brasileira
das Editoras Universitárias**

Coordenação
Prof. Dr. Raimundo Cláudio Gomes Maciel

**DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DOS
SISTEMAS BÁSICOS DE PRODUÇÃO FAMILIAR RURAL DO
ESTADO DO ACRE - ASPF, PERÍODO 1996/2006**



**Edufac
2011**

UFAC, 2011.

MACIEL, Raimundo Cláudio Gomes (Org.). **Diagnóstico socioeconômico dos sistemas básicos de produção familiar rural do estado do Acre (ASPF): período 1996/2006.** Rio Branco: Edufac, 2011. 150p.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Ufac.

D536d

Diagnostico Socioeconômico dos Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural do Estado do Acre - ASPF, período 1996/2006. Coordenação de: Raimundo Cláudio Gomes Maciel --- Rio Branco: Edufac, 2011.
151p.

ISBN: 978-85-98499-77-2
Inclui bibliografia.

1. Agricultura familiar - Acre. 2. Avaliação socioeconômica - Produção rural - Acre. 3. Sistemas de produção - Acre. 4. Produção familiar rural - 1996/2006 - Acre. I. Maciel, Raimundo Cláudio Gomes.

CDD: 338.1098112
CDU: 338.431(811.2)

DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO DA PRODUÇÃO FAMILIAR RURAL NO ESTADO DO ACRE

REALIZAÇÃO E EXECUÇÃO:

- Projeto ASPF - Análise Socioeconômica de Sistemas de Produção Familiar Rural no Estado do Acre / Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas/UFAC.
- Instituto IMPACTO de Pesquisas Econômicas e Sociais Aplicadas do Acre.

EQUIPE DO PROJETO ASPF

NOME	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	ÓRGÃO
Raimundo Cláudio G. Maciel	Economista/Dr.	Coordenador	UFAC
Carlos A. Franco da Costa	Economista/Dr.	Sub-coordenador	UFAC
Orlando S. da Costa Filho	Economista/Msc	Profº/Pesquisador	UFAC
José Fernandes do Rêgo	Economista/Msc	Consultor	PMRB
Robinson A. da R. Braga	Economista/Esp	Profº/Pesquisador	UFAC
Gardênia de Oliveira Sales	Economista/Msc	Pesquisadora	UFAC
Alexandre Manuel Lopez	Mestrando	Entrevistador	UFAC/Economia
Ana Claudia Felix Rossetto	Graduanda	Entrevistadora	UFAC/Economia
Ana Paula Lira Lima	Graduanda	Entrevistadora	UFAC/Economia
Cleison Rodrigues da Silva	Graduando	Bolsista/Entrevistador	UFAC/Economia
Cristina Cardoso Vilauba	Graduanda	Entrevistadora	UFAC/Economia
Dayane de Freitas Barbosa	Graduanda	Bolsista/Entrevistadora	UFAC/Economia
Eliezer Gomes Viana Neto	Graduando	Bolsista/Entrevistador	UFAC/Economia
Felipe Diniz Leite	Graduando	Bolsista/Entrevistador	UFAC/Economia
Gustavo Yuri Reis da Silva	Graduando	Bolsista/Entrevistador	UFAC/Economia
Jackson de Souza Januário	Graduando	Entrevistador	UFAC/Economia
Jeísa Acióle da Costa	Economista	Bolsista/Entrevistadora	UFAC/Economia
Karla Nikitenko Braga	Graduanda	Bolsista	UFAC/ Sist. de Inf.
Keyze Pritih da Costa Campos	Graduanda	Bolsista/Entrevistadora	UFAC/Economia
Machael Bezerra de Lima	Graduando	Bolsista/Entrevistador	UFAC/Economia
Ogirley Ripardo da Rocha	Graduando	Bolsista/Entrevistador	UFAC/Economia
Patricia Melo Smangoszevski	Graduanda	Bolsista/Entrevistadora	UFAC/Economia
Plínio Mendonça Alexandrino	Graduando	Entrevistador	UFAC/Economia
Priciane Braúna de Araújo	Graduanda	Entrevistador	UFAC/Economia
Rodrigo da Costa Batista	Graduando	Bolsista/Entrevistador	UFAC/Economia
Sidney M. de Azevedo	Economista	Entrevistador	UFAC/Economia
Valcimar Meireles da Costa	Economista	Entrevistador	UFAC/Economia
Valdeci A. Gusmão Júnior	Graduando	Bolsista	UFAC/ Sist. de Inf.
Valdenir C. Gomes de Melo Jr.	Graduando	Bolsista/Entrevistador	UFAC/Economia
Vanessa Silva Soares	Graduanda	Entrevistadora	UFAC/Economia
Wayne Alves Viana	Economista	Entrevistador	UFAC/Economia
Wilian da Silva Fernandes	Graduando	Entrevistador	UFAC/Economia
Wilson N. de Albuquerque	Graduando	Entrevistador	UFAC/Economia

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Vale do Acre	31
Figura 2 - Composição das famílias por faixa etária, Vale do Acre, 2005/2006, Acre – Brasil.....	36
Figura 3 - Composição das famílias por idade e sexo, Vale do Acre, 2005/2006, Acre – Brasil.....	37
Figura 4 – Composição das famílias por idade e sexo, Vale do Acre, Sistema Extrativista, 2005/2006, Acre – Brasil	37
Figura 5 - Composição das famílias por idade e sexo, Vale do Acre, Sistema Agrícola, 2005/2006, Acre – Brasil.....	38
Figura 6 - Composição das famílias por idade e sexo, Vale do Acre, Sistema Agroflorestal, 2005/2006, Acre – Brasil	38
Figura 7 – Situação das Vulnerabilidades das Famílias, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil.....	40
Figura 8 – Educação Formal por faixa etária, Vale do Acre, 2005/2006, Acre – Brasil..	41
Figura 9 – Educação Formal por faixa etária, Vale do Acre, Sistema Extrativista, 2005/2006, Acre – Brasil.....	42
Figura 10 – Educação Formal por faixa etária, Vale do Acre, Sistema Agrícola, 2005/2006, Acre – Brasil.....	43
Figura 11 – Educação Formal por faixa etária, Vale do Acre, Sistema Agroflorestal, 2005/2006, Acre – Brasil.....	44
Figura 12 – Percentual de famílias que tem algum membro que recebeu treinamento e capacitação, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil.....	45
Figura 13 – Principais tipos de Treinamentos ou Capacitações recebidos por atividade, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil	46
Figura 14 – Principais profissões relatadas por UPF, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil.....	47
Figura 15 – Ocorrência de doenças por UPF's (%), Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil	48
Figura 16 – Principais doenças relatadas, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil	49
Figura 17 – Principais doenças crônicas, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil	49
Figura 18 – Local de tratamento de doenças, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil	50
Figura 19 – Situação do Desenvolvimento Infantil por UPF (%), Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil.....	51
Figura 20 – Principais destinos do esgoto, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil.....	52
Figura 21 – Principais origens da água consumida, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil.	53
Figura 22 – Principais tratamentos da água consumida, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil.....	53

Figura 23 – Acesso a energia elétrica por UPF, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil.	54
Figura 24 – Ocorrência dos principais itens de bens duráveis por UPF (%), Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil.....	54
Figura 25 – Principais formas de acesso a terra, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil	55
Figura 26 – Percentual dos principais tipos de uso da terra, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil.....	56
Figura 27 – Índice mediano de Capitalização (IK) das UPF's, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre, Brasil	57
Figura 28 – Percentual de ocorrência de benfeitorias em mais da metade das UPF's, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre – Brasil.....	58
Figura 29 – Percentual de ocorrência de máquinas, equipamentos e ferramentas, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil.....	59
Figura 30 – Percentual de ocorrência de animais de trabalho, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil.....	60
Figura 31 – Percentual de ocorrência de insumos, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre – Brasil.....	61
Figura 32 – Percentual de UPF's que utilizaram algum tipo de crédito bancário, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil.....	62
Figura 33 – Percentual de ocorrência das principais linhas de créditos identificadas entre as UPF's financiadas, Vale do Acre, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil	63
Figura 34 – Principais linhas de exploração beneficiadas pelos financiamentos obtidos pelas UPF's, Vale do Acre, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil.....	63
Figura 35 – Relação entre Renda Bruta Total, Custo Total, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil. (Valores em R\$)	64
Figura 36 – Principais componentes do Custo Total (CT) mediano, por UPF, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil.....	65
Figura 37 – Ocorrência dos tipos de renda por UPF's (%), Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil.....	66
Figura 38 – Percentual de ocupação da força de trabalho familiar, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil.	67
Figura 39 – Percentual de famílias que tiveram algum membro se assalariando fora da UPF, Vale do Acre, Sistema Extrativista, Sistema Agrícola, Sistema Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre, Brasil.....	68
Figura 40 – Linha de Dependência do Mercado, Vale do Acre, 2005/2006, Acre - Brasil (em R\$).....	69
Figura 41 – Linha de Dependência do Mercado, Vale do Acre, Sistema Extrativista, 2005/2006, Acre – Brasil (em R\$).....	71
Figura 42 – Linha de Dependência do Mercado, Vale do Acre, Sistema Agrícola, 2005/2006, Acre – Brasil (em R\$).....	72

Figura 43 – Linha de Dependência do Mercado, Vale do Acre, Sistema Agroflorestal, 2005/2006, Acre – Brasil (em R\$).....	73
Figura 44 – Composição da Linha de Dependência do Mercado, Vale do Acre, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil.....	74
Figura 45 – Índice de Desenvolvimento Familiar Rural (IDF-R), Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil.....	85
Figura 46 – Índice de Desenvolvimento Familiar Rural (IDF-R) e seus componentes, Vale do Acre, 2005/2006, Acre - Brasil	86
Figura 47 – Composição do Índice de Desenvolvimento infantil (ID), Vale do Acre, Sistema Extrativista, Sistema Agroflorestal, Sistema Agrícola, 2005/2006, Acre - Brasil	87
Figura 48 – Percentual de UPF's que têm o dobro de vantagens em relação às desvantagens de ativos e capacitações competitivas, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil.....	88
Figura 49 – Principais desvantagens competitivas relatadas por UPF (%), Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil.....	89
Figura 50 – Principais Vantagens competitivas relatadas por UPF (%), Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil.....	89
Figura 51 – Mapa do Vale do Juruá	93
Figura 52 – Composição das famílias por idade e sexo, Vale do Juruá, 2006-2007, Acre - Brasil.....	98
Figura 53 – Composição das famílias por idade e sexo, Vale do Juruá, Sistema Agrícola, 2006-2007, Acre - Brasil	99
Figura 54 – Composição das famílias por faixa etária e sexo, Vale do Juruá, Sistema Extrativista, 2006-2007, Acre – Brasil	99
Figura 55 – Situação das vulnerabilidades das famílias, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006-2007, Acre - Brasil.....	101
Figura 56 – Educação formal por faixa etária, Vale do Juruá, 2006-2007, Acre - Brasil	102
Figura 57 – Educação Formal, Vale do Juruá, Sistema Agrícola, 2006-2007, Acre - Brasil.....	103
Figura 58 – Educação Formal, Vale do Juruá, Sistema Extrativista, 2006-2007, Acre - Brasil.....	103
Figura 59 – Percentual de UPF's que receberam no mínimo um treinamento e/ou capacitação, Vale do Juruá, Sistemas Extrativista e Agrícola, 2006/2007, Acre - Brasil	104
Figura 60 – Principais tipos de treinamento ou capacitação recebidos por atividade, Vale do Juruá, 2006-2007, Acre - Brasil	105
Figura 61 – Tipos de treinamento ou capacitação recebidos por atividade, Vale do Juruá, Sistema Agrícola, 2006-2007, Acre - Brasil	106
Figura 62 – Tipos de treinamento ou capacitação recebidos por atividade, Sistema Extrativista, 2006-2007, Acre - Brasil.....	106
Figura 63 – Principais profissões relatadas por UPF, Vale do Juruá, Sistemas Extrativista, Agrícola, 2006/2007, Acre - Brasil.....	107
Figura 64 – Ocorrência de doenças por UPF's, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006/2007, Acre - Brasil	108
Figura 65 – Principais doenças relatadas, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006-2007, Acre - Brasil.....	108

Figura 66 – Ocorrência de doenças crônicas por UPF (%), Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006-2007, Acre - Brasil.....	109
Figura 67 – Local de tratamento das doenças, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006-2007, Acre - Brasil.....	110
Figura 68 – Situação do Desenvolvimento Infantil, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativismo, 2006/2007, Acre - Brasil.....	111
Figura 69 – Principais destinos do esgoto, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006/2007, Acre - Brasil.....	112
Figura 70 – Principais origens da água consumida, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006/2007, Acre - Brasil.....	113
Figura 71 – Principais tratamentos para a água consumida, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006/2007, Acre - Brasil.....	113
Figura 72 – Acesso a energia elétrica por UPF (%), Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006/2007, Acre - Brasil.....	114
Figura 73 – Ocorrência de principais bens duráveis por UPF, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006-2007, Acre - Brasil.....	115
Figura 74 – Principais formas de acesso à terra, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006/2007, Acre – Brasil.....	116
Figura 75 – Principais usos da terra, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006/2007, Acre - Brasil.....	117
Figura 76 – Índice de Capitalização (IK) mediano das UPF's, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 1999/2001 e 2006/2007, Acre, Brasil.....	118
Figura 77 – Ocorrência percentual de capital fixo e circulante em mais da metade das UPF's, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 1999/2001 e 2006/2007, Acre - Brasil.....	119
Figura 78 – Percentual de ocorrência de máquinas equipamentos e ferramentas, Vale do Juruá, Sistemas Extrativista e Agrícola, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil.....	120
Figura 79 – Percentual de ocorrência de animais de trabalho, Vale do Juruá, Sistemas Extrativista e Agrícola, 1996/1997 e 2005/2006, Acre – Brasil.....	120
Figura 80 – Percentual de ocorrência de insumos, Vale do Juruá, Sistemas Extrativista e Agrícola, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil.....	121
Figura 81 – Percentual de UPF's que acessaram algum tipo de crédito bancário, Vale do Juruá, 1999/2001 e 2006/2007, Acre – Brasil.....	122
Figura 82 – Percentual de ocorrência das principais linhas de créditos identificadas entre as UPF's financiadas, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 1999/2001 e 2006/2007, Acre – Brasil.....	123
Figura 83 – Principais linhas de exploração beneficiadas pelos financiamentos obtidos pelas UPF's, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 1999/2001 e 2006/2007, Acre – Brasil.....	124
Figura 84 – Relação entre renda bruta total e custo total, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 1999/2001 e 2006/2007, Acre - Brasil (Valores em R\$).....	125
Figura 85 – Ocorrência dos tipos de renda por UPF's, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 1999/2001 e 2006/2007, Acre - Brasil.....	126
Figura 86 – Níveis de ocupação da força de trabalho familiar, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 1999/2001 e 2006/2007, Acre - Brasil.....	127
Figura 87 – Percentual de UPF's que tiveram algum membro se assalariando fora da UPF, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 1999/2001 e 2006/2007, Acre, Brasil.....	128

Figura 88 – Linha de Dependência do Mercado, Vale do Juruá, 2006-2007, Acre – Brasil (em R\$)	129
Figura 89 – Linha de Dependência do Mercado, Vale do Juruá, 1999/2001, Acre – Brasil (em reais).....	130
Figura 90 – Linha de Dependência do Mercado, Vale do Juruá, Sistema Extrativista, 2006-2007, Acre – Brasil (em R\$)	131
Figura 91 – Linha de Dependência do Mercado, Vale do Juruá, Sistema Extrativista, 1999/2001, Acre – Brasil (em R\$).....	131
Figura 92 – Linha de Dependência do Mercado, Vale do Juruá, Sistema Agrícola, 2006-2007, Acre – Brasil (em R\$).....	132
Figura 93 – Linha de Dependência do Mercado, Vale do Juruá, Sistema Agrícola, 1999/2001, Acre – Brasil (em R\$).....	133
Figura 94 – Composição da Linha de Dependência do Mercado, Vale do Juruá, 2006-2007, Acre - Brasil	134
Figura 95 – Índice de Desenvolvimento Familiar Rural (IDF-R), Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006/2007, Acre - Brasil.....	143
Figura 96 – Índice de Desenvolvimento Familiar Rural, Vale do Juruá, 2006-2007, Acre - Brasil	144
Figura 97 – Índice de Desenvolvimento Familiar Rural, Vale do Juruá, 2006-2007, Sistema Agrícola, Acre - Brasil.....	144
Figura 98 – Índice de Desenvolvimento Familiar Rural, Vale do Juruá, 2006-2007, Sistema Extrativista, Acre - Brasil	145
Figura 99 – UPF's com o dobro de vantagens em relação às desvantagens competitivas, Vale do Juruá, Sistemas Extrativista e Agrícola, 2006/2007, Acre - Brasil.....	146
Figura 100 – Desvantagens competitivas relatadas, Vale do Juruá, 2006-2007, Sistemas Agrícola e Extrativista, Acre - Brasil	147
Figura 101 – Vantagens competitivas relatadas, Vale do Juruá, 2006-2007, Sistemas Agrícola e Extrativista, Acre - Brasil	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População estimada dos municípios da região do Vale do Acre, 2004 – 2007	32
Tabela 2 – Produto Interno Bruto, para cada setor econômico, Acre, 2002-2005	33
Tabela 3 – Principais produtos por valor da produção, Vale do Acre, 1996-2006, Acre - Brasil, Valores em R\$1.000,00.....	34
Tabela 4 – Caracterização da População e Amostra pesquisadas no Vale do Acre, 2005/2006, Acre - Brasil	35
Tabela 5 – Evolução da Geração de Renda Bruta por Linha de Exploração, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre – Brasil.....	75
Tabela 6 – Evolução do desempenho econômico dos principais produtos, Vale do Acre, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil.....	78
Tabela 7 – Desempenho Econômico mediano por UPF, Vale do Acre, Sistema Extrativista, Sistema Agrícola, Sistema Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil.....	80
Tabela 8 – Indicadores de desigualdade de renda, Vale do Acre, Sistema Extrativista, Sistema Agrícola, Sistema Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil.....	82
Tabela 9 – Percentual de famílias por estrato de Nível de Vida (NV), em termos monetários, Vale do Acre, Sistema Extrativista, Sistema Agrícola, Sistema Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil. (em %)	84
Tabela 10 – População do município da região do Vale do Juruá -AC, 2007	94
Tabela 11 – Distribuição percentual da população por situação de domicílio, 2000, Acre - Brasil.....	94
Tabela 12 – Produto Interno Bruto, Vale do Juruá, 2005, Acre - Brasil	95
Tabela 13 – Principais produtos por sistema de produção, Vale do Juruá, 1996-2006, Acre - Brasil.....	96
Tabela 14 – Caracterização da população e amostra pesquisadas no Vale do Juruá.....	97
Tabela 15 – Geração de Renda Bruta por linha de exploração, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006/2007, Acre - Brasil	135
Tabela 16 – Desempenho econômico dos principais produtos, Vale do Juruá, 2006/2007, Acre - Brasil	138
Tabela 17 – Desempenho Econômico mediano por UPF, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006/2007, Acre - Brasil	139
Tabela 18 – Indicadores de Desigualdade de Renda, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006/2007, Acre – Brasil	141
Tabela 19 – Percentuais de Famílias por estrato de Nível de Vida, em termos monetários, em relação ao Salário Mínimo vigente, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006/2007, Acre - Brasil	142

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	17
INTRODUÇÃO.....	18
CARACTERIZAÇÕES DO ESTUDO	22
CARACTERIZAÇÕES DO ESTUDO – CONTINUAÇÃO	23
CARACTERIZAÇÕES DO ESTUDO – CONTINUAÇÃO	24
CARACTERIZAÇÕES DO ESTUDO – CONTINUAÇÃO	25
METODOLOGIA – PRINCIPAIS MEDIDAS DE DESEMPENHO ECONÔMICO	26
METODOLOGIA – PRINCIPAIS MEDIDAS DE DESEMPENHO ECONÔMICO (CONTINUAÇÃO).....	28
METODOLOGIA – PRINCIPAIS MEDIDAS DE DESEMPENHO ECONÔMICO (CONTINUAÇÃO).....	29
METODOLOGIA – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO FAMILIAR RURAL – IDF-R.....	30
METODOLOGIA – AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA	31
VALE DO ACRE – SOBRE A REGIÃO	31
VALE DO ACRE – PRODUTO INTERNO BRUTO	33
VALE DO ACRE – VALOR DA PRODUÇÃO	34
AMOSTRA DA PESQUISA.....	35
DADOS GERAIS DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS.....	36
SITUAÇÃO DA VULNERABILIDADE DAS FAMÍLIAS	40
SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO FORMAL	41
SITUAÇÃO DO CONHECIMENTO PROFISSIONAL E TRADICIONAL	45
SITUAÇÃO DO SETOR DE SAÚDE.....	48
SITUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....	51
SITUAÇÃO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS	52
SITUAÇÃO DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS.....	54
SITUAÇÃO DO ACESSO AOS RECURSOS NATURAIS	55
SITUAÇÃO DO CAPITAL DAS UNIDADES PRODUTIVAS FAMILIARES.....	57
SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO – RENDA BRUTA TOTAL <i>versus</i> CUSTO TOTAL.....	64
SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO – OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	67
SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO – LINHA DE REPRODUÇÃO FAMILIAR.....	69
SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO – GERAÇÃO DE RENDA BRUTA	75
SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO – PRINCIPAIS PRODUTOS	77
SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO ..	80
DESIGUALDADE DE RENDA.....	82
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO FAMILIAR RURAL (IDF-R) – RESULTADOS....	85
AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA - RESULTADOS.....	88
VALE DO ACRE - CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
VALE DO JURUÁ – SOBRE A REGIÃO.....	93
VALE DO JURUÁ - PRODUTO INTERNO BRUTO	95

VALE DO JURUÁ - VALOR DA PRODUÇÃO.....	96
AMOSTRA DA PESQUISA.....	97
DADOS GERAIS DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS.....	98
SITUAÇÃO DA VULNERABILIDADE DAS FAMÍLIAS	101
SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO FORMAL	102
SITUAÇÃO DO CONHECIMENTO PROFISSIONAL E TRADICIONAL	104
SITUAÇÃO DO SETOR DE SAÚDE.....	108
SITUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....	111
SITUAÇÃO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS	112
SITUAÇÃO DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS.....	114
SITUAÇÃO DO ACESSO AOS RECURSOS NATURAIS.....	116
SITUAÇÃO DO CAPITAL DAS UNIDADES PRODUTIVAS FAMILIARES.....	118
SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO – RENDA BRUTA TOTAL <i>versus</i> CUSTO TOTAL.....	125
SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO – OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	127
SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO – LINHA DE REPRODUÇÃO FAMILIAR.....	129
SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO – GERAÇÃO DE RENDA BRUTA ...	135
SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO – PRINCIPAIS PRODUTOS	137
SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO ...	139
DESIGUALDADE DE RENDA.....	141
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO FAMILIAR RURAL (IDF-R) - RESULTADOS	143
AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA - RESULTADOS.....	146
VALE DO JURUÁ - CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
BIBLIOGRAFIA.....	151

APRESENTAÇÃO

O Projeto de pesquisa intitulado “Análise Socioeconômica de Sistemas Básicos da Produção Familiar Rural no Estado do Acre”, denominado ASPF, foi criado em novembro de 1996, pelo Departamento de Economia da Universidade Federal do Acre (UFAC), atualmente em execução sob a égide do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA), tendo como objeto de pesquisa as áreas representativas da realidade socioeconômica familiar rural do estado do Acre.

A pesquisa surgiu da necessidade de mudanças nas políticas de desenvolvimento para a região amazônica. Contudo, tais mudanças deveriam estar baseadas em estudos sobre a importância sociocultural, ambiental e econômica da produção familiar rural, representada pelos produtores assentados nos três principais sistemas produtivos da região: extrativista, agrícola e agroflorestal.

No projeto ASPF foi desenvolvida uma metodologia específica e adequada à produção familiar rural no estado, considerando não somente os aspectos teóricos, mas, sobretudo, as ricas contribuições concedidas pelos produtores rurais dos sistemas de produção analisados.

O desenvolvimento dessas pesquisas gerou um imenso banco de dados sobre a produção familiar rural do estado, colocado à disposição da sociedade em geral. Tal riqueza de informações permitiu a elaboração de várias publicações, como artigos, monografias, dissertações e teses. Destarte, o projeto vem cumprindo sobremaneira com o seu papel de pesquisar e disseminar as informações socioeconômicas sobre a região de estudo.

**Prof. Dr. Raimundo Cláudio Gomes Maciel,
Coordenador do Projeto ASPF**

INTRODUÇÃO

O processo de ocupação econômica e demográfica da Amazônia, a partir do final da década de setenta, como se sabe, resultou na desagregação da atividade extrativista e em pesado ônus para as populações tradicionais: os seringueiros, os índios e os castanheiros. Foram imensos os danos econômicos, sociais e ambientais.

Os impactos sociais e ambientais suscitaram uma reação vigorosa, de um lado, dos seringueiros e índios, e de outro, dos movimentos ambientalistas, seja no Brasil, seja no exterior. Com a falência dos seringais tradicionais, uma importante parcela dos seringueiros se “autonomizou”, isto é, livrou-se do atrelamento pela dívida com os patrões seringalistas do “barracão”. De outra parte, a frente pioneira das empresas, das médias e grandes propriedades fundiárias se fez acompanhar de uma frente de expansão da agricultura familiar que, para se estabelecer, obrigou-se a uma violenta luta pela posse da terra contra a propriedade fundiária na Amazônia.

A intensidade e a violência desses conflitos na região e a organização do movimento social dos seringueiros levaram a uma reconsideração das políticas de desenvolvimento regional. Já no final da década de setenta, o governo federal sinalizou, timidamente, com uma restrição, que se tornaria inócua, de proibição de incentivos fiscais para áreas de floresta densa. No final da década de oitenta e início dos anos noventa, foram ensaiados passos mais convincentes: criou-se o IBAMA e o Programa Nossa Natureza. Como resultados da luta dos seringueiros, foram constituídos as Reservas Extrativistas (RESEXs) e os Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAEs). Mais recentemente, o governo federal instituiu “A Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal”, e a SUDAM aprovou o “Plano de Desenvolvimento da Amazônia”, para o período 1994/97, onde preconiza o desenvolvimento sustentável como a nova estratégia de desenvolvimento regional.

A força da organização dos seringueiros e a reorientação, ainda que tímida das políticas públicas, vieram reforçar a via extrativista de desenvolvimento na Amazônia Ocidental.

As reservas extrativistas e os projetos de assentamento agroextrativistas tornaram-se instrumentos reais para impulsionar uma economia baseada nas atividades extrativas e na organização familiar do trabalho nessa região. Contudo são imensas as

dificuldades para sua viabilização econômica. Os serviços de apoio econômico e social são quase inexistentes nas áreas de produção extrativista; é grande o atraso tecnológico e baixa a capacitação dos produtores.

Esse quadro tem servido para dar força ao agrarismo da frente pioneira que subestima o extrativismo, qualificando-o de intrinsecamente atrasado, e superestima a agropecuária como fator essencial do desenvolvimento das fronteiras econômicas nacionais, desconsiderando, entre outros fatores, os problemas socioambientais decorrentes desse tipo de atividade.

De outro lado, a pequena produção agrícola familiar das áreas de assentamento do INCRA experimenta os mais duros obstáculos para se consolidar nos moldes da chamada agricultura moderna. As condições edafo-climáticas, a infraestrutura e o mercado não favorecem o seu desenvolvimento. Assiste-se, na verdade, a um processo acelerado de reconcentração da propriedade da terra nessas áreas.

Assim, este estudo busca superar a carência de trabalhos e/ou pesquisas que situem a importância social, ambiental e cultural da produção extrativista familiar na Amazônia, e mostrem as condições de sua viabilidade econômica. É preciso considerar, sobretudo que, diante da perspectiva do êxodo para as cidades, já fustigadas pelo desemprego, a miséria e a marginalização, a persistência no extrativismo é uma alternativa razoável para o seringueiro. Nem a migração para a agricultura familiar do modelo da colonização oficial será uma alternativa vantajosa. Pouco se conhece, também, sobre as condições sócio-econômicas da agricultura de produção de grãos na Amazônia Ocidental, situada, principalmente, nos projetos de assentamento do INCRA.

Essas duas realidades unidas pelo caráter comum da organização familiar da produção praticam sistemas de produção distintos na base técnica e no enraizamento cultural. Ambos lutam contra as consequências do atraso. O extrativismo ensaia alguns passos na direção de uma forma específica de progresso técnico com a diversificação, o processamento local dos produtos, a organização da comercialização e o cooperativismo. A pequena produção agrícola, por sua vez, busca um novo sistema de produção com a produção agroflorestal.

Na Vila Nova Califórnia – RO, área limítrofe com o estado do Acre, agricultores do projeto de assentamento do INCRA, tiveram a bem sucedida experiência agroflorestal com o Projeto Econômico Consorciado Adensado – RECA, fundado no

cultivo de espécies frutíferas e silvícolas nativas, afastando-se, dessa forma, da agricultura migratória de produção de grãos.

Na região antes chamada de Vale do Acre, composta, atualmente, pelas regionais do Baixo Acre, Alto Acre e Alto Purus, são encontradas algumas ações, visando à melhoria da produção bem como a redução do impacto do homem sobre o meio ambiente, principalmente no município de Xapuri, em que se verifica um esforço na busca de inovação para o extrativismo.

Essas experiências apontam uma alternativa para os impasses do extrativismo tradicional e da agricultura familiar de subsistência. O caminho parece ser a busca de um sistema de produção neoextrativista, resultado da combinação racional do sistema extrativista familiar inovado, dos Sistemas Agroflorestais (SAFs), das Ilhas de Alta Produtividade (IAPs) e de uma atividade microagropecuária.

Nas regionais do Juruá e Tarauacá/Envira, antigo Vale do Juruá, a partir da pesquisa do ASPF, já se conhece ainda esforços consolidados nesse mesmo sentido. A economia desses locais assenta-se essencialmente no setor primário, destacando-se o extrativismo e a produção agrícola. Tanto a produção como a comercialização são prejudicadas, pois a assistência técnica fica muito aquém da demandada, e a infraestrutura é extremamente precária, com inexistência de estradas que as liguem ao principal centro consumidor do Acre – Rio Branco. Diante de todas essas dificuldades, evidencia-se a necessidade de estudos que demonstrem a realidade atual com seus principais problemas para que os órgãos competentes tomem as devidas medidas mediante políticas públicas para melhoria de vida daquelas populações tradicionais.

A pesquisa que ora se apresenta pretende justamente dar continuidade à contribuição do conhecimento sobre o desempenho microeconômico dos Sistemas de produção Extrativista, Agrícola e Agroflorestral desenvolvidos em todo o estado acreano retratando a evolução do referido desempenho para um período de uma década¹, observando-se a busca por correções para que se caminhe gradualmente na direção do sistema neoextrativista.

¹ Vale do Acre: 1996/1997 – 2005/2006; Vale do Juruá: 1999/2001 – 2006/2007;

Nas regionais do Baixo Acre, Alto Acre e Alto Purus – antiga região do Vale do Acre –, a primeira fase desse diagnóstico² foi realizado para o período de 1996-1997. Nas regionais de Tarauacá-Envira e Juruá – antiga região do Vale do Juruá –, o diagnóstico realizado refere-se ao período 1999/2000 (agricultura) e 2000/2001 (extrativismo). Os resultados dessa primeira fase foram fundamentais para subsidiar políticas públicas do atual governo do Estado relacionadas à reorientação das atividades agrícola e extrativista, tais como Ilhas de Alta Produtividade - IAPS, avaliação da Lei Chico Mendes de Subsídio à Borracha, planejamento econômico dos pólos agroflorestais, Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre, somando-se, ainda, o subsídio às monografias, teses de mestrado e doutorado; publicação de artigos, palestras e seminários. Entretanto, o diagnóstico da primeira fase alude à realidade de um período que apresentava determinadas condições de produção; e devido às variações dessas condições esta pesquisa fez um novo diagnóstico nos Sistemas de Produção Extrativista, Agrícola e Agroflorestal – considerando-se o período 2005/2006 para as regionais do Alto e Baixo Acre, além do Alto Purus, e 2006/2007 para as regionais de Tarauacá-Envira e Juruá.

Assim, apresenta-se um retrato de dois momentos históricos da atividade produtiva acreana, permitindo, assim, uma comparação com o período anterior e a identificação das mudanças ocorridas, considerando, principalmente, a aplicação das novas políticas públicas nas regiões citadas.

Na medida em que, para preservar o equilíbrio dos ecossistemas, se impõe na Amazônia a busca de formas de produção sustentáveis, esse procedimento de análise econômica e de planejamento da produção extrativista e de propostas alternativas poderá subsidiar a concepção de políticas governamentais de desenvolvimento sustentável para a região; também poderá orientar as decisões dos produtores extrativistas, agricultores e agrosilvicultores, no que concerne à gestão e replanejamento das suas unidades de produção. Sendo assim, a condução desta proposta só será possível por meio da integração entre os vários setores da sociedade (governo, universidades, organizações não-governamentais e comunidades).

² Ver Rego, Costa Filho e Braga (2003)

CARACTERIZAÇÕES DO ESTUDO

Objetivo geral – Realizar pesquisa de levantamento de dados primários e análise socio-econômica dos sistemas de produção familiar rural nas regiões do Vale do Acre e Vale do Juruá, no período de 2005/2006 e 2006/2007, respectivamente.

Objeto do Estudo
- O objeto da presente pesquisa é a produção familiar em áreas representativas da realidade socio-econômica rural do Estado do Acre.

Produção Familiar
É uma forma de organização social da produção na qual a própria família tem a posse dos meios de produção, além de engendrar o processo produtivo.

Objetivos Específicos:

- a) Proceder à análise econômica e comparar o desempenho dos três sistemas básicos de produção familiar da região, determinando os seus custos de produção e os resultados econômicos mediante metodologia específica de análise econômica da produção rural familiar, desenvolvida pelo projeto ASPF;
- b) Comparar os resultados obtidos na pesquisa do ASPF realizada para o período de 1996-1997, no Vale do Acre e 1999/2000 e 2000/2001, no Vale do Juruá com os resultados da atual pesquisa;
- c) Realizar a comparação dos sistemas de produção da região do Vale do Juruá com os do Vale do Acre, nos seus aspectos socioeconômicos e culturais;
- d) Levantar e analisar informações socio-culturais, que interagem com os sistemas de produção, acerca dos pequenos produtores agrícolas, extrativistas e agroflorestais;
- e) Gerar informações para subsidiar políticas governamentais de desenvolvimento sustentável, dirigidas para produção familiar.

Participação Comunitária

Todo o processo de pesquisa empreendido pelo projeto ASPF tem como caráter dominante a combinação do conhecimento científico com o conhecimento tradicional dos produtores rurais, tendo como principal exemplo a elaboração do questionário, que expressa a metodologia acadêmica desenvolvida bem como as discussões feitas com o próprio público-alvo das pesquisas.

CARACTERIZAÇÕES DO ESTUDO - CONTINUAÇÃO

Utiliza-se como referência para o levantamento das informações, o **calendário agrícola** da região, definido conjuntamente com as próprias comunidades estudadas, que se refere ao **período de maio de um ano a abril do ano seguinte** e que engloba o conjunto de atividades econômicas produtivas das famílias.

O levantamento das informações é realizado por **amostragem**. A **AMOSTRA** é definida a partir de três etapas:

- ✓ **Estratificação** da área de acordo com nível de desenvolvimento (alto, médio ou baixo), tendo como referência os critérios relativos aos volumes de produção, facilidade e qualidade de acesso, disponibilidade de infraestrutura e assistência técnica, além do grau de organização comunitária;
- ✓ Sorteio de metade dos **conglomerados** das áreas de estudo – ramais, no caso de áreas agrícolas, e, os seringais, no caso de áreas extrativistas – , tendo em vista a representatividade dentro de cada estrato definido.
- ✓ Por fim, dentro de cada conglomerado sorteado, foi realizada uma amostragem **aleatória simples**, sorteando-se 10% das unidades de produção, que fazem parte do objeto de estudo.

SISTEMA DE PRODUÇÃO

EXTRATIVISTA – é especificado pela predominância da combinação das atividades extrativas de borracha e castanha, associadas a uma Sistema Agrícola de subsistência complementar. **O processo técnico-material** de produção (funcionalidade) do componente extrativo consiste em entradas quase exclusivamente naturais, exceto o insumo de energia humana; e na saída dos produtos extrativos. A sua principal base produtiva é um ecossistema natural, de enorme riqueza e diversidade da comunidade de espécies, onde o trabalhador extrativista intervém com o propósito de atender às suas necessidades.

De outro lado, **o plano de manejo** é extremamente simples, consistindo basicamente na abertura e conservação do acesso às árvores, na operação de coleta e na coagulação ou defumação do látex. Ao manejar o ecossistema, o homem altera apenas superficialmente o seu dinamismo.

Somente no **subsistema de cultura** é que o Homem tem uma intervenção mais intensa, porém considerada a sua reduzida dimensão, não resulta em perturbação importante no ecossistema.

CARACTERIZAÇÕES DO ESTUDO - CONTINUAÇÃO

SISTEMA DE PRODUÇÃO AGROFLORESTAL

Compreende a associação de culturas perenes (espécies frutíferas nativas) e espécies florestais, constituindo um sistema do tipo silvoagrícola consorciado, com a intercalação eventual de culturas anuais alimentares e complementado ocasionalmente pela criação de animais.

Neste sistema observa-se uma **riqueza e diversidade** maior da comunidade de espécies do que nos sistemas de produção agrícola, porém menor que nos sistemas extrativistas. Supõe-se, portanto, uma alteração menos profunda na estrutura do sistema ecológico original do que nos sistemas agrícolas.

O **plano de manejo** é muito simples e o processo técnico-material de produção compreende a transformação principalmente de entradas naturais (energia solar, água da chuva e nutrientes resultantes da decomposição de restos vegetais depositados na superfície do solo) e da energia humana em frutas regionais destinadas ao mercado.

SISTEMA DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA – Consiste numa combinação de culturas anuais alimentares (arroz, feijão, milho e mandioca) com a criação de animais, principalmente bovinos, podendo ser caracterizado como um sistema de cultivo múltiplo.

Nesse sistema de produção, **a funcionalidade** é especificada por uma pequena entrada de insumos modernos, expressa no uso de defensivos e fertilizantes inorgânicos e pela contribuição dominante da energia humana. Estes *inputs*, associados às entradas naturais de energia solar, água das chuvas e nutrientes das cinzas, resultantes das queimadas, propiciam a produção de grãos, raízes, leite e carne. Aqui, a riqueza e a diversidade da comunidade de espécies são inferiores em relação aos outros sistemas (extrativista e Sistema Agroflorestal).

Organizado na forma de produção familiar, o sistema de produção agrícola caracteriza-se por um grande dispêndio de força de trabalho humana pelo uso, ainda limitado, de insumos modernos e baixa eficiência econômica. O plano de manejo é, por consequência, bastante simplificado. Além disso, este é o sistema que mais altera a estrutura do sistema ecológico.

CARACTERIZAÇÕES DO ESTUDO - CONTINUAÇÃO

Linha de Dependência do Mercado

A produção familiar rural depende parcialmente do mercado para a aquisição de produtos ou bens e serviços necessários à sua manutenção, especialmente biológica, pois parte de suas necessidades de consumo são satisfeitas com o autoconsumo, e o restante é comprado no mercado. Assim, define-se como linha mínima de reprodução familiar os valores medianos gastos com o consumo no mercado, adicionados pelas compras relacionadas à reposição do capital fixo (máquinas, equipamentos, ferramentas, benfeitorias etc.) disponível para a manutenção dos meios de produção existentes.

METODOLOGIA – PRINCIPAIS MEDIDAS DE DESEMPENHO ECONÔMICO

Renda Bruta (RB): valor da produção destinada ao mercado.

Renda Bruta Total (RBT): somatório da Renda Bruta (RB) da produção com a renda oriunda das transferências de renda (bolsa escola, família etc.) e do assalariamento fora da UPF. A RBT é calculada para o conjunto da UPF e dos membros da família.

Renda Líquida (RL): é o valor excedente apropriado pela unidade de produção familiar, ou seja, a parte do valor do produto que fica com a unidade de produção familiar após serem repostos os valores dos meios de produção, dos meios de consumo e dos serviços (inclusive salários) prestados à produção. A renda líquida é o primeiro indicador de eficiência econômica e das possibilidades de reprodução da unidade de produção familiar. Se $RL \geq 0$ a unidade de produção familiar se reproduz sem afetar o seu patrimônio. Se $RL < 0$ a unidade de produção familiar só se reproduz com perda de patrimônio.

A ANÁLISE ECONÔMICA compreende a determinação de custos e de resultados econômicos (medidas de resultado econômico: resultados brutos, resultados líquidos e medidas de eficiência ou de relação) de cada sistema de produção no ciclo da produção (o chamado "ano agrícola"), a interpretação dos resultados, a identificação das causas de insuficiências de desempenho e a proposta de correções.

METODOLOGIA

Para fazer a avaliação socioeconômica da produção familiar rural da região de estudo, trabalha-se com uma metodologia adequada e específica a este tipo de produção, que está sendo consolidada nos últimos 11 anos pelo projeto de pesquisa denominado “Análise Econômica de Sistemas de Produção Familiar Rural no Estado do Acre” - ASPF.

Assim, para a consecução dos objetivos da pesquisa, buscou-se trabalhar a metodologia a partir de indicadores e índices socioeconômicos que, por um lado, levem em consideração as peculiaridades da região de estudo e, por outro, sirvam como parâmetros para relacionar as diversas regiões e determinadas formas de organização produtiva dos produtos comercializados, comparando-as entre si e indicando as prioridades de atuação para um efetivo desenvolvimento socioeconômico sustentável.

- A metodologia completa está disponível em: ASPF (2009)

Lucro da Exploração (LE): é o chamado lucro puro. É a fração da renda bruta que fica disponível após o produtor ter pagado todos os custos reais, de ter atribuído as remunerações julgadas normais (custos de oportunidade) aos fatores utilizados, mas não pagos: o seu próprio trabalho (executivo e gerencial), o trabalho familiar, os seus próprios capitais; e de ter reservado determinada quantia para fazer frente a prováveis riscos. Indica as possibilidades de acumulação da unidade de produção familiar.

METODOLOGIA – PRINCIPAIS MEDIDAS DE DESEMPENHO ECONÔMICO (CONTINUAÇÃO)

Margem Bruta Familiar (MBF): é o resultado líquido específico e próprio para indicar o valor monetário disponível para a subsistência da família, inclusive uma eventual elevação do nível de vida, se o montante for suficiente. Em situações favoráveis, poderá ser suficiente para ressarcir custos fixos, especialmente a exigência mínima de reposição do patrimônio. Cumpridas estas funções, a disponibilidade restante pode ser usada como capital de giro.

CUSTOS TOTAIS DE PRODUÇÃO (CT), são todos os encargos ou sacrifícios econômicos suportados pelo produtor para criar o valor total do produto. Referidos a um sistema de produção, os custos equivalem ao valor monetário das entradas econômicas do sistema. Os custos totais compreendem a soma dos custos fixos (CF) e dos custos variáveis (CV). Os primeiros têm a sua magnitude independente do volume da produção, e os segundos variam com o volume da produção.

Nível de Vida (NV): é a totalidade do valor apropriado pelo produtor familiar, inclusive valores imputados, deduzidas as obrigações financeiras com empréstimos. É, portanto, o valor que determina o padrão de vida da família.

Índice de Eficiência Econômica (IEE): é a relação que indica a capacidade de a unidade de produção familiar gerar valor por unidade de custo. É um indicador de benefício/custo do conjunto da unidade de produção. **IEE > 1**, a situação é de lucro; **IEE < 1**, a situação é de prejuízo; **IEE = 1**, a situação é de equilíbrio.

Relação MBF/RB: é a relação mais apropriada para medir a eficiência econômica da produção familiar, pois mostra que proporção de valor a unidade de produção tornará disponível para a família por cada unidade de valor produzido. Uma relação superior a 50% é considerada favorável.

Relação MBF/Q_{h/d}: é o índice de remuneração da força de trabalho familiar. Mostra a quantia de margem bruta gerada por unidade de trabalho familiar (1 h/d = 1 jornada de trabalho). O valor deve ser comparado com o preço de mercado da força de trabalho. Q_{h/d} = quantidade de força de trabalho utilizada no ciclo produtivo da linha de exploração ou a quantidade total anual de força de trabalho familiar utilizada pela unidade de produção.

METODOLOGIA – PRINCIPAIS MEDIDAS DE DESEMPENHO ECONÔMICO (CONTINUAÇÃO)

Termos de Intercâmbio (TI): é a relação entre o valor dos bens de consumo comprados e o valor total da produção. Indica qual a proporção da renda bruta, em bens de consumo, precisa ser gasta para gerar o valor total da produção. Essa relação revela, aproximadamente, em que medida o excedente produzido pelo pequeno produtor está sendo apropriado na circulação, isto é, a montante e a jusante do processo de produção.

Índice de Trabalho Familiar (ITF): é a participação da força de trabalho familiar no trabalho total. É considerada unidade de produção familiar aquela que apresenta ITF > 50%.

Índice de Capitalização (IK): é a relação que indica a intensidade de capital. Assim, um IK > 1 significa que se gasta no processo produtivo mais com capital fixo e circulante do que com força de trabalho, familiar ou contratada.

Índice de Assalariamento (IA): é a proporção da força de trabalho familiar que se assalaria fora da unidade de produção.

METODOLOGIA - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO FAMILIAR RURAL (IDF-R)

No tocante ao desenvolvimento humano, trabalha-se com um indicador sintético, denominado Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), originalmente desenvolvido pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada), mais adequado às diversas situações sociais, buscando superar algumas das principais limitações do IDH, especialmente, no tocante à quantidade de indicadores considerados na construção do índice, além do levantamento de informações em nível familiar.

Como o próprio título do índice propõe, a unidade de análise é a Unidade de Produção Familiar Rural (UPF), cuja composição é realizada pela agregação das informações dos integrantes da família que moram na UPF.

O IDF-R varia entre 0 e 1, o que significa que quanto mais próximo de 1, melhores serão as condições de vida de família.

O IDF original considera seis dimensões básicas das condições de vida, compreendendo um total de 48 indicadores, sendo adotado um sistema de pesos neutros na composição dos indicadores. Na construção do IDF-R, uma das dimensões originais (acesso ao conhecimento) foi transformada em duas (acesso ao ensino escolar e acesso ao conhecimento profissional e tradicional). Ademais, foi acrescentada uma nova dimensão relacionada às condições ambientais, e perfazendo um total de sete dimensões consideradas. Além disso, alguns indicadores foram ajustados ao contexto rural. A neutralidade dos pesos é mantida, ou seja, a síntese dos indicadores de cada dimensão, bem como o IDF-R – resultado da síntese das dimensões –, será constituída pela média aritmética simples dos referidos indicadores.

$$\text{IDF-R} = (\text{IV} + \text{IE} + \text{IC} + \text{IT} + \text{IR} + \text{ID} + \text{IH} + \text{IA}) / 8$$

Sendo,

- IV – Índice de ausência de vulnerabilidade:** fecundidade, idosos, dependência econômica, presença dos pais;
- IE – Índice de acesso ao ensino:** analfabetismo e escolaridade;
- IC – Índice de acesso ao conhecimento profissional e tradicional:** qualificação profissional e habilidade especial;
- IT – Índice de acesso ao trabalho:** disponibilidade de trabalho;
- IR – Índice de disponibilidade de recursos:** pobreza e capacidade de geração de renda;
- ID – Índice de desenvolvimento infantil:** trabalho precoce, acesso e progresso escolar, mortalidade infantil;
- IH – Índice de condições habitacionais:** domicílio, acesso a água, esgoto, energia e bens duráveis;
- IA – Índice de Condições Ambientais:** recursos hídricos, qualidade da água e destino de lixo e esgoto;

Classificação utilizada para avaliação do IDF-R

Ruim – $0 < \text{IDF-R} \leq 0,25$

Regular – $0,25 < \text{IDF-R} \leq 0,50$

Bom – $0,50 < \text{IDF-R} \leq 0,75$

Ótimo – $0,75 < \text{IDF-R} \leq 1$

METODOLOGIA – AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA

ATIVOS E CAPACITAÇÕES PESQUISADOS

1. Disponibilidade de capital (Próprio)
2. Disponibilidade de capital (Crédito)
3. Liderança em Espaço físico/equipamentos/facilidade de produção
4. Assistência técnica
5. Infra-estrutura (ramais, rio etc.)
6. Acesso a canais de distribuição de baixo custo
7. Acesso a trabalho de baixo custo
8. Flexibilidade para adaptar a novas tendências do mercado e da indústria
9. Pessoas treinadas/capacitadas para a produção dos produtos
10. Pessoas treinadas/capacitadas para a comercialização dos produtos
11. Reputação pela qualidade
12. Diversificação de produtos
13. Característica do produto/diferenciação
14. Conhecimento do negócio
15. Pioneirismo
16. Localização
17. Acesso aos insumos
18. Participação em associações ou cooperativas

A sustentabilidade dos resultados econômicos da produção familiar rural, além das alternativas produtivas a serem introduzidas nesse ambiente, depende de uma correta avaliação das estratégias competitivas utilizadas pelos produtores, pois a manutenção e/ou implementação das alternativas produtivas dependem do fortalecimento dos recursos humanos, físicos, financeiros, além dos ativos intangíveis como, por exemplo, a reputação, e das capacitações ou habilidades/serviços oriundos da combinação de tais ativos.

A presente pesquisa busca realizar uma avaliação estratégica dos ativos e capacitações disponíveis aos produtores rurais familiares estudados como forma de identificar os possíveis gargalos que possam impactar na sustentabilidade das

estratégias competitivas promovidas nesse ambiente de estudo, no sentido de orientar os gestores dos empreendimentos acerca dos itens que precisam de uma maior atenção.

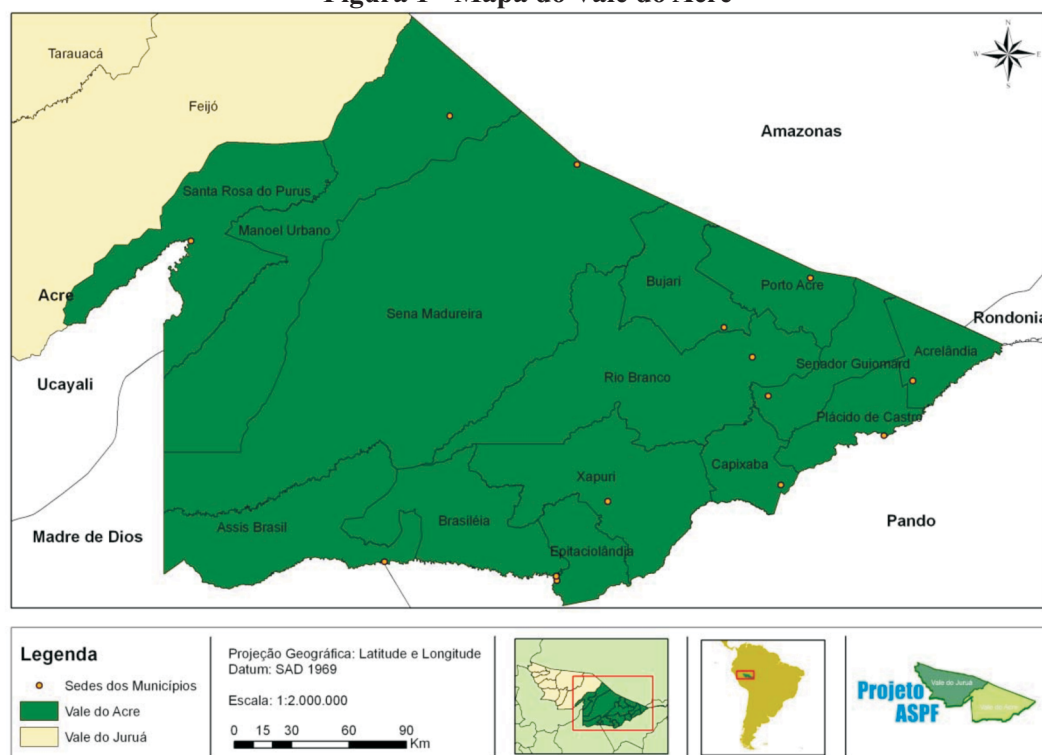
Assim, conforme literatura pertinente, utiliza-se indicadores que categorizam os ativos e as habilidades das famílias, que possam ser identificados como fonte de vantagens competitivas sustentáveis, além de avaliar o desempenho de tais ativos e habilidades bem como das estratégias competitivas, agrupando-os em três grupos estratégicos: inovação, qualidade e liderança de custos.

No primeiro grupo estão itens tais como, habilidade em marketing, desenvolvimento de novos produtos/processos, novas formas de comercialização etc. Os itens classificados em relação à qualidade são: habilidade gerencial, pessoas treinadas para o processo produtivo, oferecimento de serviços de alta qualidade aos consumidores etc. Com relação à liderança de custos, os itens constantes são: disponibilidade de capital, liderança em plantas e equipamentos, acesso à matéria-prima de baixo custo, acesso a trabalho de baixo custo etc.

VALE DO ACRE - SOBRE A REGIÃO

A região do Vale do Acre é formada por 14 municípios, sendo eles: Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus, Bujari, Sena Madureira, Acrelândia, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre, Senador Guimard, Assis Brasil, Epitaciolândia, Rio Branco, Brasiléia e Xapuri. Possui uma área de 77.616 km². Como em todo o estado, o clima é quente com um período chuvoso de 4 meses – de dezembro a março. A temperatura média anual gira em torno de 24,5°C.

Figura 1 - Mapa do Vale do Acre



A população estimada da região do Vale do Acre, conforme a contagem populacional do IBGE, é de 488.141 habitantes, referente ao ano de 2007. Assim, a densidade demográfica gira em torno de 6,3 hab./Km². Vale notar, na tabela 1, o crescimento populacional entre os períodos de 2004 a 2007, cuja população cresceu cerca de 9%.

Tabela 1 – População estimada dos municípios da região do Vale do Acre, 2004 – 2007

Município	2004	2005	2006	2007
Acrelândia	10.668	11.451	11.786	11.739
Assis Brasil	4.852	5.063	5.153	5.413
Brasiléia	16.940	17.721	18.056	19.064
Bujari	7.654	8.423	8.751	6.311
Capixaba	6.287	7.067	7.403	8.456
Epitaciolândia	12.820	13.782	14.193	13.344
Manoel Urbano	7.152	7.636	7.843	7.114
Plácido de Castro	15.931	16.691	17.014	17.234
Porto Acre	11.497	12.085	12.335	13.845
Rio Branco	286.082	305.731	314.127	314.127
Santa Rosa do Purus	2.954	3.395	3.583	3.963
Sena Madureira	31.530	32.989	33.614	34.221
Senador Guiomard	19.343	20.505	21.000	18.899
Xapuri	13.222	13.693	13.893	14.411
TOTAL	446.932	476.232	488.751	488.141

Fonte: IBGE (2008)

Paralelo ao crescimento populacional, a região consolida um processo de urbanização, tendo cerca de 76% da população da região do Vale do Acre residente no meio urbano, à medida que no estado este quantitativo populacional varia em torno de 66% (IBGE, 2000). Por outro lado, a remuneração mensal do Vale do Acre é melhor, comparada ao estado. No Vale do Acre, 28% da população recebe até ½ salário mínimo mensal, e no estado esse quantitativo é de 41%, apontando melhores oportunidades de remuneração na região em questão.

VALE DO ACRE – PRODUTO INTERNO BRUTO

Os serviços e a atividade agropecuária são os principais formadores do PIB do Vale do Acre, conforme a tabela 2.

Tabela 2– Produto Interno Bruto, para cada setor econômico, Acre, 2002-2005

	Ano	Agropecuária	%	Indústria	%	Serviços	%	Impostos	%	PIB	População	PIB per capita
Acre	2002	450.165	16%	279.628	10%	1.919.182	67%	219.476	8%	2.868.451	609.351	4.707
	2003	599.111	18%	282.640	9%	2.159.650	65%	263.370	8%	3.304.771	626.167	5.278
	2004	665.914	17%	526.298	13%	2.433.471	62%	314.633	8%	3.940.315	630.328	6.251
	2005	822.202	18%	473.245	11%	2.811.122	63%	375.179	8%	4.481.747	669.736	6.692
Vale do Acre	2002	357.407	15%	240.441	10%	1.521.744	66%	196.190	8%	2.315.782	438.618	5.280
	2003	470.577	18%	244.976	9%	1.717.601	64%	236.574	9%	2.669.729	451.176	5.917
	2004	515.570	16%	450.361	14%	1.932.412	61%	283.976	9%	3.182.319	446.932	7.120
	2005	610.406	17%	414.743	12%	2.230.274	62%	336.752	9%	3.592.174	476.232	7.543

Fonte: IBGE, 2007.

No período compreendido entre 2002 e 2005, observou-se, por um lado, um tênue crescimento da participação relativa dos setores industrial e agropecuário na formação do PIB acreano, e, por outro, houve uma redução de 4% da participação relativa do setor de serviços. Esses elementos apontam para um baixo dinamismo da economia local. Ademais, nota-se uma elevação em torno de 42% do PIB/per capita do estado, no período considerado.

VALE DO ACRE – VALOR DA PRODUÇÃO

Os principais produtos do Vale do Acre são os oriundos das lavouras temporárias, seguidos pela atividade pecuária. Contudo, apresenta maior diversificação com produtos da lavoura permanente e do extrativismo vegetal, conforme a tabela 3.

Tabela 3 – Principais produtos por valor da produção, Vale do Acre, 1996-2006, Acre - Brasil, Valores em R\$1.000,00

Tipo de Produto	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Extrativismo Vegetal											
Madeira em tora	5.686	5.969	5.887	6.420	6.440	7.745	10.382	8.823	10.034	12.055	11.076
Castanha-do-Pará	642	621	642	3.546	3.141	1.888	2.888	2.354	4.940	15.376	12.254
Borrachas	1.662	1.495	1.141	2.154	2.404	1.785	1.713	2.013	2.886	2.936	2.315
Total	7.990	8.085	7.670	12.120	11.985	11.418	14.983	13.190	17.860	30.367	25.645
Pecuária											
Leite	-	-	-	-	-	-	30.689	35.423	49.960	40.183	37.751
Ovos de galinha	-	-	-	-	-	-	3.256	3.866	4.840	4.354	4.967
Total	-	-	-	-	-	-	33.945	39.289	54.800	44.537	42.718
Agricultura (Lavoura Permanente)											
Banana	3.299	3.676	5.649	7.926	10.722	5.885	10.584	11.371	8.539	5.857	8.442
Café (beneficiado)	286	328	338	703	1.735	2.984	1.467	4.296	3.834	4.162	2.670
Palmito	600	550	696	755	710	4.866	3.910	779	477	636	739
Laranja	869	937	977	1.149	1.037	978	1.228	1.556	1.629	1.152	804
Mamão	648	620	1.336	1.392	1.900	494	1.040	1.264	1.148	900	978
Borracha (látex coagulado)	201	259	170	220	339	1.288	1.199	1.294	2.658	1.087	1.118
Tangerina	432	479	439	447	469	411	527	548	523	469	377
Total	6.335	6.849	9.605	12.592	16.912	16.906	19.955	21.108	18.808	14.263	15.128
Agricultura (Lavoura Temporária)											
Mandioca	6.512	5.080	38.512	52.683	61.264	44.118	55.888	69.647	50.356	74.063	52.929
Milho (em grão)	2.847	2.963	3.677	4.831	8.317	7.255	12.363	16.253	13.305	14.048	11.270
Arroz (em casca)	2.711	2.616	4.080	5.928	8.003	9.513	10.027	13.267	16.520	10.241	9.378
Total	12.070	10.659	46.269	63.442	77.584	60.886	78.278	99.167	80.181	98.352	73.577

AMOSTRA DA PESQUISA

A amostra das unidades de produção familiar (UPF's) a ser pesquisada no Vale do Acre foi definida a partir de três etapas: primeiro foi feita uma estratificação das áreas de cada sistema de produção (agrícola, extrativista e agroflorestal) de acordo com os níveis de desenvolvimento (ver caracterizações do estudo); depois, foram sorteados em cada nível, metade dos conglomerados, de UPF's; e, por fim, sorteados aleatoriamente em cada conglomerado, 10% das UPF's.

Com esta metodologia, todas as UPF's possuíram iguais condições de serem selecionadas, sejam elas localizadas em conglomerados mais e menos desenvolvidos. Na tabela 4, tem-se o detalhamento da amostra da pesquisa realizada no Vale do Acre.

Tabela 4 – Caracterização da População e Amostra pesquisadas no Vale do Acre, 2005/2006, Acre - Brasil

Sistema de Produção	Local	Município	Amostra	Famílias Assentadas	Área (ha)	Data da Criação
Agrícola	PAD Peixoto	Plácido de Castro	46	4.671	296.243,87	31/10/1977
		Senador Guiomard	45			
		Rio Branco	1			
		Acrelândia	13			
		Total	105			
	PAD Humaitá	Porto Acre	37	951	61.179,00	22/09/1980
PAD Boa Esperança	Sena Madureira	37	983	275.646,00	27/12/1976	
Extrativista	PAE Cachoeira	Xapuri	8	87	24.098,61	22/07/1988
	Resex Chico Mendes	Xapuri	46	1.495	970.570,00	12/03/1990
		Assis Brasil	10			
		Brasiléia	7			
		Capixaba	5			
		Total	68			
	PAD Porto Dias	Acrelândia	10	96	24.348,93	23/12/1987
PAE São Luis do Remanso	Capixaba	15	169	43.228,18	03/01/1987	
Agroflorestal	Reca	Porto Velho*	30	300	21.414,00	
VALE DO ACRE			310	8.752	1.716.728,59	

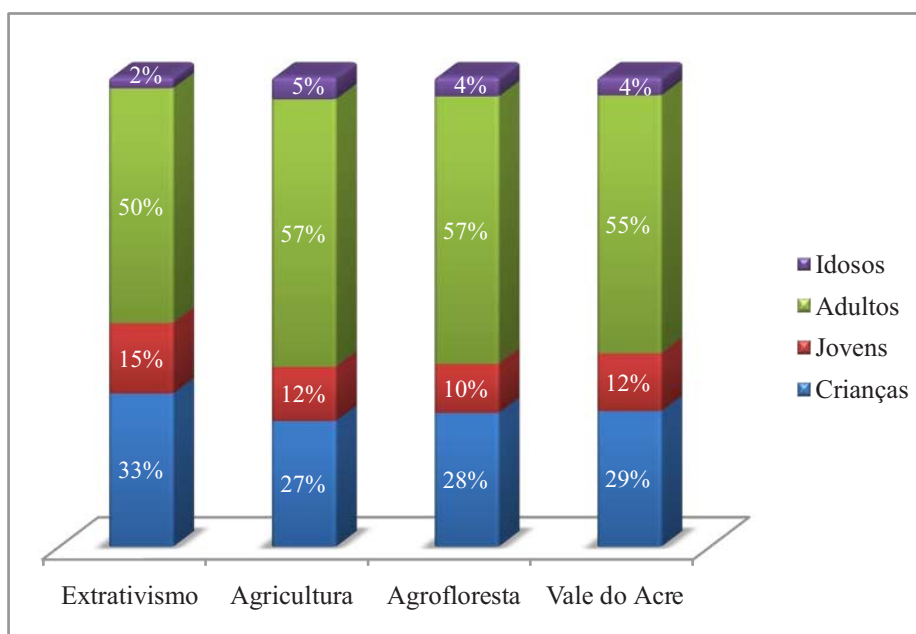
Obs.: * No primeiro diagnóstico do ASPF, a região que está localizada o projeto RECA era ainda acreana, mas estava em litígio com Rondônia, que ganhou a causa. No entanto, ainda é uma referência válida para a continuação do diagnóstico.

Fonte: ASPF(2008); MDA/INCRA (2007); ZEE/AC (2006)

DADOS GERAIS DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS

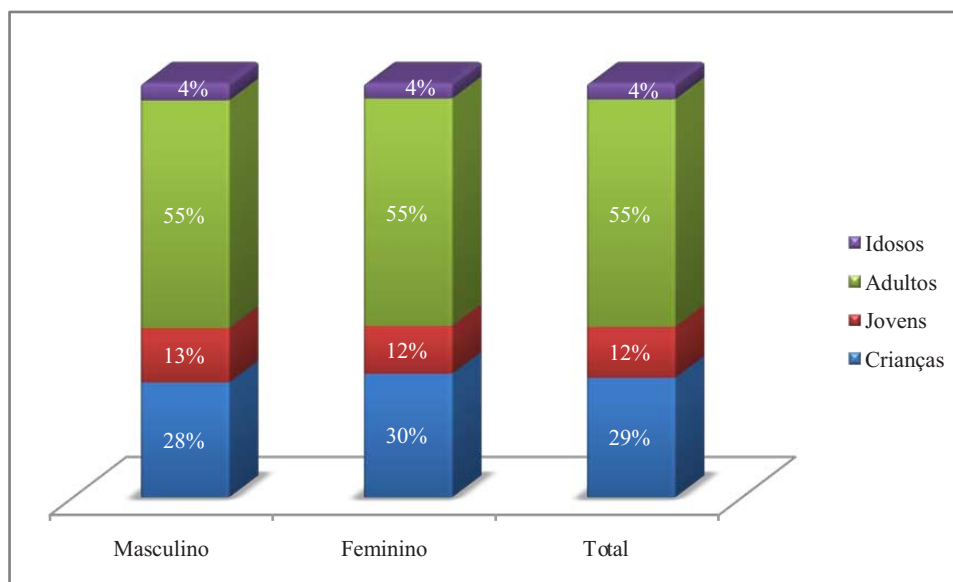
No Vale do Acre há similaridade na distribuição da população por faixa etária entre os diversos sistemas de produção, cabendo ressaltar uma leve diferença no sistema extrativista, que possui uma proporção maior de crianças e jovens e menor proporção de idosos, quando comparado aos demais sistemas de produção (ver figura 2).

Figura 2 - Composição das famílias por faixa etária, Vale do Acre, 2005/2006, Acre – Brasil



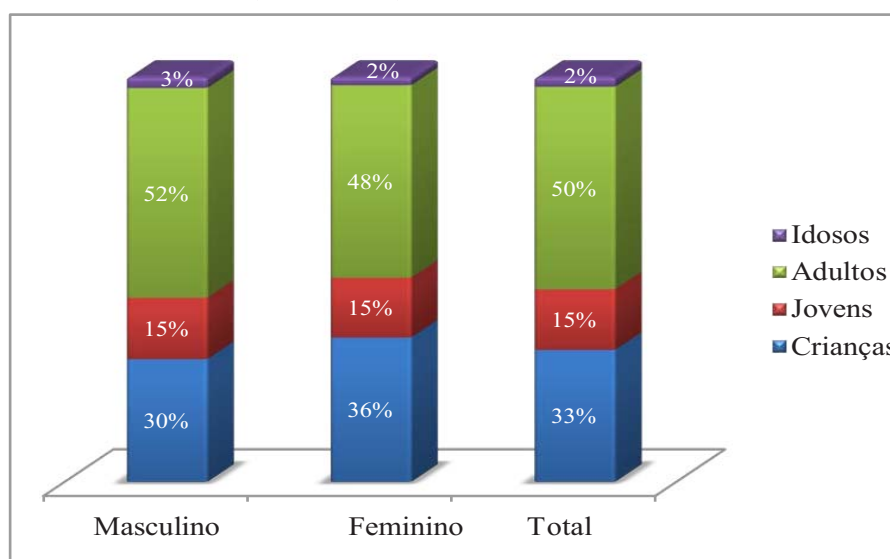
A semelhança permanece ao se verificar a distribuição da população do Vale do Acre por sexo, segundo a figura 3. De acordo com a referida figura, os adultos representam mais de 50% da população da região.

Figura 3 - Composição das famílias por idade e sexo, Vale do Acre, 2005/2006, Acre – Brasil



Conforme a figura 4, no sistema extrativista do Vale do Acre, constatou-se a maior proporção de mulheres na faixa etária infantil, justamente na faixa em que o sistema extrativista diferencia-se dos demais sistemas por concentrar maior proporção da população.

Figura 4 – Composição das famílias por idade e sexo, Vale do Acre, Sistema Extrativista, 2005/2006, Acre – Brasil



A composição das famílias por idade e sexo dos sistemas agrícola e agroflorestal se apresentam semelhantes, englobando mais de 50% da população na faixa entre adultos e idosos (figuras 5 e 6).

Figura 5 - Composição das famílias por idade e sexo, Vale do Acre, Sistema Agrícola, 2005/2006, Acre – Brasil

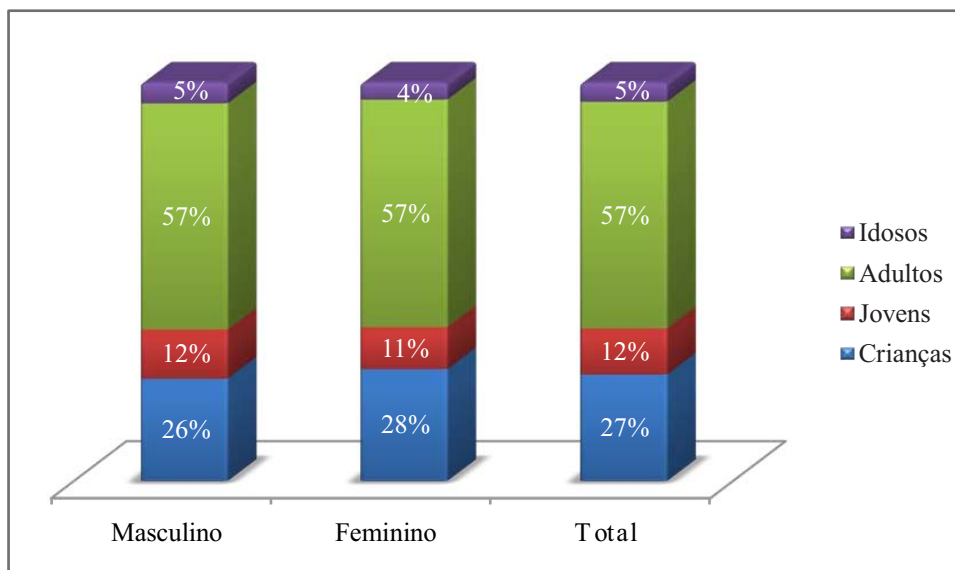
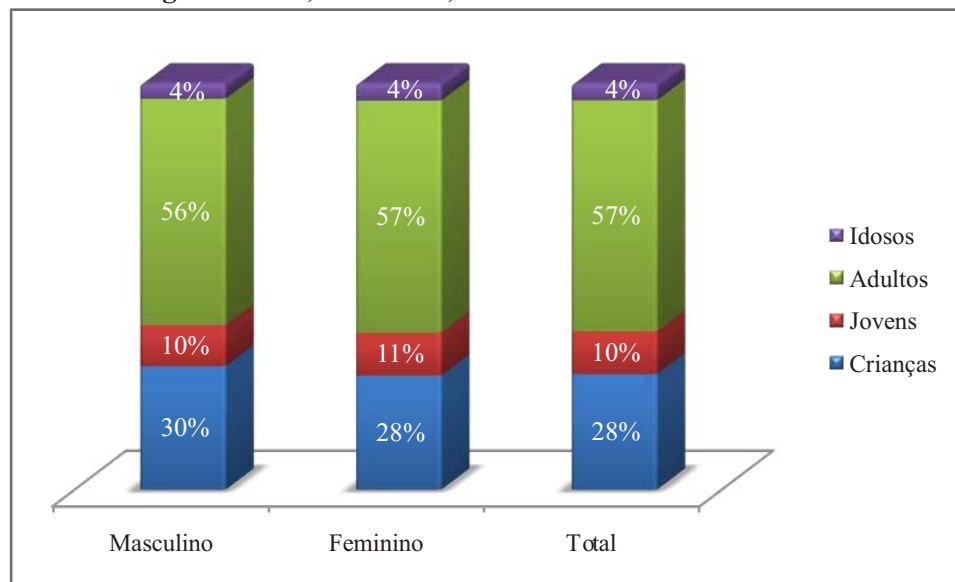


Figura 6 - Composição das famílias por idade e sexo, Vale do Acre, Sistema Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil



A força de trabalho da produção familiar no Vale do Acre é composta por cerca de 50% de pessoas adultas; e, tendo em vista que na região a produção familiar é intensiva em mão-de-obra, certamente haverá a necessidade de complementar a força de trabalho com crianças e jovens.

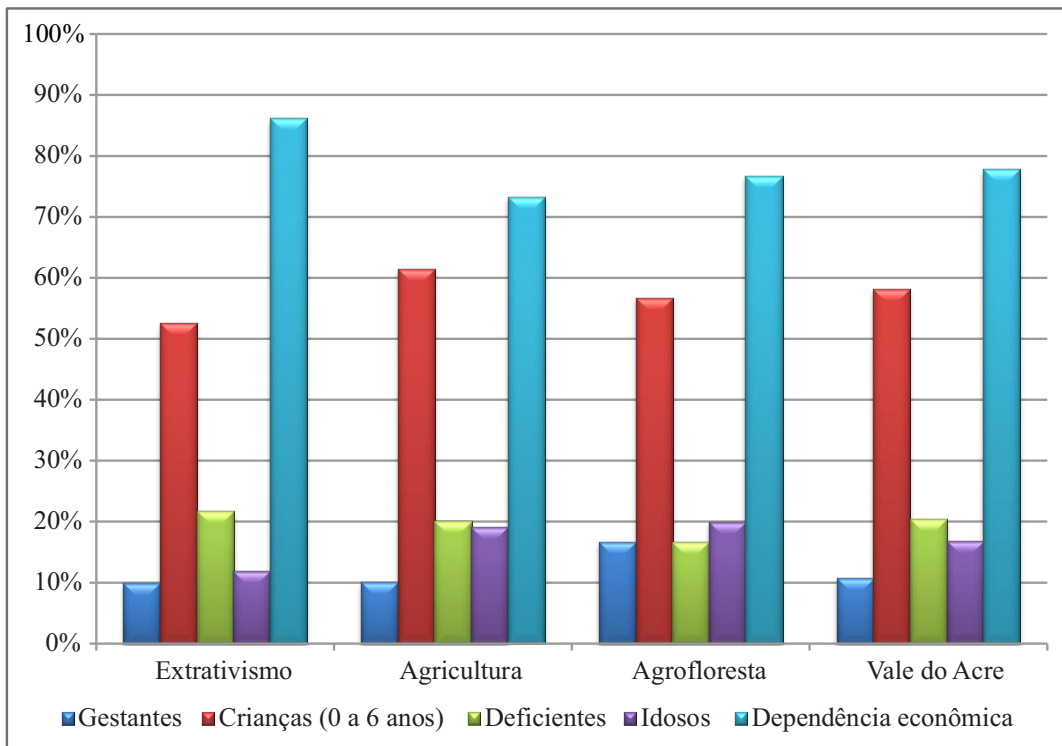
Especificamente no sistema extrativista, em que há um maior quantitativo de população feminina na faixa etária infantil (cerca de 36%), observa-se que a demanda por força de trabalho adicional será maior. (figura 4)

SITUAÇÃO DA VULNERABILIDADE DAS FAMÍLIAS

Os fatores decisivos para o aumento da vulnerabilidade das famílias no Vale do Acre são o nível de dependência econômica e a relevante presença de crianças de 0 a 6 anos (ver figura 7).

A população jovem e idosa requer cuidado especial e, portanto, devem ter suas necessidades supridas pelos demais membros. Assim, o resultado é a redução objetiva da força de trabalho para a atividade produtiva e/ou a sobrecarga para os adultos.

Figura 7– Situação das Vulnerabilidades das Famílias, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agrofloresta, 2005/2006, Acre - Brasil



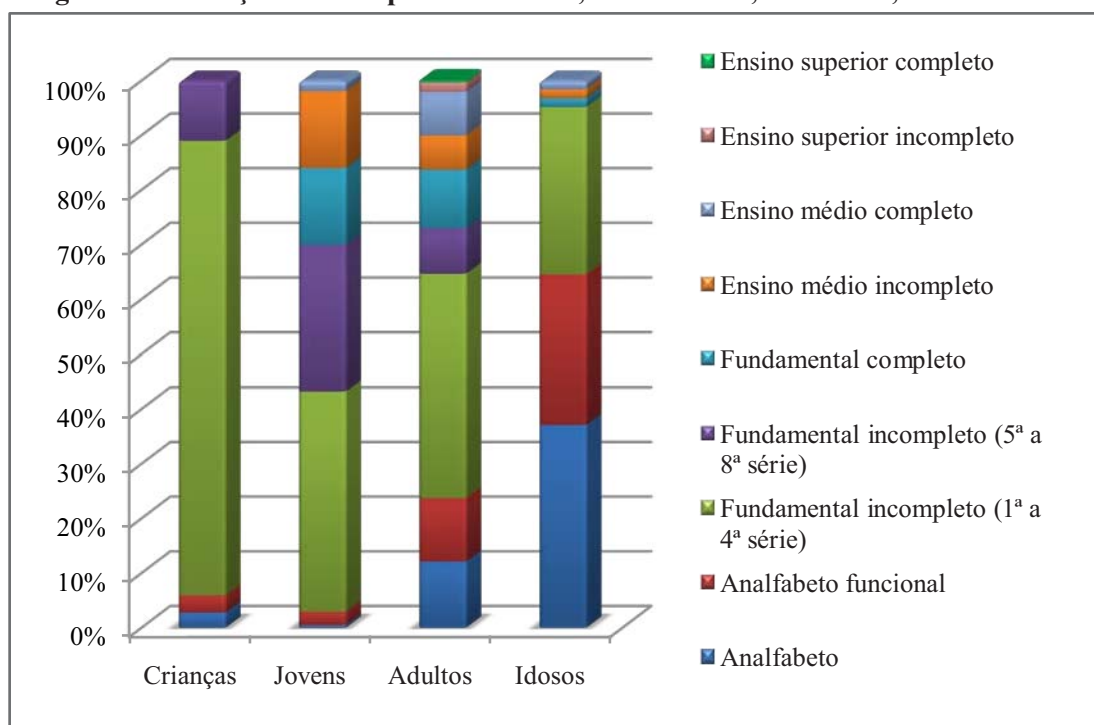
A vulnerabilidade proveniente da dependência econômica é mais destacada no sistema extrativista que, conforme observamos, tem maior proporção de população compreendida nas faixas de crianças e jovens.

A produção familiar rural intensiva em mão-de-obra e sua preponderante composição de crianças e jovens geram certa vulnerabilidade, cuja principal implicação é o reforço da mão-de-obra por jovens e cuja solução pode estar no aprimoramento técnico das atividades produtivas.

SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO FORMAL

No Vale do Acre, cerca de 80% das crianças de 7 a 12 anos estão frequentando regularmente o ensino fundamental de 1ª a 4ª série. Na população de 13 a 17 anos, na faixa etária jovem, observa-se que o processo de defasagem escolar, já iniciada na faixa anterior, torna-se mais evidente, pois cerca de 39% desta população ainda está cursando o ensino fundamental de 1ª a 4ª série (ver figura 8).

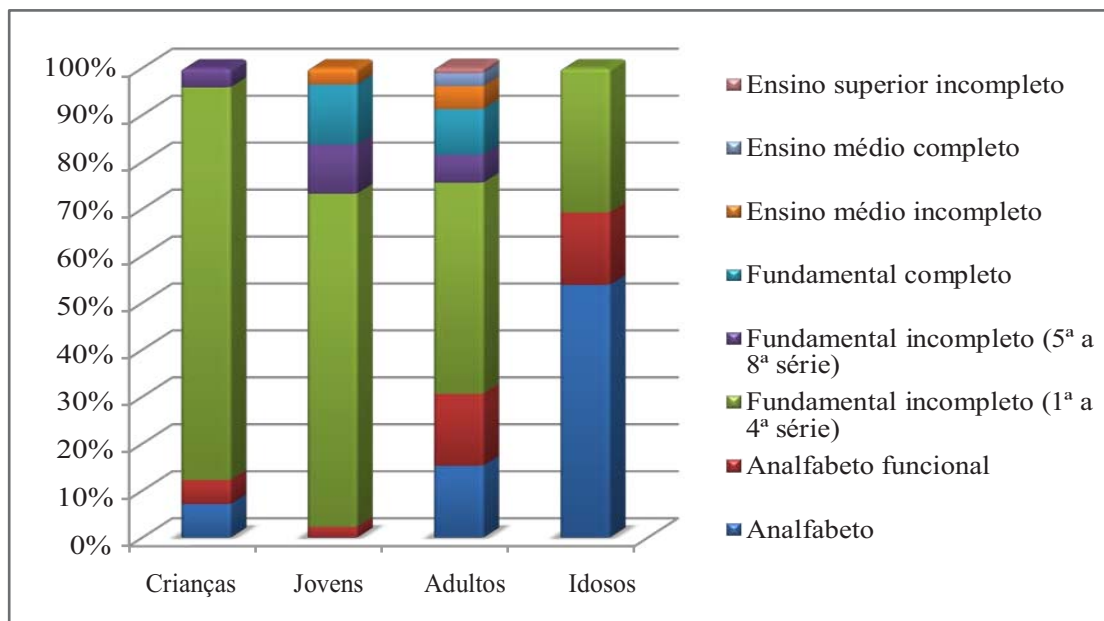
Figura 8– Educação Formal por faixa etária, Vale do Acre, 2005/2006, Acre – Brasil



Há destacado déficit educacional na região do Vale do Acre, pois cerca de 20% da população da faixa etária adulto é analfabeta. Nesta faixa, cerca de 60% ainda não concluiu a 4ª série do ensino fundamental.

No Sistema Extrativista, o destaque é a presença de cerca de 6% de crianças de 7 a 12 anos analfabetas, e destas cerca de 80% cursam o ensino fundamental de 1ª a 4ª série. Assim, constata-se uma defasagem escolar na faixa infantil, que se aprofunda entre os jovens na faixa de 13 a 17 anos (ver figura 9).

Figura 9– Educação Formal por faixa etária, Vale do Acre, Sistema Extrativista, 2005/2006, Acre– Brasil



A defasagem escolar no sistema extrativista pode ter três principais motivações:

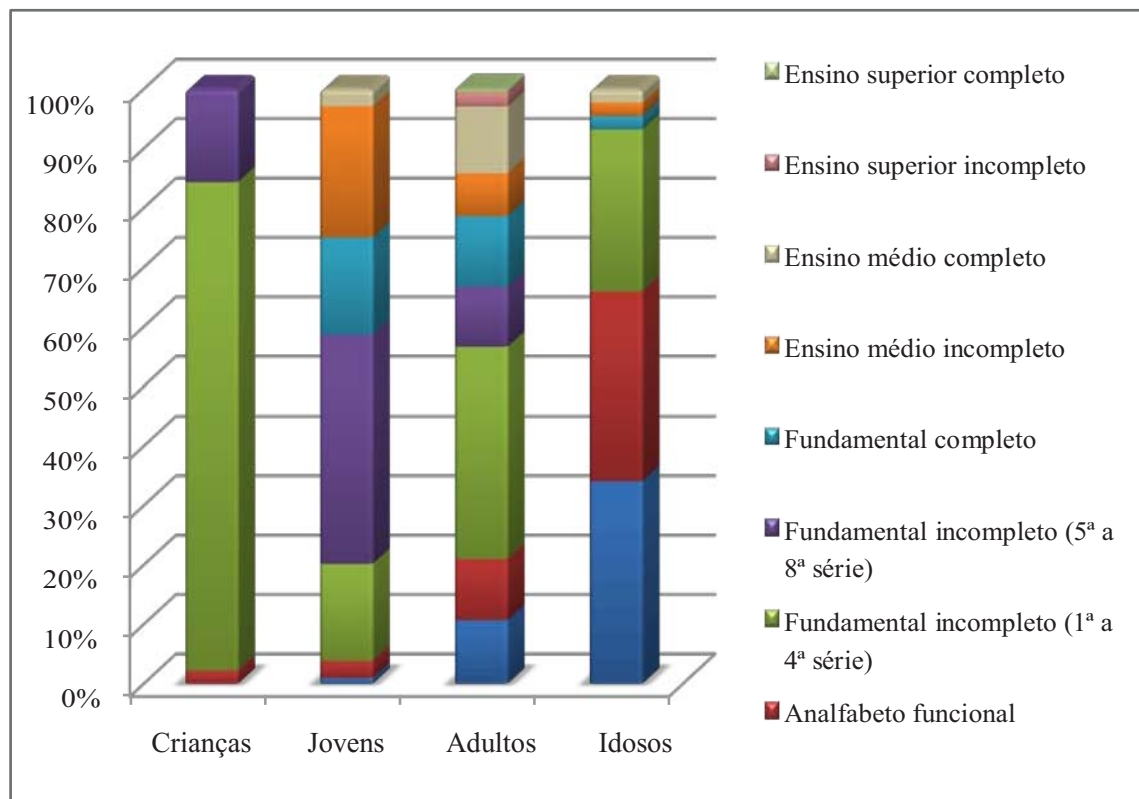
1) Geralmente, o poder público oferece educação formal para o ensino fundamental (1ª a 4ª série) nas áreas extrativistas. Este quadro vem se alterando gradualmente a partir da educação continuada dos professores na zona rural do estado, o que viabilizará, a médio e longo prazo, a continuidade dos estudos da comunidade da zona rural até o ensino médio;

2) As grandes distâncias da escola em relação às colocações, impedindo que parte das crianças frequentem a escola;

3) Os jovens entre 13 a 17 anos e que são essenciais para reforçar a força de trabalho familiar nas atividades produtivas, pois a proporção de crianças e jovens são significativas no sistema, aumentando a vulnerabilidade das famílias e sobrecarregando os adultos do referido sistema.

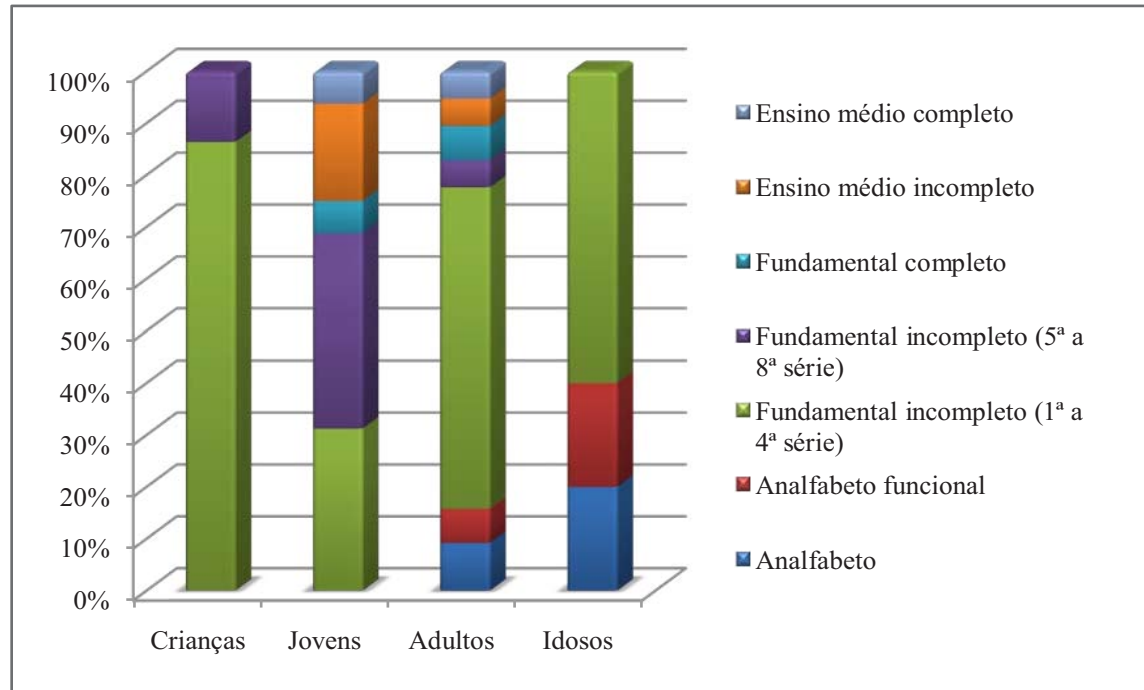
A defasagem escolar no sistema agrícola merece destaque, sendo que entre os jovens de 13 a 17 anos, apenas cerca de 3% concluíram o ensino médio, e 59% não atingiram a 8ª série (ver figura 10).

Figura 10 – Educação Formal por faixa etária, Vale do Acre, Sistema Agrícola, 2005/2006, Acre – Brasil



Também no sistema agrícola, mais de 65% da população adulta compreende analfabetos e pessoas com ensino fundamental incompleto. Ao considerar a estrutura da educação formal nas áreas agrícolas, bem como o fato das distâncias serem menores, quando comparados ao sistema extrativista, torna-se mais factível o suprimento da demanda educacional nestas regiões.

Figura 11– Educação Formal por faixa etária, Vale do Acre, Sistema Agroflorestal, 2005/2006, Acre – Brasil



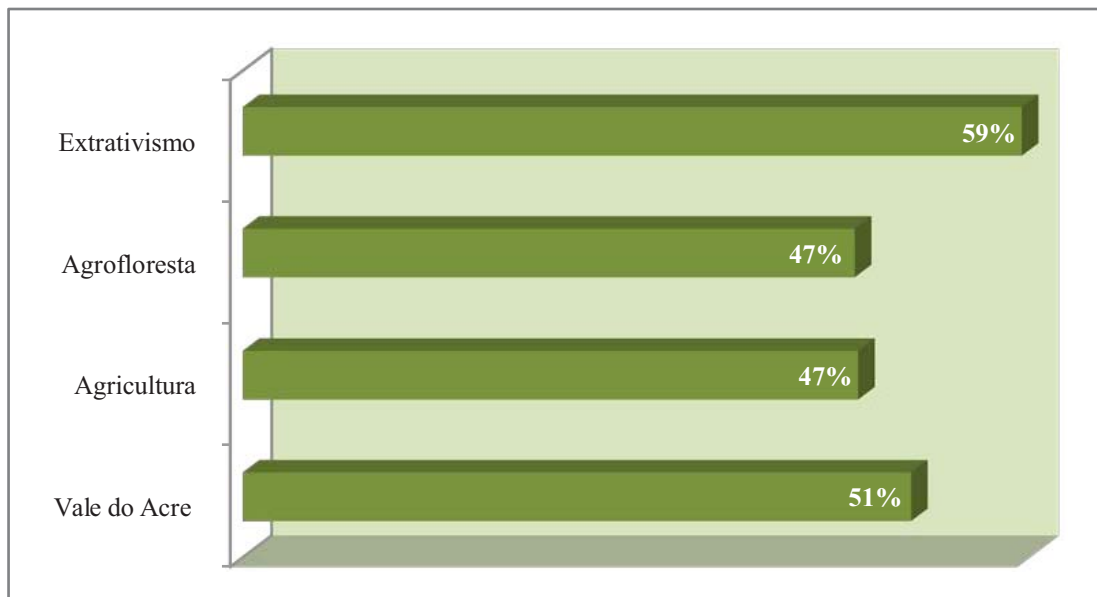
Na Agrofloresta, entre os jovens de 13 a 17, anos cerca de 69% não atingiram a 8ª série, revelando a destacada defasagem escolar no sistema agroflorestal, que não é prejudicado pelas grandes distâncias entre moradia e escola, a exemplo do sistema extrativista (ver figura 11). Por outro lado, é ínfimo o analfabetismo entre crianças entre 7 a 12 anos, sendo que cerca de 14% delas já cursam entre 5ª a 8ª série. Ao considerar a população adulta, tem-se que 78% ainda não concluiu a 4ª série do ensino fundamental, o que dificulta a assimilação em capacitações e treinamentos.

A escolaridade na zona rural do Vale do Acre é marcada pela defasagem escolar, demandando ação governamental eficiente no sentido de superar tal defasagem, principalmente entre crianças e adolescentes.

SITUAÇÃO DO CONHECIMENTO PROFISSIONAL E TRADICIONAL

Quanto à educação informal, que compreende o conhecimento profissional e tradicional no Vale do Acre, destaca-se o sistema extrativista, em que cerca de 60% das UPF's receberam algum tipo de treinamento (ver figura 12).

Figura 12 - Percentual de famílias que tem algum membro que recebeu treinamento e capacitação, Vale do Acre, Sistema Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil

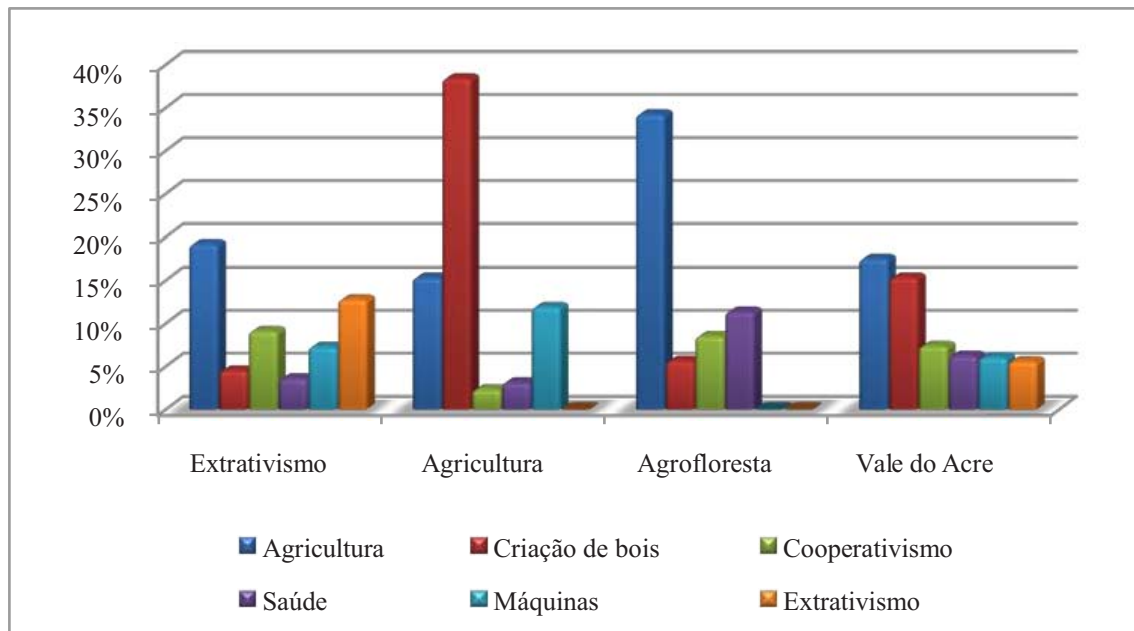


Analisando os setores produtivos contemplados pelos treinamentos, observa-se que não foram direcionadas adequadamente, à exceção do sistema agroflorestal, que teve seus treinamentos concentrados na agricultura (figura 13).

No sistema agrícola, os treinamentos/capacitações voltados para a criação de bovinos foi preponderante, com cerca de 35% das UPF's treinada para esta atividade produtiva. Já no sistema extrativista, além das UPF's receberem mais treinamentos/capacitações para o desenvolvimento de atividades agrícolas (cerca de 19%), ainda houve 24% das UPF's envolvidas em treinamentos/capacitações pulverizadas, sendo que apenas cerca de 12% dos treinamentos/capacitações foram direcionadas para atividades extrativistas.

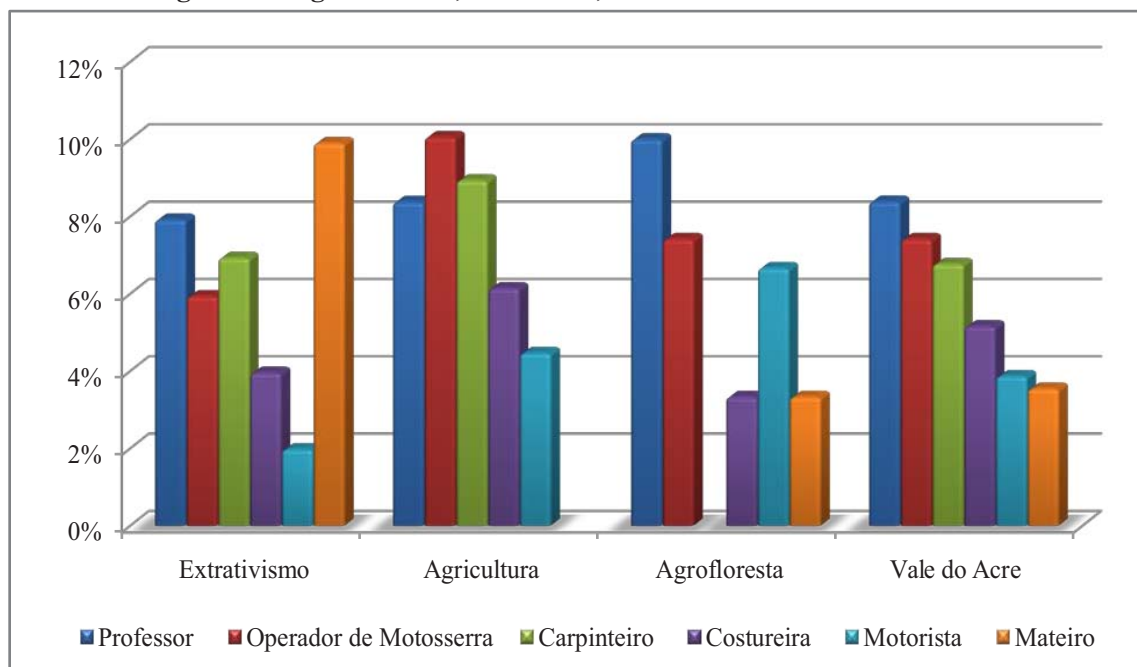
No Vale do Acre, as famílias recebem treinamentos/capacitações voltadas, principalmente, para atividades agrícolas e pecuárias, bem como se apresenta falta de foco nessa qualificação, envolvendo grande parte das UPF's em um sem número de treinamentos sem expressividade, e que não fazem parte de qualquer ação consistente de aprimoramento das cadeias produtivas da região. Ademais, na figura 13, verifica-se que os treinamentos/capacitações geralmente não se concentram na principal atividade produtiva de cada sistema de produção, à exceção do sistema agroflorestal, em que 34% das UPF's participaram de qualificações para atividades agrícolas.

Figura 13– Principais tipos de Treinamentos ou Capacitações recebidos por atividade, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil



Quando considerado o enquadramento profissional da população em estudo, evidencia-se que as principais profissões não estão relacionadas com a atividade produtiva, a exemplo das profissões de professor, carpinteiro, costureira, motorista e mateiro (ver figura 14).

Figura 14 – Principais profissões relatadas por UPF, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil



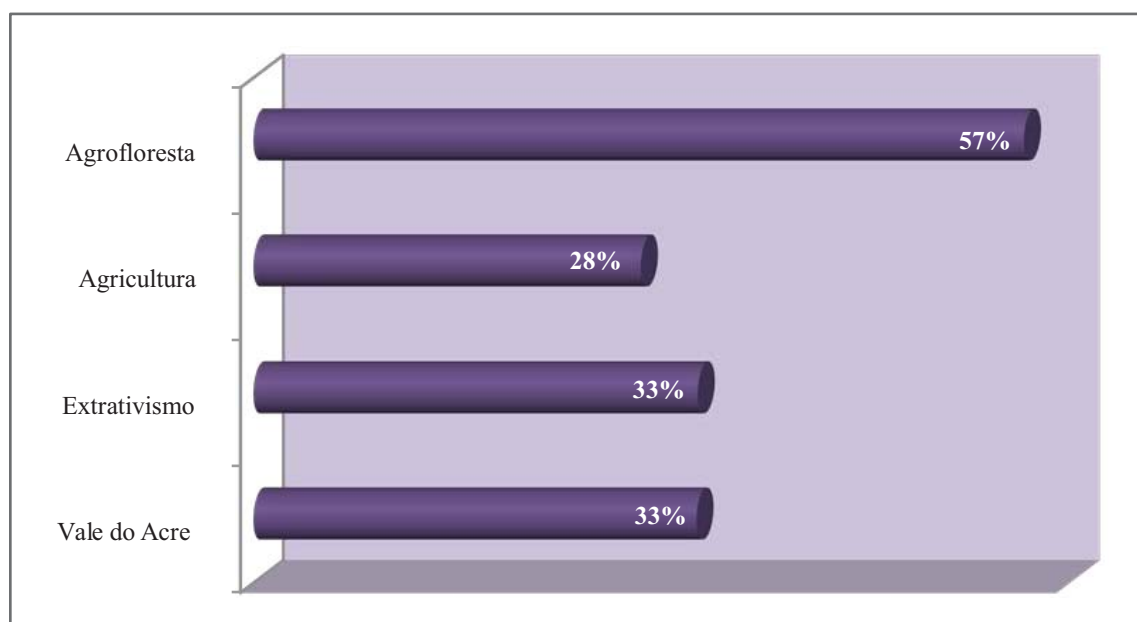
Destarte, mostra-se relevante ressaltar as principais profissões dos sistemas extrativistas e agrícolas. No primeiro, a profissão de mateiro é preponderante, indicando que estão sendo realizadas atividades nestas áreas por pessoas estranhas à região, e que, para tanto, necessitam ser conduzidas no interior da floresta. Ademais, as profissões relatadas indicam atividades que normalmente são realizadas como forma de assalariamento fora das UPF's, na busca de complemento de renda.

Na agricultura, a preponderante profissão de operador de motosserra é seguida pela profissão de carpinteiro, indicando que parte da madeira retirada da área agrícola e adjacências são utilizadas para a construção de benfeitorias na região. Neste sentido, seria importante pesquisas adicionais para saber qual a escala da retirada de madeira, buscando identificar possíveis abusos.

SITUAÇÃO DO SETOR DE SAÚDE

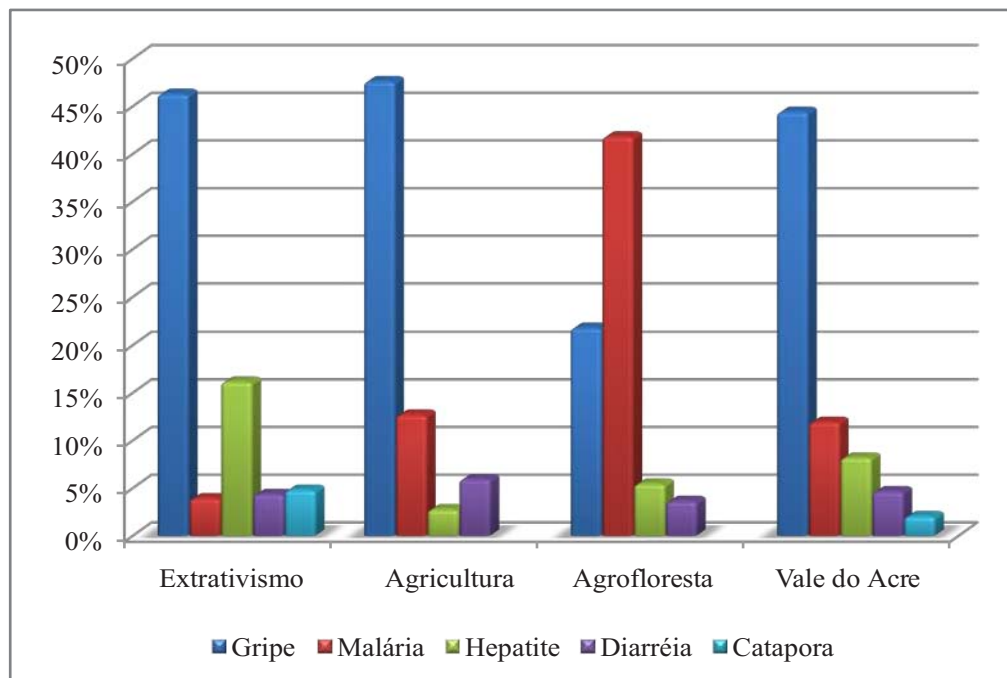
Dentre os sistemas de produção do Vale do Acre, foi no Sistema Agroflorestal que ocorreu maior incidência de doenças por UPF (ver figura 15).

Figura 15 – Ocorrência de doenças por UPF's (%), Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil



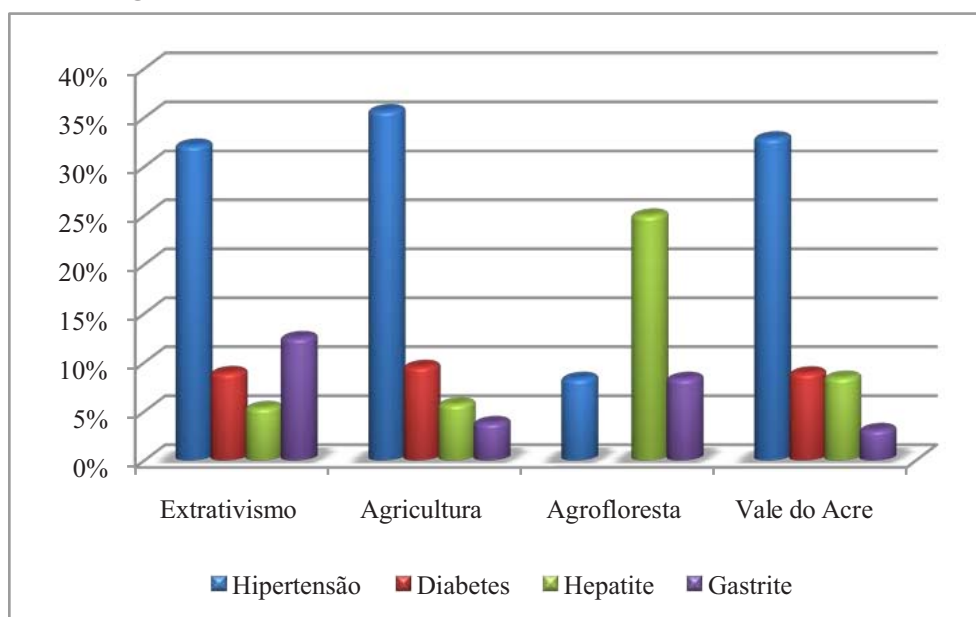
Dentre as doenças mais comuns, a gripe se destacou no Vale do Acre, ressaltando que a malária mostrou-se a doença mais recorrente no sistema agroflorestal, presente em cerca de 42% das UPF's (ver figura 16).

Figura 16 – Principais doenças relatadas, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil



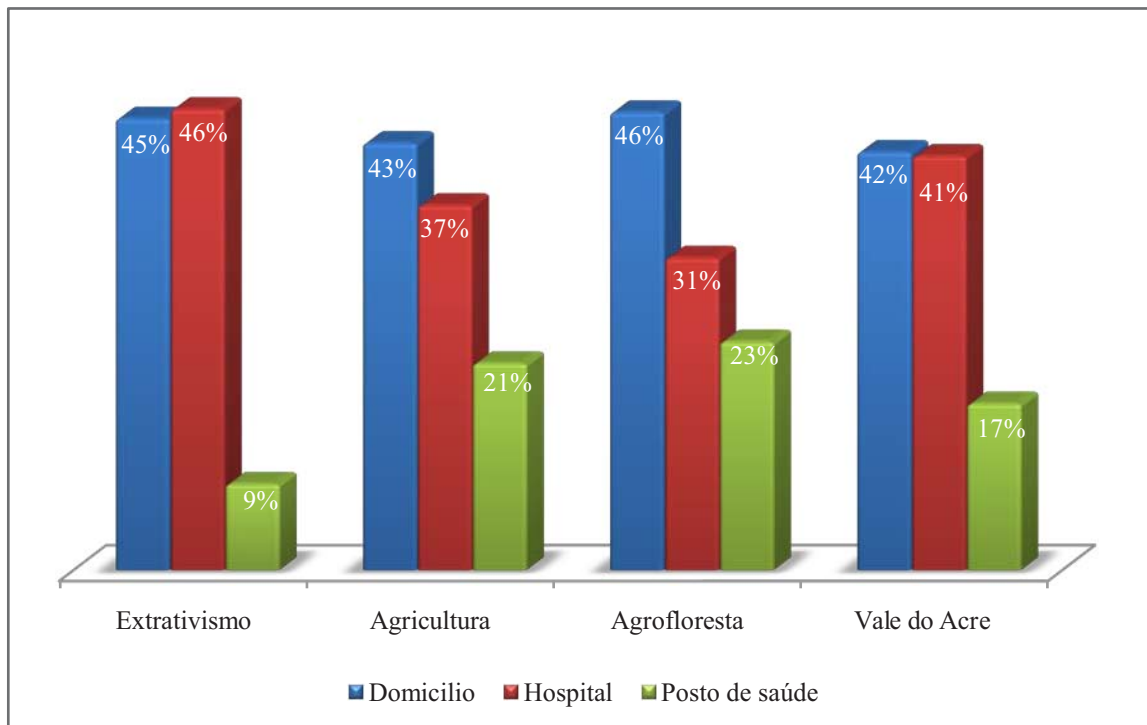
Ao considerar as doenças crônicas observa-se que nos sistemas extrativista e agrícola a hipertensão figura como a doença de maior incidência, e no sistema agroflorestal a hepatite é a principal responsável por doenças crônicas (ver figura 17).

Figura 17 – Principais doenças crônicas, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil



Doenças de baixa complexidade, combinada com doenças de média e alta complexidade, se destacam entre as principais doenças, demandando tanto tratamento em domicílio quanto na rede hospitalar. A figura 18 aponta que no Vale do Acre as doenças são tratadas praticamente na mesma medida no domicílio e na rede hospitalar.

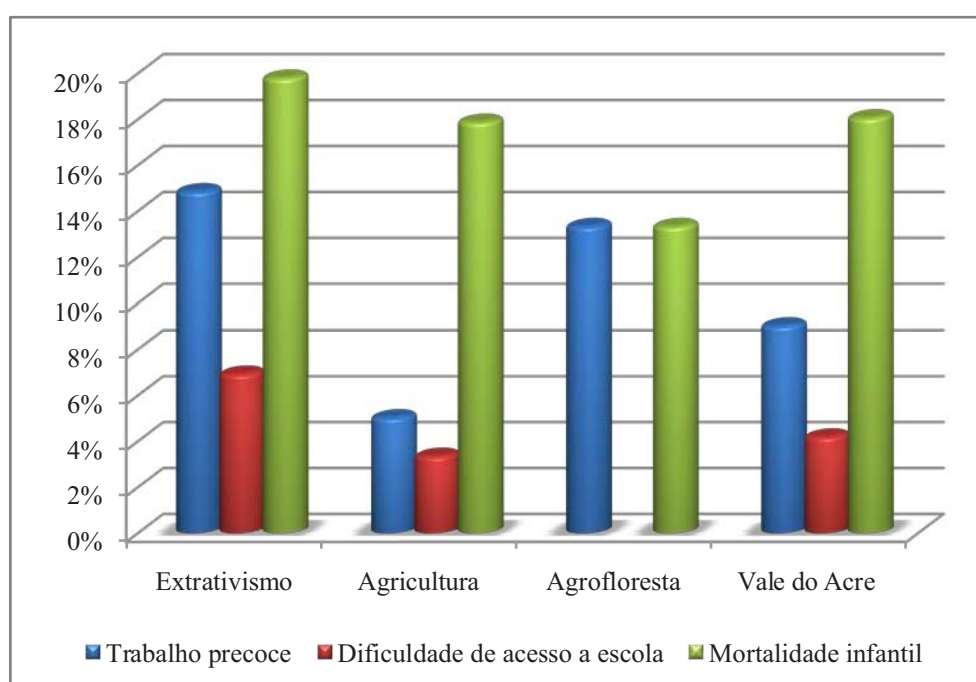
Figura 18– Local de tratamento de doenças, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil



SITUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Mortalidade infantil e trabalho precoce figuraram entre os principais desafios para o desenvolvimento infantil no Vale do Acre (ver figura 19).

Figura 19 – Situação do Desenvolvimento Infantil por UPF (%), Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil



A mortalidade infantil é comum a todos os sistemas de produção no Vale do Acre, mostrando-se mais agudo no sistema extrativista, ocorrendo em cerca de 18% das UPF's, exatamente no sistema onde o acesso a formação e a informação é mais difícil.

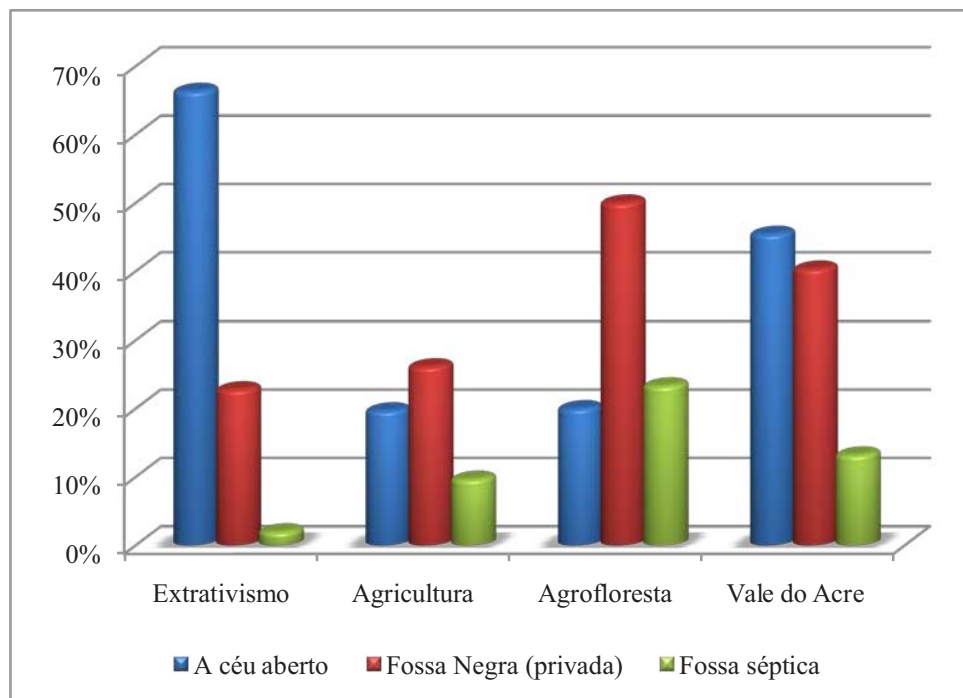
A visualização do desenvolvimento infantil relacionado aos demais sistemas de produção realça suas principais características. No sistema extrativista, o trabalho precoce apresenta-se como um reforço à força de trabalho familiar, tendo em vista tratar-se de um sistema intensivo em mão-de-obra, e, portanto, enquanto esta característica perdurar, apenas o acréscimo da força de trabalho viabiliza a potencialização da produção familiar.

Outro destaque é o sistema agroflorestal, no qual o trabalho precoce é também acentuado tanto devido ao volume de produção deste sistema quanto à sua intensividade em mão-de-obra.

SITUAÇÃO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS

A destinação do esgoto é inadequada nos sistemas de produção do Vale do Acre, destacando-se o sistema extrativista em que aproximadamente 66% das UPF's lançam o esgoto a céu aberto (ver figura 20).

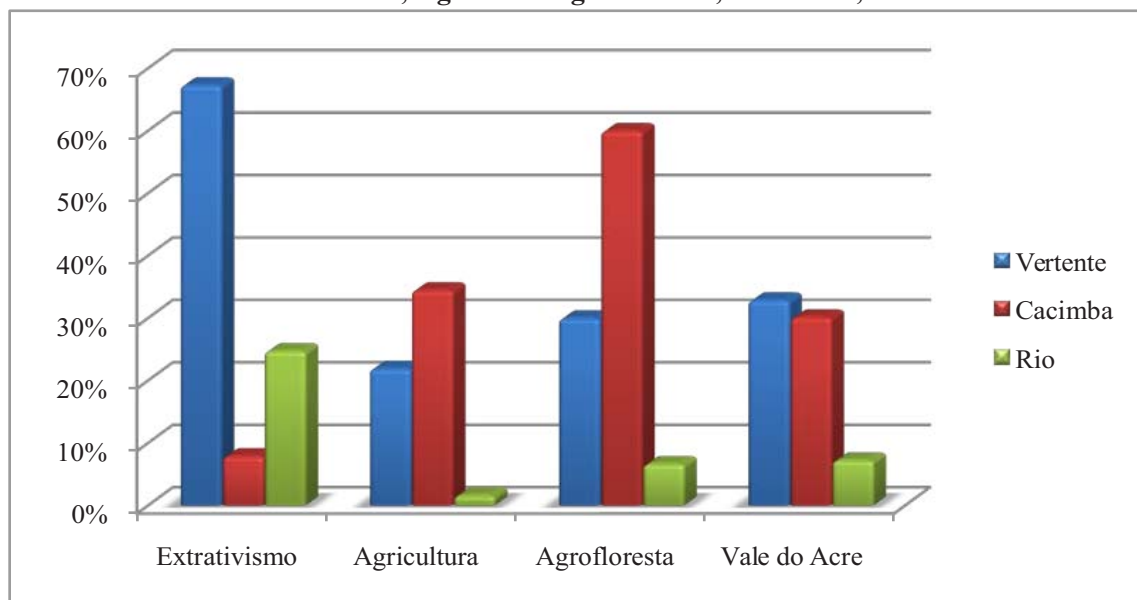
Figura 20 – Principais destinos do esgoto, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil 2005/2006, Acre - Brasil



O comprometimento da saúde das famílias, devido à contaminação da água consumida, principalmente, pelo contato com o esgoto, demanda uma ação eficaz no sentido de resguardar a saúde na zona rural da região.

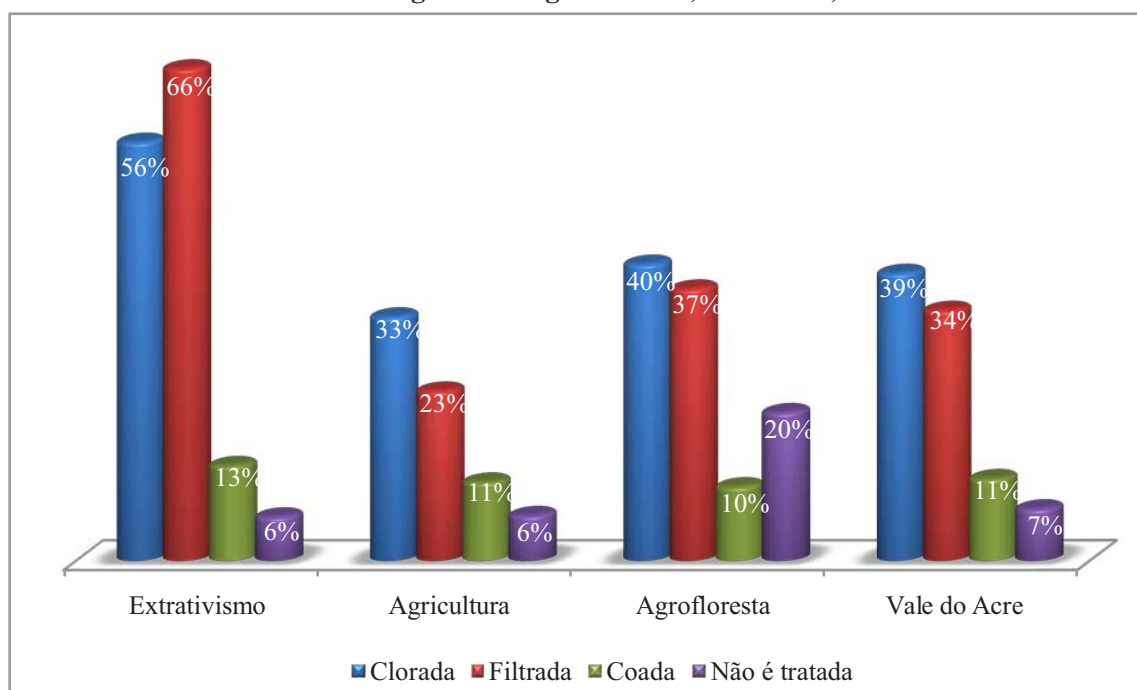
Ao considerar a origem da água consumida, se confirma a preocupação com o esgotamento sanitário e sua correta localização dentro da UPF, pois vertentes e cacimbas são as principais fontes de água, conforme a figura 21.

Figura 21 – Principais origens da água consumida, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil.



De acordo com a figura 22, a cloração é o principal tratamento da água no Vale do Acre, e, desta vez, o sistema extrativista se destaca por apresentar os maiores níveis de cloração da água dentre as UPFs, quando comparado aos demais sistemas, contudo, a filtração, ainda, é um tratamento de água bastante comum.

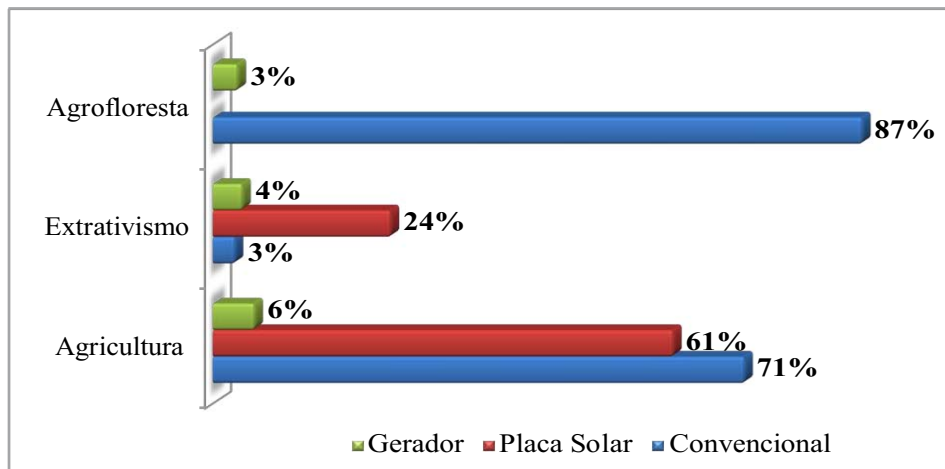
Figura 22 – Principais tratamentos da água consumida, Vale do Acre, Sistemas Extrativista Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil.



SITUAÇÃO DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS

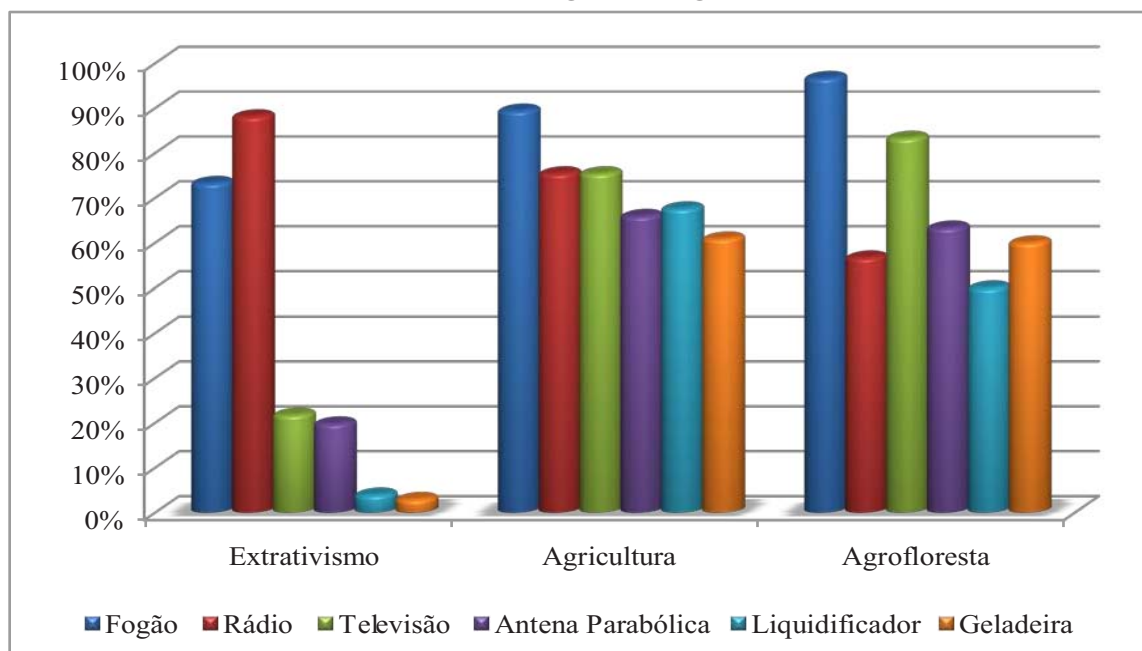
A energia convencional é a forma mais comum de acesso à energia elétrica nos sistemas produtivos do Vale do Acre, e a placa solar é a segunda principal fonte de energia (ver figura 23).

Figura 23– Acesso a energia elétrica por UPF, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil.



Por consequência, os sistemas produtivos melhor servidos de fontes de energia possuem maior quantidade e diversidade de bens duráveis, a exemplo dos sistemas agrícola e agroflorestal (ver figura 24).

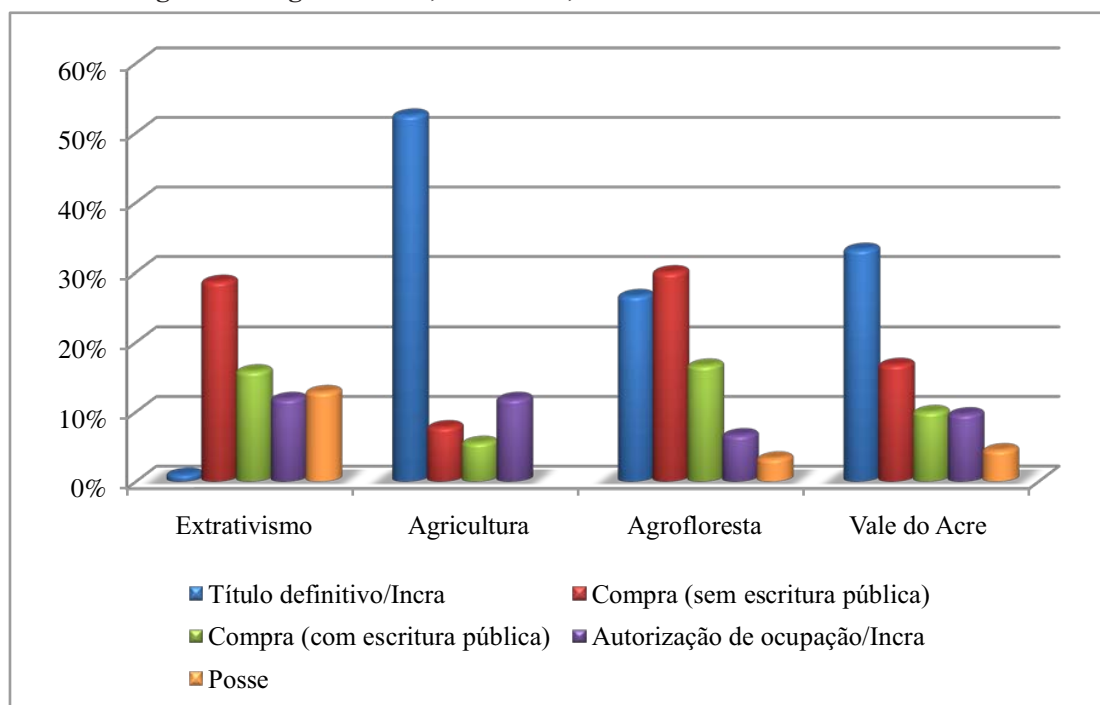
Figura 24– Ocorrência dos principais itens de bens duráveis por UPF (%), Vale do Acre Sistemas Extrativista, Agrícola e agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil.



SITUAÇÃO DO ACESSO AOS RECURSOS NATURAIS

O acesso à terra é peculiar em cada sistema de produção. Neste sentido, no sistema extrativista, a compra é a principal forma de acesso, mesmo que, na maioria das vezes, estas áreas se localizem dentro das Unidades de Conservação (UC's), cujo instrumento legal de acesso é através do termo de concessão de uso (ver figura 25).

Figura 25– Principais formas de acesso a terra, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil



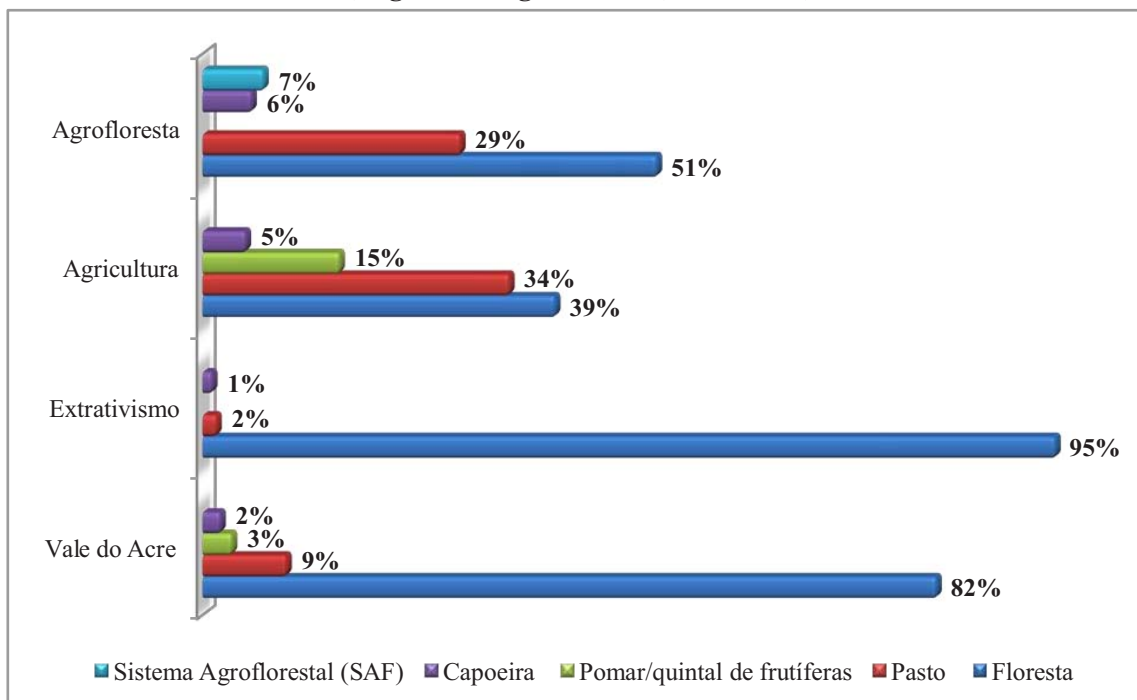
Isto acontece devido à grande mobilidade das famílias extrativistas entre as colocações. Tanto dentro quanto fora das UC's, a transferência ocorre sem respeito às exigências legais: dentro das UC's, sem a celebração do termo de concessão de uso entre a autoridade competente e a família; e fora das UC's, sem a escritura pública.

Já nas áreas agrícolas, o título definitivo e a autorização de ocupação do INCRA são os instrumentos mais comuns que viabilizam o acesso a terra (ver figura 25).

Os principais usos da terra nos sistemas produtivos do Vale do Acre, conforme a figura 26, apontam o relevante percentual de área florestada do sistema extrativista, na marca de 95%, e insignificantes 5% para os demais usos. Contudo, os pastos

apresentam-se bastante significativos nos sistemas agrícola e agroflorestal, perfazendo participação de 34% e 29%, respectivamente.

Figura 26– Percentual dos principais tipos de uso da terra, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil.

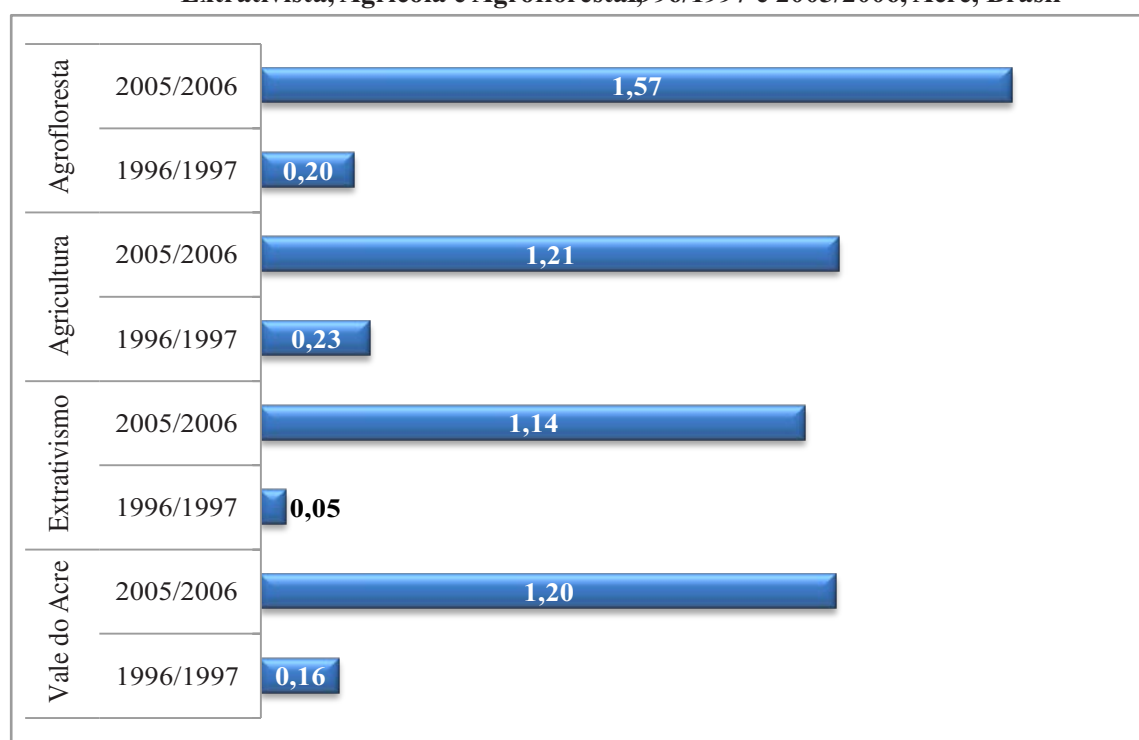


No Vale do Acre, a área florestada é preponderante não apenas no sistema extrativista (95%), mas, também, nos demais Sistemas de Produção. Esta preponderância de áreas florestadas permite o pleno desenvolvimento das atividades produtivas já existentes na região, bem como seu aprimoramento e exploração de seu potencial produtivo.

SITUAÇÃO DO CAPITAL DAS UNIDADES PRODUTIVAS FAMILIARES

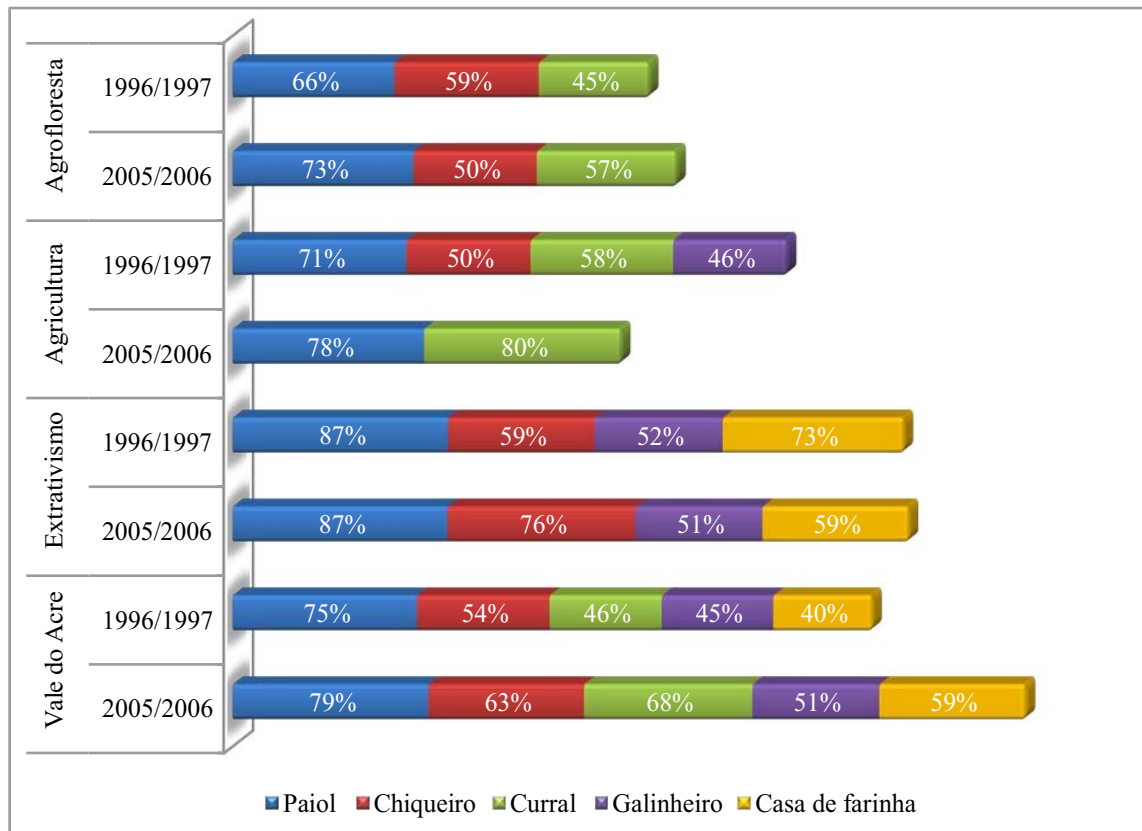
No Vale do Acre, os sistemas de produção passaram por uma significativa mudança entre os anos agrícolas de 1996/1997 e 2005/2006, em que o capital (fixo e circulante) se tornou mais preponderante do que a mão-de-obra, atingindo um Índice de Capitalização superior a 1 (ver figura 27).

Figura 27 – Índice mediano de Capitalização (IK) das UPF's, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre, Brasil



Todos os Sistemas de Produção utilizaram mais capital que força de trabalho na atividade produtiva, sendo que na agrofloresta esse crescimento foi maior, provavelmente impulsionado, por um lado, pelos investimentos realizados na atividade agrícola e na atividade pecuária, havendo a difusão de paióis e currais nas UPF's, respectivamente (ver figura 28). Por outro lado, como será apresentado mais adiante, também concorreu para a melhora do IK a diminuição da ocupação de força de trabalho, o que pode enviesar o indicador.

Figura 28 - Percentual de ocorrência de benfeitorias em mais da metade das UPF's Vale do Acre, Sistema Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil.



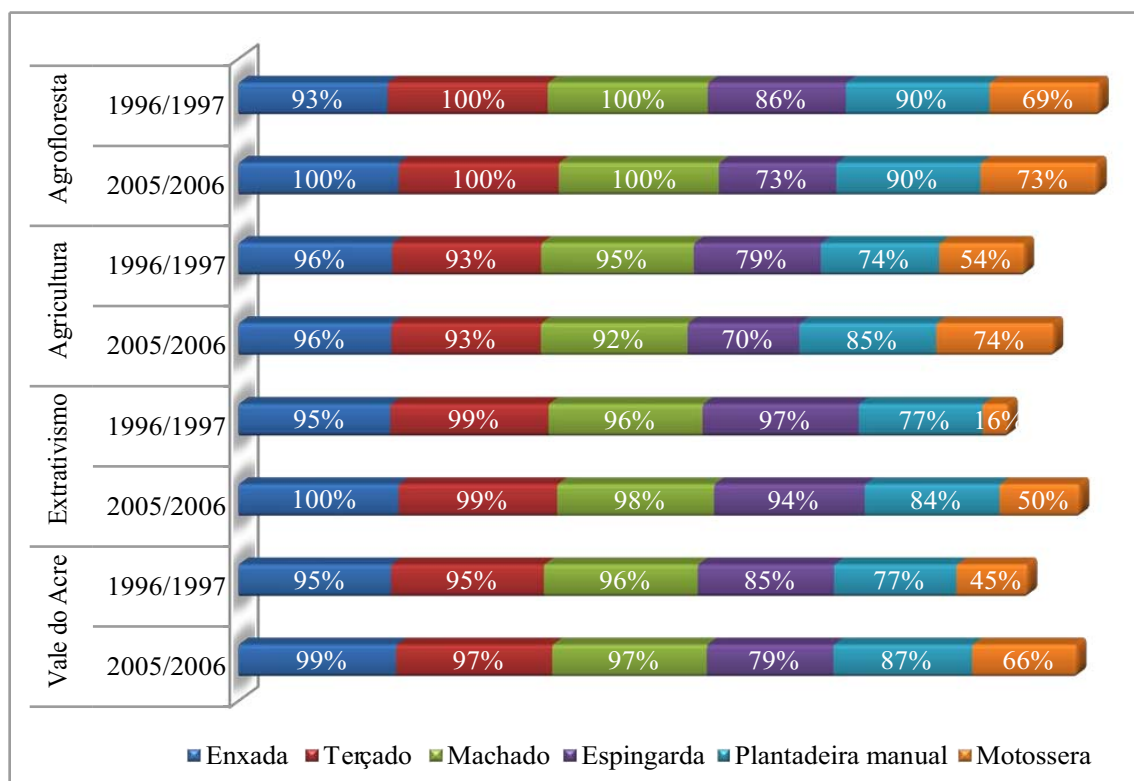
Também na agricultura ocorreram os investimentos na atividade pecuária, a exemplo da maior disseminação do curral entre as UPF's agrícolas - aumento de 58% para 80% das UPF's, impulsionando o índice de capitalização.

É importante salientar que houve difusão de todos os tipos de capital fixo e circulante nas UPF's, principalmente daqueles associados à atividade pecuária e agrícola. No extrativismo, o destaque é para a presença do chiqueiro, que evoluiu de 59% para 76% das UPF's.

De forma geral, as unidades de produção familiar se capitalizaram mais no período em estudo e estão mais capacitadas para gerar valor por unidade de custo.

Analisando a evolução dos demais fatores de produção na unidade produtiva, tem-se que as principais variações ficaram a cargo dos animais de trabalho e insumos, e, sem grandes variações, as máquinas, equipamentos e ferramentas, conforme ilustram as figuras 29, 30 e 31.

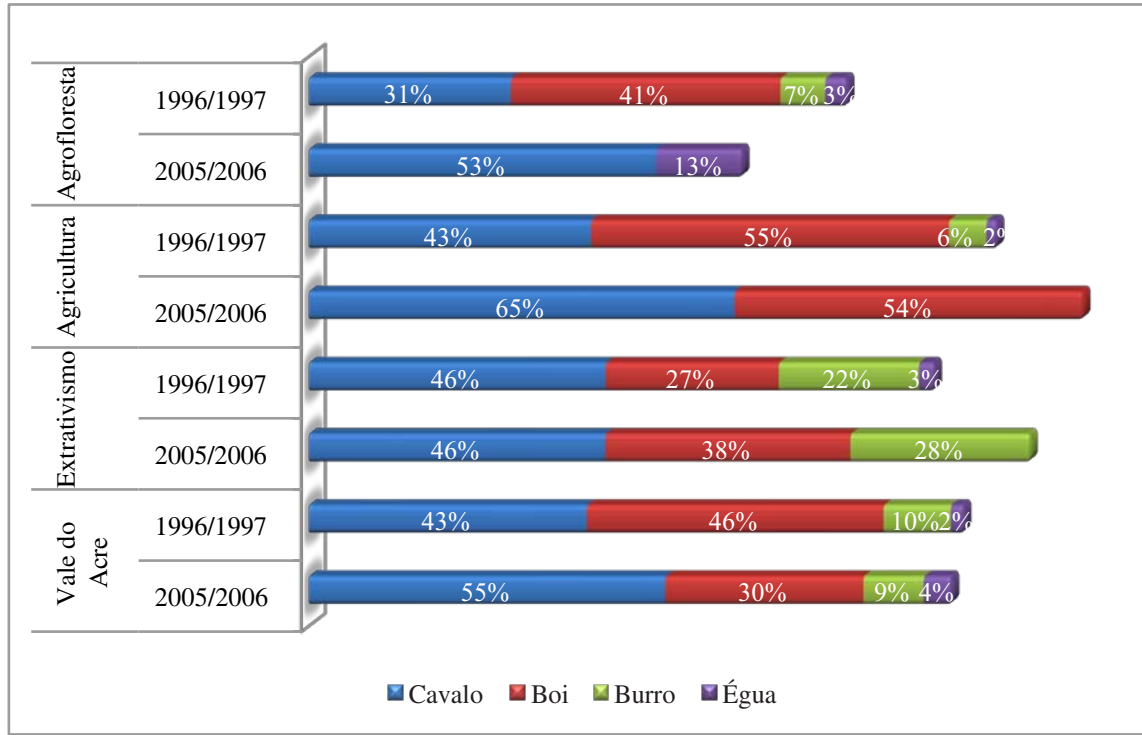
Figura 29– Percentual de ocorrência de máquinas, equipamentos e ferramentas, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil



A motosserra e a plantadeira manual foram os responsáveis pelas principais variações no grupo de máquinas, equipamentos e ferramentas, excetuando-se o sistema agroflorestal em que o uso da plantadeira manual não evoluiu, permanecendo presente em 90% das UPF's, no período pesquisado.

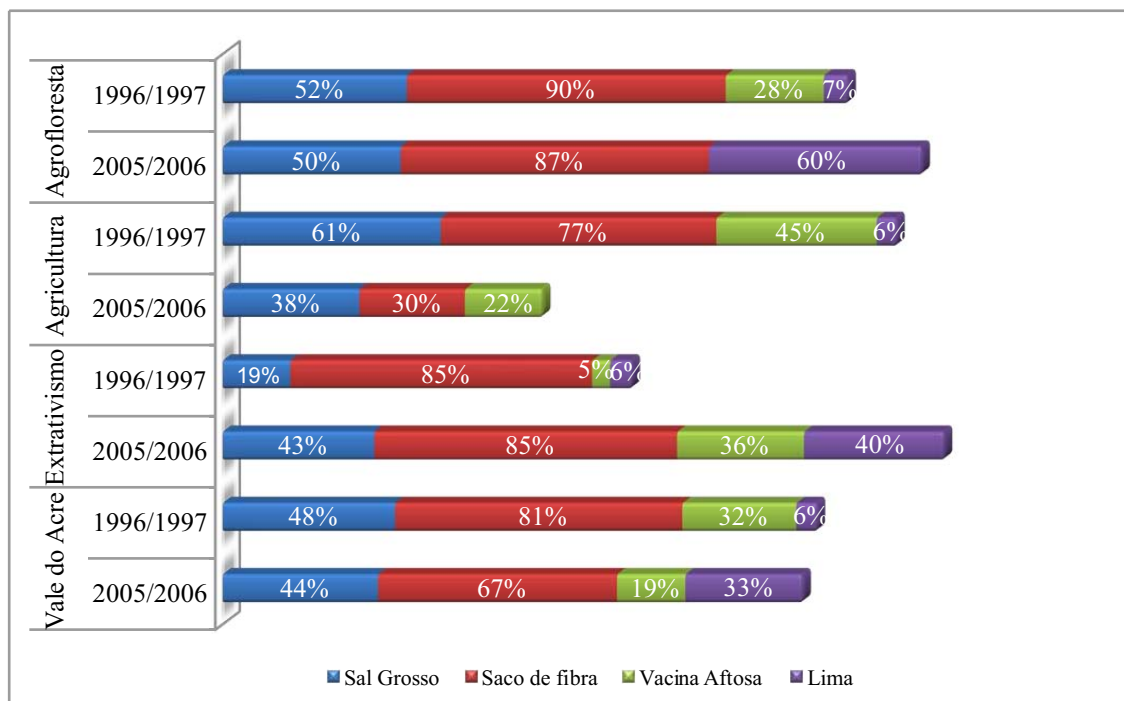
No sistema agrícola e agroflorestal, em que houve um avanço do capital fixo e circulante, devido à prática da atividade pecuária, assistiu-se a um aumento considerável do uso do cavalo como animal de trabalho, permanecendo este tipo de uso constante no sistema extrativista. (ver figura 30)

Figura 30 – Percentual de ocorrência de animais de trabalho, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil



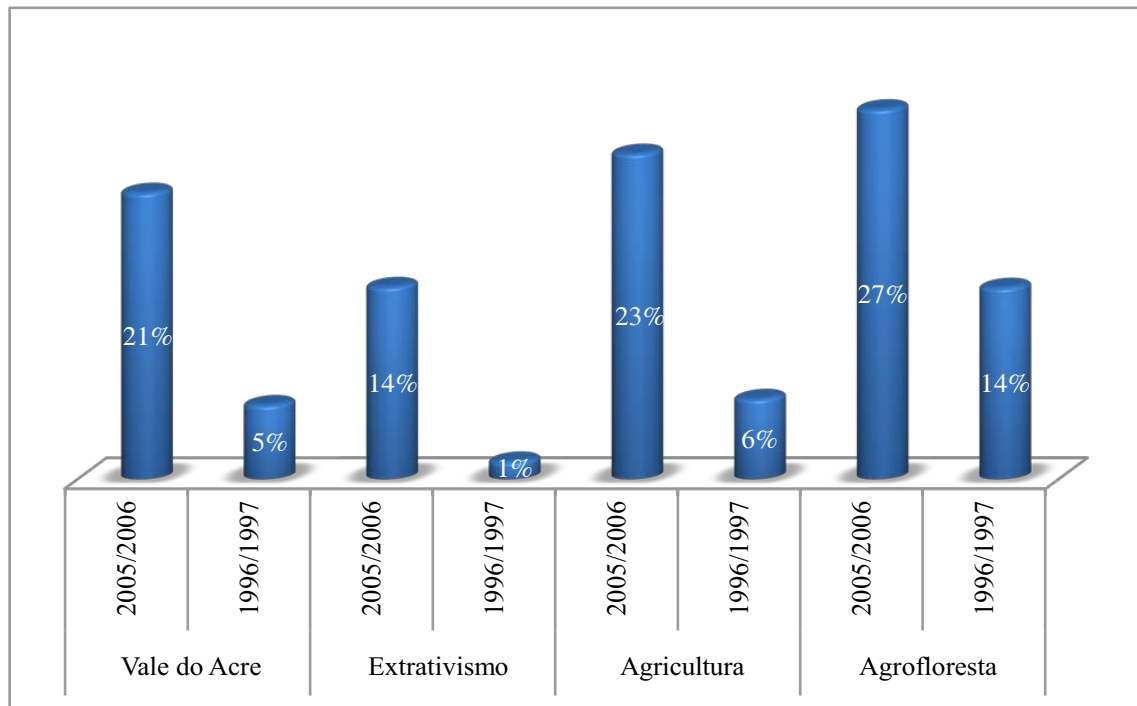
Com relação aos insumos utilizados, cabe destacar o aumento do percentual de UPF's que utilizaram vacina para aftosa e sal grosso no sistema extrativista, evidenciando o crescimento da atividade pecuária (ver figura 31) em detrimento das atividades extrativistas.

Figura 31– Percentual de ocorrência de insumos, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre– Brasil



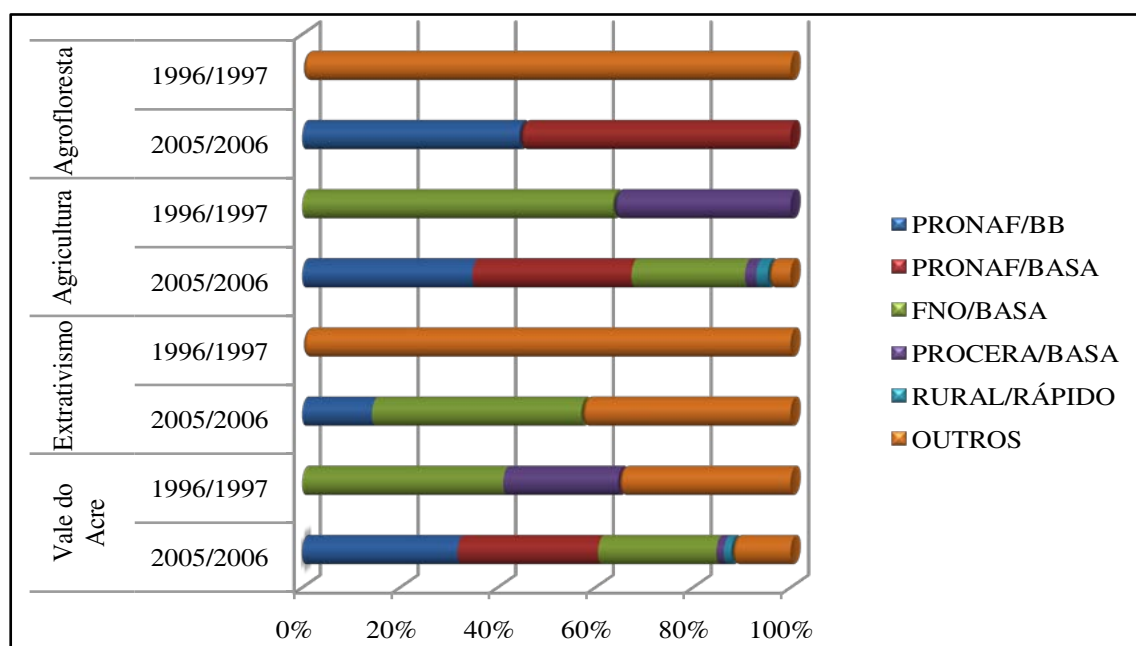
O uso do crédito bancário ficou mais difundido no Vale do Acre, passando de 5% para 21% das UPF's, no período pesquisado de 1996/1997 e 2005/2006, retratando a evolução ocorrida em todos os sistemas produtivos, principalmente pelo sistema agroflorestal (ver figura 32).

Figura 32– Percentual de UPF's que utilizaram algum tipo de crédito bancário, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil



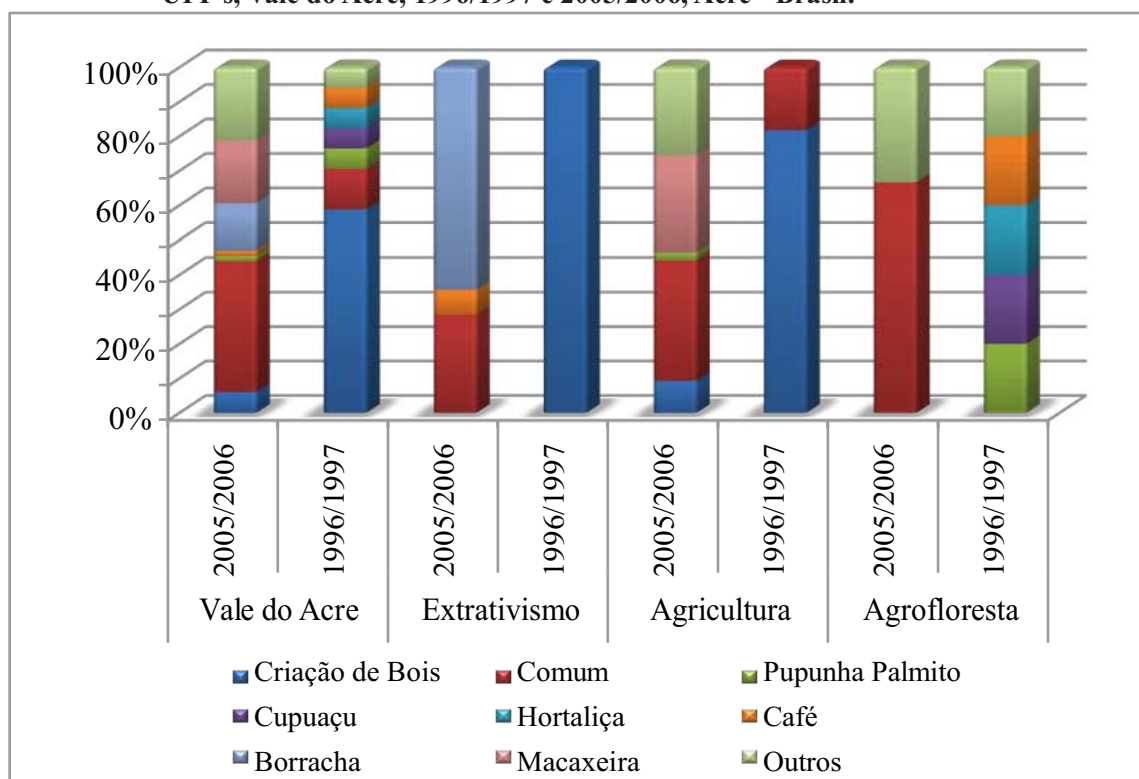
Outro movimento importante, relativo às linhas de crédito, foi sua diversificação, bem como o delineamento de linhas de crédito mais específicas por atividade produtiva (ver figura 33).

Figura 33 – Percentual de ocorrência das principais linhas de créditos identificadas entre as UPF's financiadas, Vale do Acre, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil



Além da diversificação e do uso de linhas de créditos mais específicos, assistiu-se a uma maior diversificação das atividades produtivas financiadas por crédito. À exceção do sistema agroflorestal, no período pesquisado, mais produtos foram financiados por crédito bancário (ver figura 34).

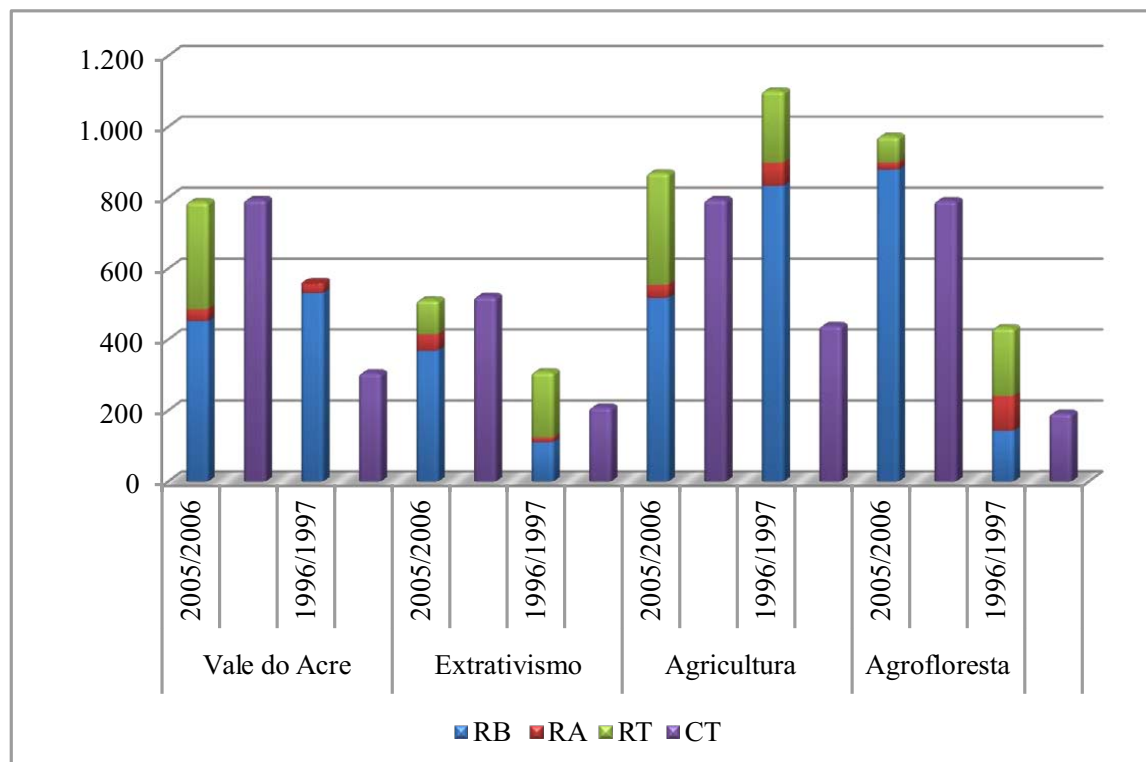
Figura 34 – Principais linhas de exploração beneficiadas pelos financiamentos obtidos pelas UPF's, Vale do Acre, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil.



SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO - RENDA BRUTA versus CUSTO TOTAL

O desempenho econômico do Vale do Acre aponta uma situação de prejuízo entre as UPFs, pois os custos apresentam-se maiores que a renda associada à produção, sendo que a reprodução da unidade de produção familiar se dá por meio da complementação da renda, proveniente das transferências governamentais e do assalariamento fora da UPF (ver figura 35).

Figura 35– Relação entre Renda Bruta Total, Custo Total, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil. (Valores em R\$)



Obs.: CT – Custo Total; RT – Renda de Transferências Governamentais; RA – Renda de Assalariamento; RB – Renda Bruta

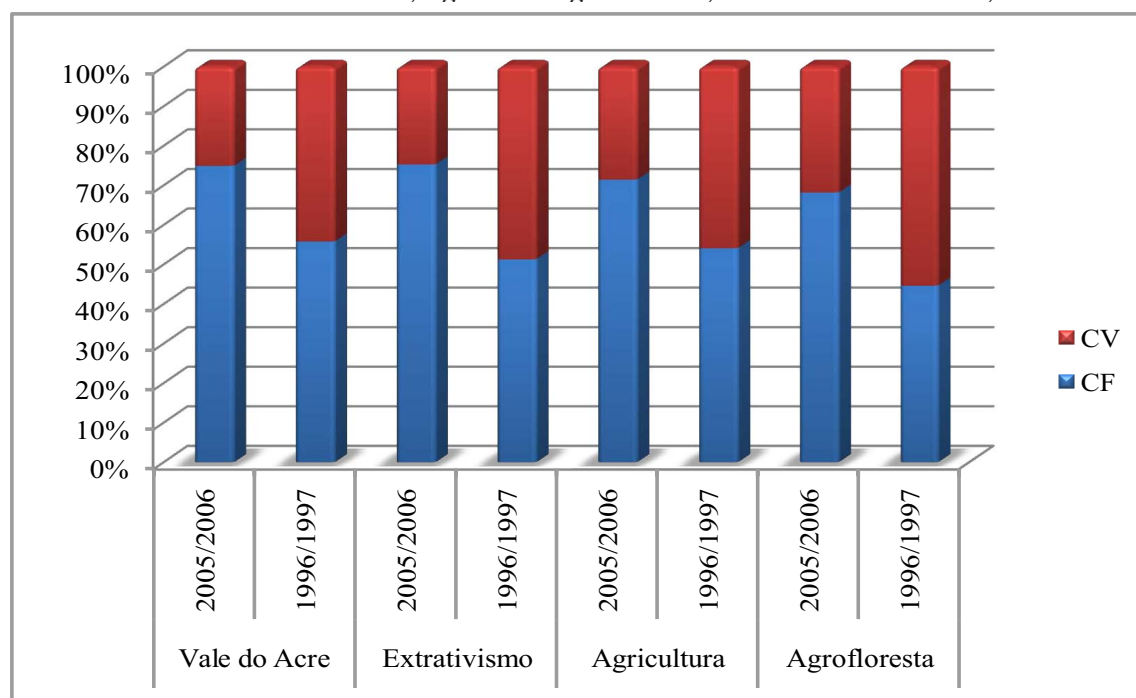
Analisando a evolução para o Vale do Acre, observou-se uma mudança negativa, tendo em vista que, no ano 1996/1997, a renda oriunda da produção era superior aos custos. Já em 2005/2006, essa lógica se inverte, sendo os custos superiores à renda.

O desempenho individual dos sistemas de produção esclarece essa evolução. O sistema agroflorestal alcançou resultado satisfatório na geração de renda por unidade de custo, ou seja, a renda oriunda da produção apresentou-se maior que os custos totais. Por outro lado, os sistemas agrícola e extrativista geraram menos renda por unidade de custo.

O incremento da atividade produtiva não alterou a estrutura da renda e custo para os sistemas de produção, com exceção da agrofloresta, tendo em vista que para a agricultura e o extrativismo a estrutura permaneceu negativa no período, e para a agrofloresta a renda oriunda da produção superou os custos totais, no ano agrícola de 2005/2006.

Analisando o comportamento do capital fixo nos custos totais, verifica-se que a reposição do capital fixo torna-se cada vez mais relevante. Entre os anos agrícolas estudados, houve uma intensificação do capital fixo, o qual evoluiu positivamente para todos os sistemas de produção da região, conforme destaca a figura 36.

Figura 36– Principais componentes do Custo Total (CT) mediano, por UPF, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agrofloresta, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil

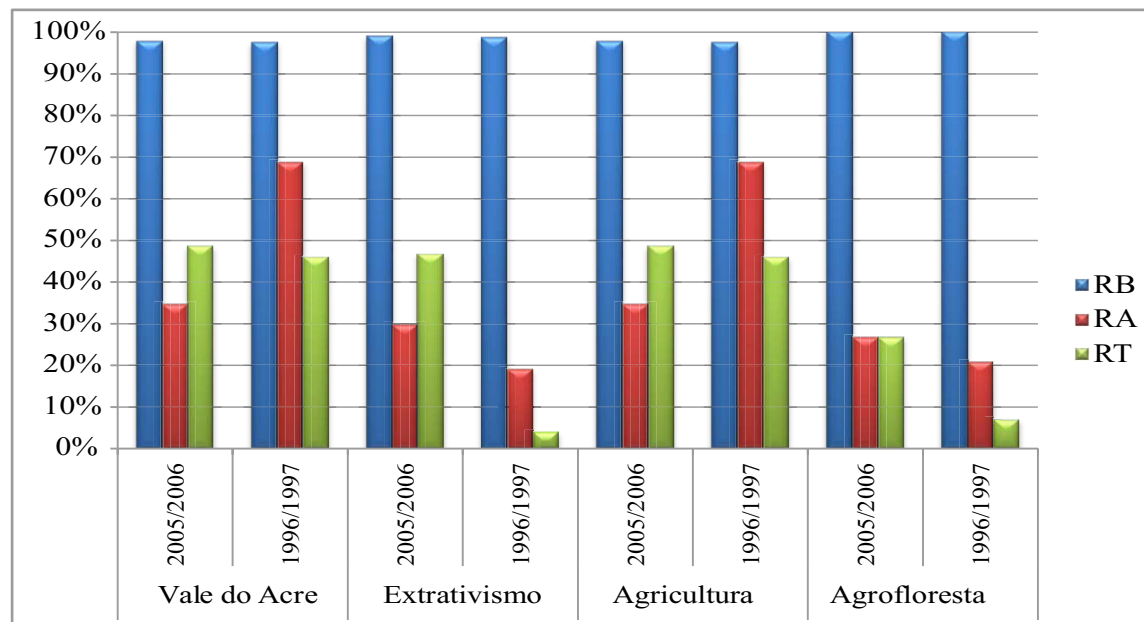


Obs.: CF – Custo Fixo; CV – Custo Variável

As evidências apontam para uma maior tecnificação das unidades de produção familiar. Contudo, este processo não levou a uma maior produtividade por unidade de custo, empregada linearmente para todos os sistemas de produção. Isto pode ter várias causas, desde o investimento em linhas de exploração com retorno inadequado até investimentos na UPF, desvinculado da atividade produtiva.

Se, por um lado, os custos, impulsionados pelo custo fixo, evoluíram mais que proporcionalmente à renda gerada para todos os sistemas de produção, e se, por outro lado, a totalidade das UPF's dos três sistemas de produção auferiu renda com atividade produtiva (ver figura 37), constata-se que as prováveis causas do baixo desempenho da UPF's em gerar lucro por unidade de custo estejam nas decisões relacionados a quê produzir, quanto produzir e como produzir.

Figura 37– Ocorrência dos tipos de renda por UPF's (%), Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil



Obs.: RB – Renda Bruta; RA – Renda de Assalariamento; RT – Renda de Transferências Governamentais.

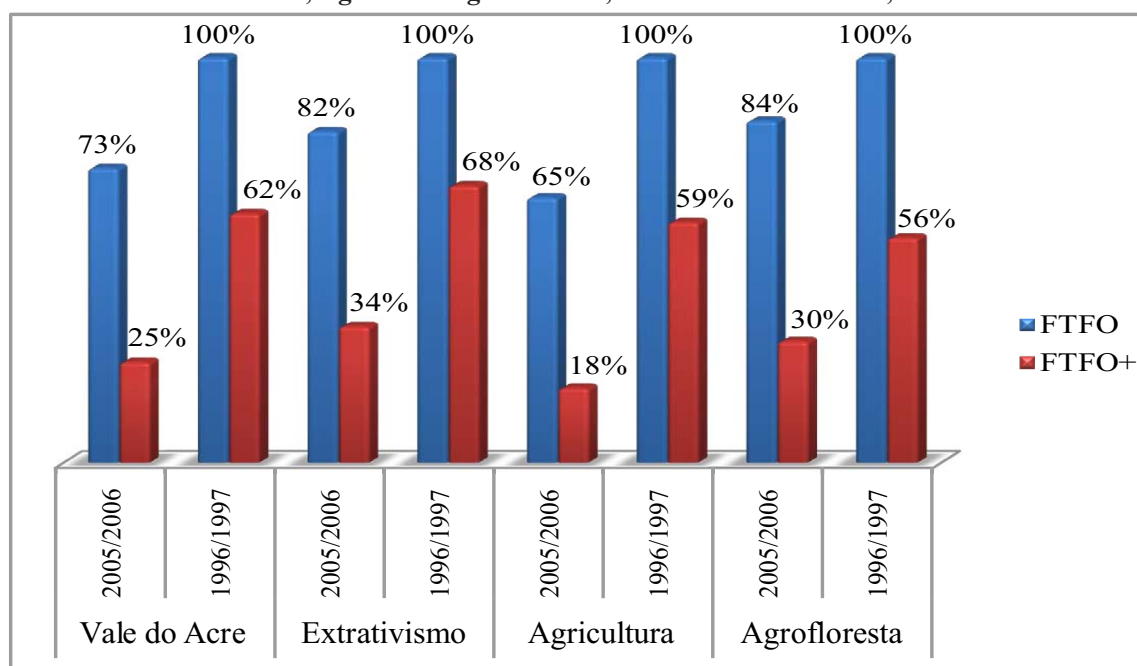
Outra evidência importante é a complementação da renda familiar com transferências governamentais nos sistemas agrícola e extrativista, em aproximadamente 50% das UPF's, bem como a significativa evolução da renda de transferência na agrofloresta.

Sendo assim, trata-se de sistemas de produção que estão em sua totalidade desempenhando atividade produtiva. Contudo, a renda resultante é insuficiente para custear as despesas das famílias e a reposição dos capitais fixos; e que, para tanto, as UPF's se valem do assalariamento e da complementação de renda para fazer frente a tais necessidades.

SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO - OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

No Vale do Acre, para o período de 2005/2006, a força de trabalho familiar, efetivamente ocupada na atividade produtiva, corresponde a cerca de 73% da força de trabalho disponível. Isto demonstra que, em relação ao período anterior pesquisado, houve um processo de desocupação da mão-de-obra familiar, mesmo observando-se que cerca de 25% das famílias ainda superexploram sua mão-de-obra, conforme figura 38.

Figura 38 – Percentual de ocupação da força de trabalho familiar, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil.

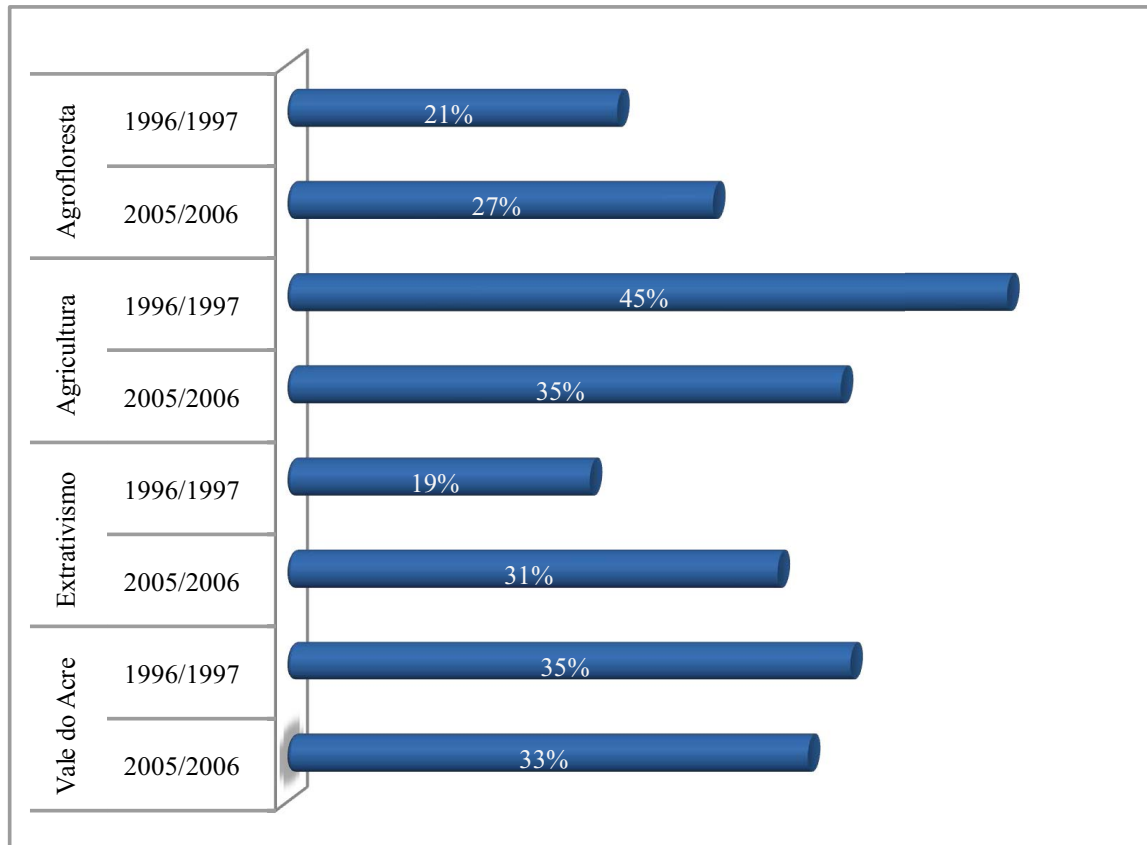


Obs.: FTFO – Força de Trabalho Familiar Ocupada; FTFO + Utilização da Força de Trabalho Familiar Além da Disponibilidade

A superutilização da força de trabalho se dá através do aumento das horas e dos dias de trabalho, fato este que decresceu para todos os sistemas produtivos nos anos agrícolas pesquisados, principalmente no sistema agrícola.

A redução do uso da força de trabalho, bem como da superutilização da força de trabalho, em certa medida, provocou claramente um aumento do assalariamento fora da UPF, ocorrida nos sistemas de produção, à exceção do sistema agrícola (ver figura 39).

Figura 39– Percentual de famílias que tiveram algum membro se assalariando fora da UPF, Vale do Acre, Sistema Extrativista, Sistema Agrícola, Sistema Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006 - Rio Branco - Acre



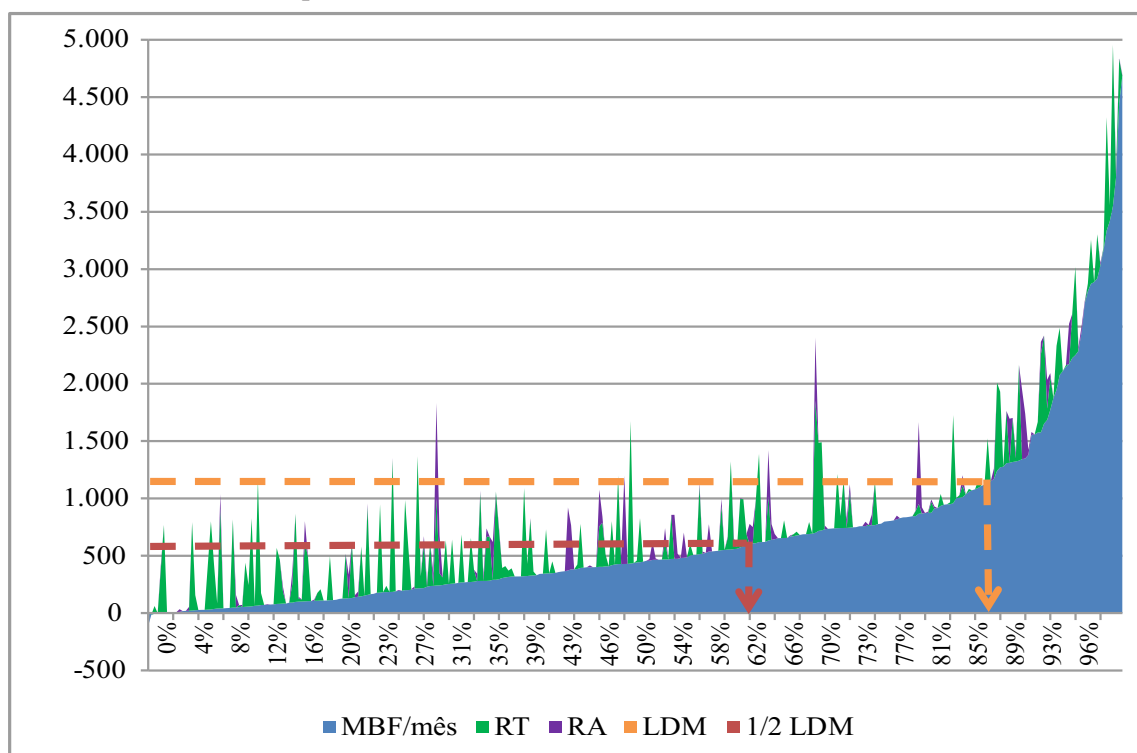
SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO - LINHA DE REPRODUÇÃO FAMILIAR

Um dos principais desafios, atualmente, em particular, no meio rural, é a manutenção das UPF's, em virtude da aquisição de bens e serviços no mercado.

A remuneração necessária para garantir a reprodução da unidade de produção familiar, no Vale do Acre gira em torno de R\$ 1.000,00/mês, tendo em vista os gastos efetuados pelas famílias no mercado, tanto na aquisição de mercadorias quanto na reposição dos capitais fixos.

De acordo com a figura 40, cerca de 86% das UPF's estão abaixo da linha de dependência do mercado, tendo em vista o valor mediano apropriado por cada família no final do processo produtivo do ano agrícola de 2005/2006.

Figura 40 – Linha de Dependência do Mercado, Vale do Acre, 2005/2006, Acre - Brasil (em R\$)



Obs: MBF/mês - Margem Bruta Familiar; RT - Renda de Transferência; RA - Renda de Assalariamento;
LDM - Linha de Dependência do Mercado

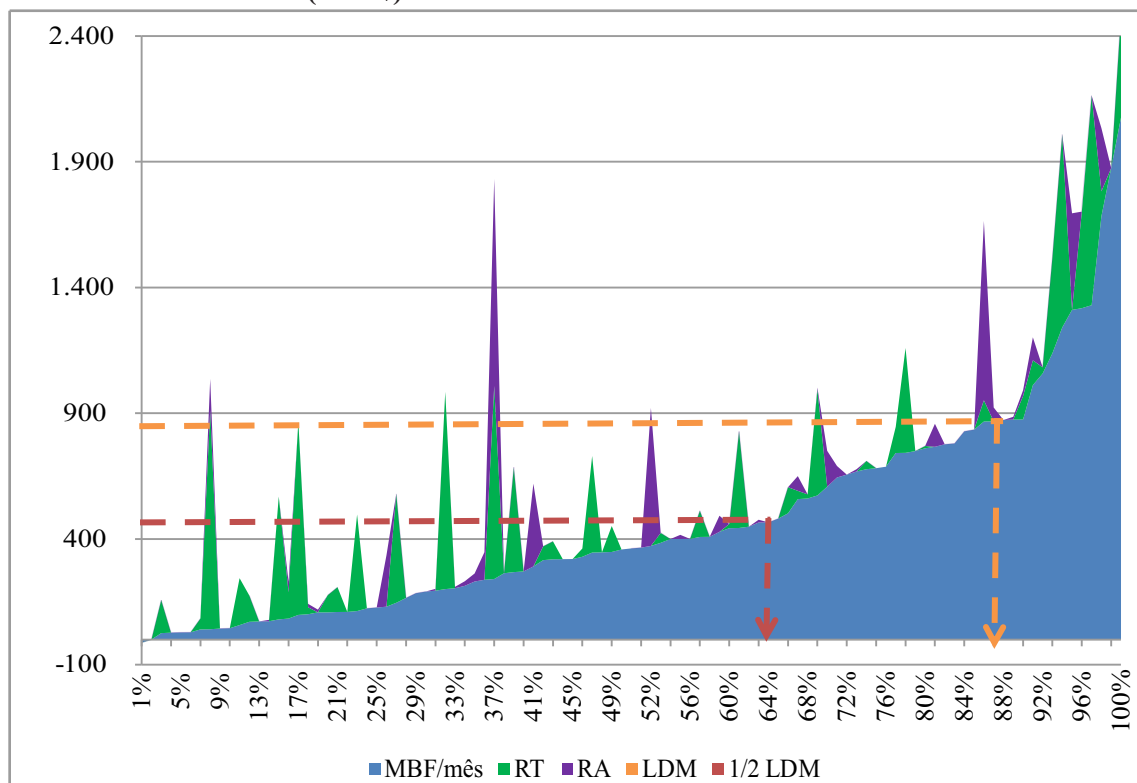
Destaca-se que cerca de 62% das UPF's do Vale do Acre se apropriaram de renda bruta inferior a menos da metade da linha de dependência mínima, indicando grandes dificuldades de manutenção das mesmas.

Tendo em vista que a linha de dependência do mercado para o Vale do Acre, em 1996/1997, apontava que cerca de 49% das famílias obtiveram renda inferior a linha de dependência, e 24% das famílias auferiram menos da metade da linha de dependência, constatou-se que, no período pesquisado, as condições das famílias sofrera uma sensível deterioração. Objetivamente, isto significa que 24% das famílias do Vale do Acre tiveram suas unidades produtivas operando abaixo do nível de sustentabilidade. As possíveis conseqüências são desde a redução drástica das despesas de consumo, oriundas do mercado, até a perda de patrimônio para garantir a reprodução da sua unidade de produção, levando, em última instância, à venda da própria unidade de produção.

Um aspecto importante a ser ressaltado nas figuras 40 a 43 é o papel das transferências governamentais, bem como o assalariamento fora da unidade de produção, no auxílio ao suprimento das compras efetuadas no mercado, contribuindo para auxiliar na manutenção das famílias no meio rural.

Analisando especificamente o sistema extrativista, constatou-se que apenas 12% das UPF's alcançaram nível de renda suficiente para garantir a reprodução da unidade de produção familiar, a partir de uma renda igual ou superior a R\$ 800,00/mês, no ano agrícola de 2005/2006. Constata-se, também, que cerca de 64% das famílias não alcançaram a metade da renda calculada para cobrir suas necessidades (ver figura 41).

Figura 41– Linha de Dependência do Mercado, Vale do Acre, Sistema Extrativista, 2005/2006, Acre– Brasil (em R\$)



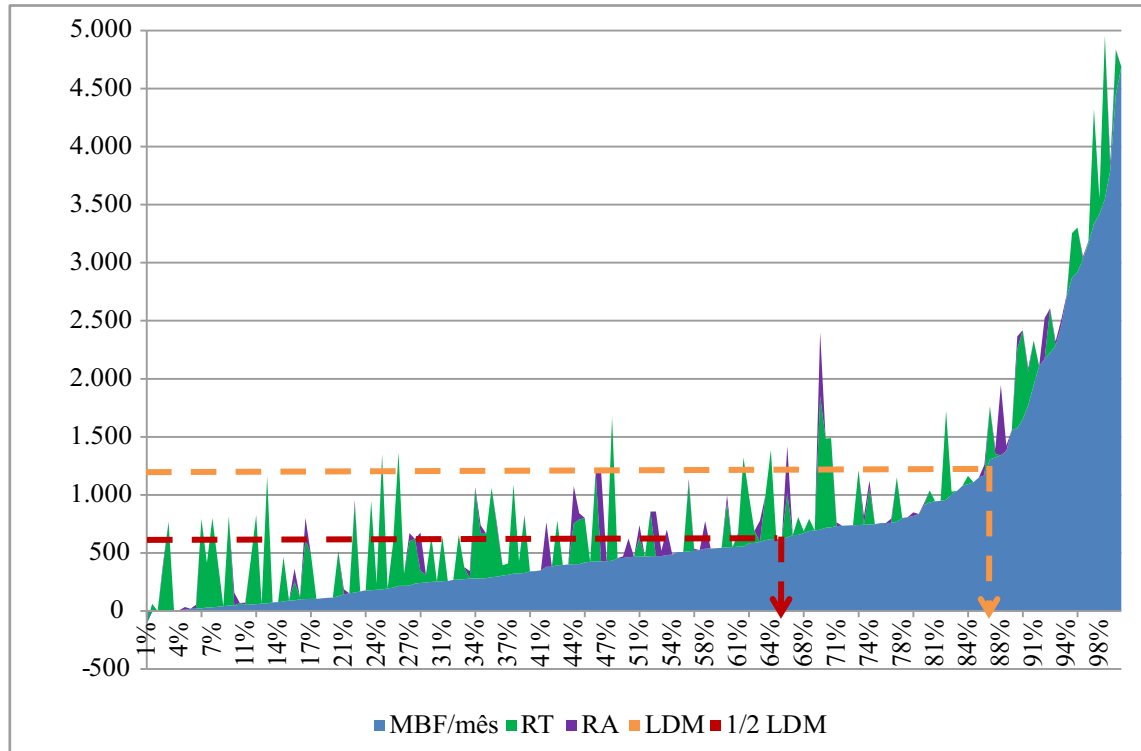
Obs: MBF/mês - Margem Bruta Familiar; RT - Renda de Transferência; RA - Renda de Assalariamento; LDM - Linha de Dependência do Mercado

Comparando esses resultados com os alcançados em 1996/1997, para os quais o sistema extrativista apresentava 47% das famílias com renda superior à linha e cerca de 24% das famílias com renda inferior a menos da metade da linha, constata-se que o sistema de produção colaborou para o cenário apresentado para o Vale do Acre.

A tendência negativa atingiu também o sistema agrícola, pois a maior proporção de famílias obteve rendimento inferior ao necessário para satisfazer as aquisições no mercado, seja para bens de consumo, seja para reposição do ativo fixo, considerando os resultados para os anos agrícolas de 1996/1997 e 2005/2006.

Para 2005/2006, a linha de dependência da agricultura apontava a renda mensal de R\$ 1.200,00 como adequada para garantir a reprodução da unidade familiar, sendo que apenas 13% das UPF's alcançam esse nível de renda e que 66% das famílias não alcançam a metade da renda necessária, conforme mostra a figura 42.

Figura 42– Linha de Dependência do Mercado, Vale do Acre, Sistema Agrícola, 2005/2006, Acre Brasil (em R\$)



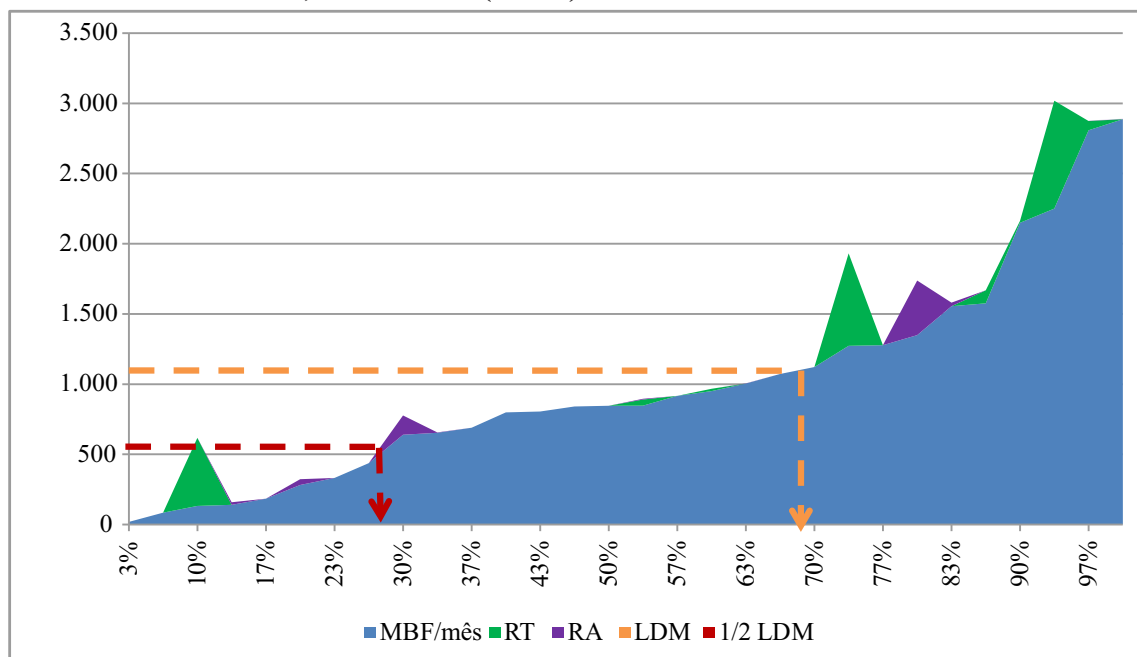
Obs: MBF/mês - Margem Bruta Familiar; RT - Renda de Transferência; RA - Renda de Assalariamento; LDM - Linha de Dependência do Mercado

Contudo, para 1996/1997, cerca de 54% das famílias estavam acima da linha de dependência e 25% abaixo da metade da linha, comprovando que, também, no sistema agrícola houve um agravamento das condições das unidades familiares em gerarem renda para arcar com os compromissos.

Dentre os sistemas produtivos, o sistema agroflorestal apresentou o melhor desempenho para 2005/2006: 32% das famílias atingiram a renda mínima necessária para reproduzir a unidade de produção e, aproximadamente, 28% das famílias não atingiram a metade da renda mínima requerida para este caso específico (ver figura 43).

Também no ano agrícola de 1996/1997, o sistema agroflorestal mostrou os melhores resultados, com 54% das unidades de produção abaixo da linha contra 69%, em 2005/2006. Portanto, apenas 15% das UPF's foram incluídas na zona desfavorável. Por outro lado, 5% das unidades saíram da zona inferior à metade da linha de dependência, partindo de 31% para 27% no último ano agrícola.

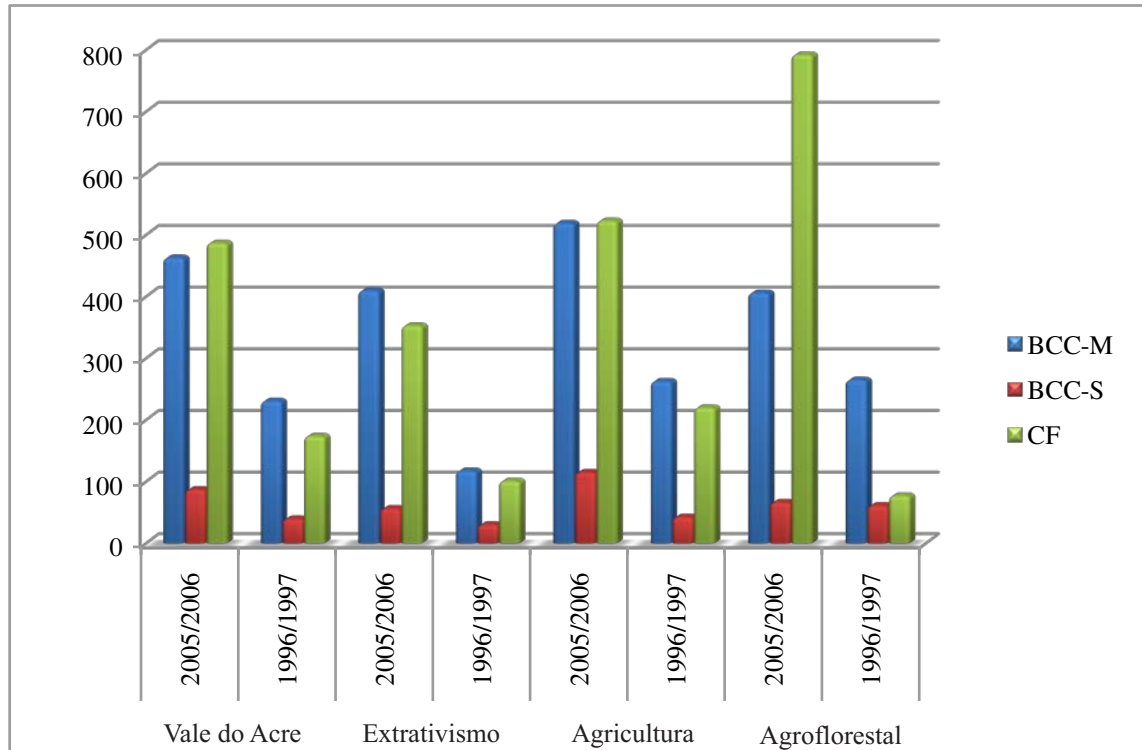
Figura 43 – Linha de Dependência do Mercado, Vale do Acre, Sistema Agroflorestal, 2005/2006, Acre – Brasil (em R\$)



Obs: MBF/mês - Margem Bruta Familiar; RT - Renda de Transferência; RA - Renda de Assalariamento; LDM - Linha de Dependência do Mercado

Um fator que pode ser associado a este desempenho das unidades familiares é a estrutura dos custos fixos, bens e serviços comprados no mercado para os sistemas produtivos. Nos sistemas extrativista e agrícola, conservou-se a proporção dos gastos realizados para a referida estrutura de custos, contudo, para o sistema agroflorestal, observou-se uma evolução diferenciada, em que os custos fixos das unidades de produção cresceram mais que proporcionalmente aos demais dispêndios no mercado (ver figura 44).

Figura 44 – Composição da Linha de Dependência do Mercado, Vale do Acre, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil (em R\$)



Obs.: BCC-M – Bens de Consumo Comprados no Mercado; BCC-S – Serviços Comprados no Mercado; CF – Custo Fixo.

Este fato indica que os investimentos realizados nas unidades produtivas em custo fixo possibilitam a geração de valor por unidade de custo empregado, e que este investimento mostrou-se eficaz no sistema agroflorestal, colocando-se na contra-tendência observada para os sistemas extrativista e agrícola.

SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO - GERAÇÃO DE RENDA BRUTA

A composição da renda bruta no Vale do Acre, no período compreendido pelos anos agrícolas 1996/1997 à 2005/2006, foi marcado pelo fortalecimento dos produtos característicos dos sistemas extrativista e agroflorestal, respectivamente, castanha-do-brasil e pupunha, bem como pela consolidação da pecuária bovina como principal geradora de receita do sistema agrícola, conforme a tabela 5.

Tabela 5 – Evolução da Geração de Renda Bruta por Linha de Exploração, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre – Brasil

Linha de Exploração	Geração de Renda Bruta (%)							
	Vale do Acre		Extrativismo		Agricultura		Agrofloresta	
	2005/2006	Evolução	2005/2006	Evolução	2005/2006	Evolução	2005/2006	Evolução
Criações	54,56	20,75	37,12	-0,11	65,58	16,67	33,27	39
Criação de Bois	47,48	46,43	27,02	132,35	59,36	44,87	27,68	49,38
Criação de Porcos	3,27	-59,94	4,70	-55,73	2,76	-75,66	3,30	-9,88
Criação de Aves	2,73	-22,96	4,14	-64,89	2,58	-14,56	1,25	68,13
Outros	1,08	2,27	1,24	-59,81	0,87	-0,20	1,04	3,94
Agricultura	27,25	-34,27	16,66	-44,93	30,64	-16,52	28,00	62,61
Café	2,40	67,82	0,44	2463,56	2,41	130,75	5,22	65,20
Macaxeira	7,72	68,48	6,08	62,41	9,14	33,72	4,18	994,06
Banana	2,75	-36,29	1,14	845,30	3,95	-34,61	0,10	-*
Melancia	1,45	-30,87	0,54	-91,50	1,35	292,30	3,21	-*
Feijão	1,19	-83,48	1,38	-83,06	1,35	-62,71	0,29	-92,44
Arroz	2,03	-74,66	3,17	-64,48	2,03	-79,99	0,35	-80,96
Milho	2,46	-74,70	0,95	-51,21	3,45	-33,77	0,54	-68,69
Outros	7,24	78,21	2,98	184,44	6,96	99,31	14,10	124,85
Agrofloresta	5,62	-14,58	-*	-*	-*	-*	38,73	-34,18
Pupunha Fruto	2,04	-35,33	-*	-*	-*	-*	13,62	-54,60
Cupuaçu	1,21	-49,48	-*	-*	-*	-*	8,05	-54,04
Pupunha Palmito	0,76	5149,71	-*	-*	-*	-*	5,08	4092,91
Café	1,13	-*	-*	-*	-*	-*	7,51	-*
Outros	0,47	-52,96	-*	-*	-*	-*	4,47	-60,10
Extrativismo	12,58	85,47	46,22	41,84	3,78	-46,61	-*	-*
Castanha	6,70	140,04	28,41	70,48	0,69	-71,12	-*	-*
Borracha	1,97	-0,01	6,74	-57,68	0,77	72,50	-*	-*
Madeira	2,64	49,40	10,91	-*	0,37	-90,82	-*	-*
Outros	1,26	406,73	0,16	8919,34	1,95	737,44	-*	-*

Obs.: -* Ausência da linha ou está diluída em outras.

Na composição da renda bruta dos sistemas produtivos existem dois pólos: por um lado, o sistema extrativista e o sistema agroflorestal possuem produtos característicos dos sistemas; por outro, o sistema agrícola não possui um produto característico do ponto de vista vegetal, uma vez que a principal atividade deste sistema é a criação de gado bovino.

No caso do sistema extrativista, o produto característico é a castanha, responsável por aproximadamente 28,4% da renda gerada, apresentando um crescimento de cerca 70,5%, para o ano agrícola 2005/2006, contra decréscimo de 57,8% do segundo maior gerador de receita no extrativismo, a borracha, que demonstra as dificuldades de reprodução dessa atividade.

No caso do sistema agroflorestal, dois produtos figuram entre os característicos: a pupunha fruto e a pupunha palmito, respondendo, respectivamente, por cerca de 13,6% e 5,1% da receita gerada. Contudo, esses produtos apresentam uma evolução diferente nos anos agrícolas em questão: a pupunha fruto que, apesar de ainda ser a maior geradora de receita, vem perdendo espaço, com um decréscimo de cerca de 54,6%, no sistema agroflorestal, enquanto que a pupunha palmito vem se afirmando como o principal produto, com uma robusta evolução de participação de cerca de 4.093%, evidenciando que, no primeiro momento, essa cultura ainda estava em processo de maturação. Já no sistema agrícola, a receita é pulverizada num sem-número de produtos, e, neste contexto, permanece a criação de bois como a principal responsável pela receita gerada, cerca de 59,4%.

Da composição da receita dos sistemas de produção verifica-se que quando determinado sistema não possui produto característico, a criação de bois assume essa posição de forma potencializada. Observa-se que na agricultura a criação de bois apresenta mais que o dobro da geração de renda nos sistemas extrativista e agroflorestal. Na agricultura, a criação de bovinos gera 59,7% da receita, enquanto que no extrativismo e na agrofloresta gera, respectivamente, 27% e 27,7%. Entretanto, nota-se, também, a evolução significativa da pecuária nos três sistemas.

SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO - PRINCIPAIS PRODUTOS

O desempenho econômico dos principais produtos dos sistemas produtivos apontou que aqueles oriundos do sistema agrícola apresentaram uma situação de prejuízo (IEE menor que 1), enquanto que o sistema agroflorestal apresentou situação de lucro (IEE maior que 1) e os produtos do extrativismo apresentaram uma situação próxima ao equilíbrio (IEE igual a 1), conforme indica o IEE dos sistemas constantes da tabela 6.

Tabela 6 – Evolução do desempenho econômico dos principais produtos, Vale do Acre, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil

Linha de Exploração	MBF/Qh/d (R\$)	Evolução (%)*	MBF/RB	Evolução (%)*	IEE	Evolução (%)*	Custo Unitário (R\$)	Evolução (%)*	Preço (R\$)	Evolução (%)*	Qtde/Ha (Kg)	Evolução (%)*	PICT/Ha (R\$)	Evolução (%)*
Pupunha Palmito	128,53	328,67	0,88	-10,17	2,40	35,34	0,46	-43,13	1,10	-23,03	342,17	151,59	162,52	205,48
Café (C)	118,23	90,06	0,99	5,50	4,23	64,82	0,35	-56,38	1,36	-29,67	1.366,67	-	291,25	-
Banana	87,49	-79,73	1,00	1,71	1,91	-82,24	1,25	249,51	3,29	-14,02	350,00	-20,45	220,25	209,25
Semente de Pupunha	85,72	53,05	0,98	2,25	2,75	-40,03	4,26	6,64	14,27	-22,17	135,00	90,14	37,95	27,46
Criação de Bois	64,65	34,27	0,86	4,58	0,90	-48,12	328,82	17,52	384,13	-23,03	0,24	-	0,31	-
Cupuaçu	47,46	-47,31	0,88	-7,53	1,18	-86,66	0,64	210,13	0,44	-75,78	916,67	7,15	499,48	41,85
Castanha	31,82	212,44	0,97	8,48	0,91	-18,31	9,47	76,95	10,98	81,42	-	-	-	-
Borracha	19,79	728,30	0,98	24,61	0,82	94,68	2,80	0,21	2,30	95,09	1,25	25,00	1,63	-25,64
Feijão	17,19	42,00	0,86	20,47	0,45	-47,92	2,54	51,71	1,32	-3,50	200,00	-33,33	520,28	16,53
Arroz (C)	13,68	62,12	0,79	-1,38	0,84	-1,01	1,29	-31,01	1,10	7,76	500,00	66,67	664,30	48,79
Milho (C)	10,74	-44,75	0,87	13,49	0,49	-50,44	0,60	69,84	0,44	26,78	400,00	33,33	921,70	167,65
Macaxeira - Farinha (S)	10,46	210,84	0,89	35,81	0,39	-18,84	2,24	0,21	0,88	-18,67	1.000,00	100,00	3.420,81	152,35
Arroz (S)	5,96	-74,81	0,84	4,46	0,34	-64,94	1,36	0,71	1,10	7,76	800,00	26,32	1.138,31	49,81
Milho (S)	4,92	-51,85	0,78	7,16	0,26	-54,79	0,95	56,29	0,44	26,78	600,00	12,15	1.497,92	24,79

Obs.: * Relativo ao período 1996/1997; MBF/Qh/d - Remuneração diária da força de trabalho familiar; MBF - Margem Bruta Familiar; RB - Renda Bruta; IEE - Índice de Eficiência Econômica; C - Consorciada; S - Solteira

Assim, por um lado, evidencia-se o importante papel das culturas consorciadas (implantadas nos sistemas agroflorestais) para alavancar a lucratividade dos investimentos no meio rural. Ademais, observa-se que o produto da agricultura tradicional de grãos, que obteve melhor desempenho, com IEE próximo de 1, foi justamente o arroz produzido de forma consorciada.

Ora, todos os produtos originários da agricultura convencional apresentaram situação de prejuízo (IEE menor que 1), representado, em sua evolução em torno de uma década, pelo aumento do custo de produção (com exceção do arroz consorciado) em detrimento da redução dos preços ou do crescimento destes abaixo do custo.

Por outro lado, os produtos do extrativismo ainda permanecem importantes na pauta produtiva, visto que o desempenho econômico tanto da borracha quanto da castanha, especialmente desta, se aproxima do equilíbrio. Vale notar o excepcional aumento dos preços pagos pela borracha, bem como a manutenção dos custos de produção, além da valorização da castanha acima dos consideráveis acréscimos dos custos produtivos. Isto demonstra o resultado dos incentivos governamentais, tais como a Lei Chico Mendes e boas práticas na produção de castanha para o fortalecimento dessas cadeias produtivas no estado acreano. Não obstante, nota-se, ainda, na tabela 6, que a produtividade do trabalho – representada pela remuneração da mão-de-obra familiar (MBF/Qh/d) – é muito mais representativa nas explorações trabalhadas no sistema agroflorestral, com remuneração diária em mais de R\$ 100,00 para os dois principais produtos do sistema. Além disso, tendo em vista a remuneração da criação de gado bovino, percebe-se uma das razões da ampliação da pecuária bovina na região, em particular no extrativismo, uma vez que é superior aos produtos deste sistema.

Do ponto de vista da agricultura, uma questão preponderante é a produtividade da terra – quantidade (qtde)/hectare (ha) –, visto que todos os produtos agrícolas têm produtividade abaixo do ponto de igualação (ou de equilíbrio) aos custos totais, o que necessita urgente progresso técnico.

SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO

No Vale do Acre constata-se uma situação de prejuízo, em termos medianos, entre as unidades produtivas familiares, cuja evolução denota ser um processo contínuo e substancial de redução de eficiência, observado por variação negativa de 57% do IEE, no qual o Sistema Agrícola colabora de maneira relevante com variação negativa de 61% no período (tabela 7).

Tabela 7 – Desempenho Econômico mediano por UPF, Vale do Acre, Sistema Extrativista, Sistema Agrícola, Sistema Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil.

Indicadores	Unidade	Vale do		Extrativismo		Agricultura		Agrofloresta	
		Acre	Evolução	Evolução	Evolução	Evolução	Evolução		
RB	R\$/mês	573,12	12,55	397,85	38,77	630,78	-36,26	945,64	166,35
RBT	R\$/mês	768,26	39,78	512,17	65,59	870,69	-21,00	973,72	124,52
RL	R\$/mês	277,79	-27,02	199,40	15,20	277,79	-60,51	718,89	159,54
MBF	R\$/mês	456,44	5,38	364,11	52,39	468,83	-36,97	845,54	155,06
CF	R\$/mês	486,99	180,33	352,93	249,18	523,04	137,60	511,94	562,41
CV	R\$/mês	162,77	18,34	115,76	20,76	208,92	11,95	238,63	149,22
VBCC	R\$/mês	596,58	129,01	484,14	224,34	656,08	107,19	559,17	74,68
LDM	R\$/mês	1.099,85	142,73	873,40	221,88	1.212,98	110,96	1.013,38	124,53
AC	R\$/mês	194,72	-70,47	261,55	-67,02	162,61	-76,23	319,19	19,49
NV	R\$/mês	714,92	-43,80	681,60	-38,89	670,63	-55,72	1.228,73	120,87
IEE	und.	0,73	-56,65	0,70	-48,30	0,74	-61,32	1,12	-39,59
MBF/RB	und.	0,88	-1,99	0,93	2,48	0,85	-3,93	0,90	-3,21
MBF/Qh/d	R\$/dia	42,95	8,62	33,67	163,82	53,79	-23,81	59,99	58,77
TI	und.	0,76	84,14	0,96	93,54	0,74	132,83	0,49	-32,13

Obs.: Resultados medianos por UPF; * Relativo ao período 1996/1997; RB - Renda Bruta; RL Renda Líquida; MBF - Margem Bruta Familiar; CF - custo Fixo; CV - Custo Variável; BBC - Bens e Serviços Comprados no Mercado; LDM - Linha de Reprodução Familiar; AC - Autoconsumo; NV - Nível de Vida em termos monetários; IEE - Índice de Eficiência Econômica; MBF/Qh/d - Remuneração diária da força de trabalho familiar; TI - Termos de Intercâmbio.

Percebe-se, ainda, na tabela 7, que o baixo desempenho econômico no Vale do Acre relaciona-se claramente aos custos produtivos, especialmente os fixos, que cresceram quase 200%, enquanto que a renda auferida aumentou apenas 12,5%. Destaca-se a contribuição da involução do sistema agrícola no período.

Dessa forma, os valores embolsados (representados pela MBF) pelos produtores oriundos do processo produtivo tornam-se insuficientes para os gastos realizados no mercado (conforme a LDM), dificultando-se a reprodução das famílias.

Não obstante, destaca-se o papel das transferências governamentais, além do assalariamento fora da UPF, para aumentar a renda disponível (ver RBT) aos produtores a fim de fazer frente aos gastos no mercado; contudo, ainda insuficiente, já que,

confrontando a RBT e a LDM, ficam descobertos os gastos necessários no mercado em torno de 30%. Ademais, os Termos de Intercâmbio (TI) indiciam que a situação pode piorar, dado o aumento da renda bruta direcionada para o mercado, com exceção do sistema agroflorestal. Tal situação pode implicar, caso não seja resolvido, em perda de patrimônio ou processo crônico de endividamento. Outro aspecto preocupante nos resultados (tabela 7) é a piora no nível de vida das famílias rurais do Vale do Acre, mais uma vez com exceção dos produtores agroflorestais, uma vez que está associada com a forte redução (cerca de 70%) da produção para o autoconsumo, aumentando, por outro lado, a dependência do mercado.

Observa-se que isto está relacionado aos baixos rendimentos auferidos pelos produtores rurais, tanto do extrativismo quanto da agricultura, pois os produtores do sistema agroflorestal conseguiram embolsar rendimentos duas a três vezes mais que os agricultores e extrativistas, respectivamente. Isto contribuiu decisivamente para o aumento do autoconsumo, e, conseqüentemente, para a elevação do nível de vida em termos monetários, além da viabilização das unidades produtivas.

Agora, deve-se ressaltar que, mesmo com as dificuldades de reprodução das famílias do Vale do Acre, ainda compensa insistir em produzir no meio rural dessa região, uma vez que o nível de vida em termos monetários supera em um pouco mais que a metade do salário mínimo vigente no país.³ Além disso, a remuneração da mão de obra familiar (MBF/Qh/d) é quase o dobro do valor do custo de oportunidade da região, no período considerado.

³ R\$ 465,00 em dezembro de 2009, data de referência para a atualização dos valores da pesquisa.

DESIGUALDADE DE RENDA

De acordo com a tabela 8, verifica-se que a distribuição de renda entre as UPFs do Vale do Acre segue o mesmo padrão concentrador de renda constatado no processo de desenvolvimento brasileiro ao longo do tempo.

Contudo, mesmo com uma alta concentração de renda na região, nota-se uma redução da desigualdade de renda em torno de 14% para um período em torno de uma década. Ademais, observa-se a efetividade dessa mudança na diferença entre os 10% mais “ricos” e os 50% mais “pobres” no Vale do Acre, uma vez que a queda da desigualdade beneficiou a população mais pobre na mesma proporção.

Tabela 8 – Indicadores de desigualdade de renda, Vale do Acre, Sistema Extrativista, Sistema Agrícola, Sistema Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil.

Descrição	Vale do Acre		Extrativismo		Agricultura		Agrofloresta	
	2005/2006	Evolução* (%)	2005/2006	Evolução* (%)	2005/2006	Evolução* (%)	2005/2006	Evolução* (%)
Índice de Gini	0,51	-14,42	0,44	-10,18	0,51	-5,94	0,42	-17,02
% renda 10+	34%	48,82	23%	-0,76	26%	36,51	21%	-38,25
% renda 50-	27%	74,56	32%	33,05	33%	111,81	27%	-1,49
10% rico / 50% pobre	1,24	-14,74	0,72	-25,42	0,77	-35,55	0,78	-37,31

Obs: * Em relação ao período de 1996/1997.

Cabe ressaltar, ainda na tabela 8, a distribuição de renda um pouco mais equitativa entre os extrativistas e os produtores agroflorestais, denotando o importante papel desempenhado pelos movimentos sociais nessa região, na busca de políticas públicas mais igualitárias – destacando-se, por um lado, as RESEX e, mais recentemente, a Lei Chico Mendes⁴, e, por outro, o cooperativismo.

No extrativismo, percebe-se uma redução, em torno de 10%, da desigualdade de renda em benefício da maioria da população, sendo o sistema que apresenta a menor diferença entre “ricos” e “pobres”.

Na agrofloresta, que seria uma espécie de evolução do sistema agrícola, observa-se significativo avanço em termos de desconcentração de renda, com queda em

⁴ Lei estadual nº 1.277/99, em vigor no Estado do Acre, que paga atualmente aos produtores de borracha o valor de R\$ 1,40/kg de borracha como forma de pagamento por serviços ambientais.

torno de 17% para a década considerada, com apropriação de renda mais equitativa entre os produtores desse sistema, o que representa o viés cooperativo entre os produtores pesquisados.

Por outro lado, a queda no índice de gini, verificada no sistema agrícola foi bem mais tímida que os demais sistemas analisados, denotando o viés concentrador de renda entre os produtores desse sistema, que pode ser associado com a principal atividade produtiva do sistema: a pecuária extensiva de gado bovino. Entretanto, destaca-se que a diferença entre “pobres” e “ricos” no sistema diminuiu no período considerado em favor da maioria da população, o que indica a necessidade de uma análise mais acurada dessa situação.

A tabela 9 apresenta uma estratificação das famílias do Vale do Acre de acordo com nível de vida (NV), em termos monetários, em relação ao Salário Mínimo vigente no país, buscando identificar as modificações acima e abaixo da linha de pobreza.⁵ Destarte, destaca-se que o número de pobres (estrato D) e indigentes (estrato E) cresceu em níveis preocupantes tanto na agricultura quanto no extrativismo – cujo sistema não apresentava nenhum pobre ou indigente, no período de 1996/1997 –, contrastando fortemente com o sistema agroflorestal, no qual o número de pobres diminuiu em mais da metade.

⁵ Conforme o IBGE (2008), no Brasil, a metodologia oficial usa como referência o salário mínimo mensal para delimitar a linha de pobreza, sendo considerada “pobre” aquela família que tem renda familiar *per capita* abaixo de 1/2 do salário mínimo e “indigente” aquela família que tem renda familiar *per capita* abaixo de 1/4 do salário mínimo.

Tabela 9 – Percentual de famílias por estrato de Nível de Vida (NV), em termos monetários, Vale do Acre, Sistema Extrativista, Sistema Agrícola, Sistema Agroflorestal, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil. (em %)

Estratos	Geral		Extrativismo		Agricultura		Agrofloresta	
	2005/2006	Evolução*	2005/2006	Evolução*	2005/2006	Evolução*	2005/2006	Evolução*
A	9	-74	3	-87	12	-73	20	480
B	18	-35	23	-36	15	-42	43	151
C (a)	39	812	42	3185	38	839	20	45
C (b)	21	-38	22	-46	20	-23	10	-83
D	10	577	9	8811	10	770	3	-52
E	5	552	2	1880	6	432	3	3233

Obs: * Em relação ao período 1996/1997

A - Nível de Vida (NV) > 4 Salários Mínimos (SM)/mês;

B - 2 SM/mês < NV < 4 SM/mês;

C (a - alto) - 1 SM/mês < NV < 2 SM/mês;

C (b - baixo) - 1/2 SM/mês < NV < 1 SM/mês;

D - 1/2 SM/mês < NV < 1/4 SM/mês;

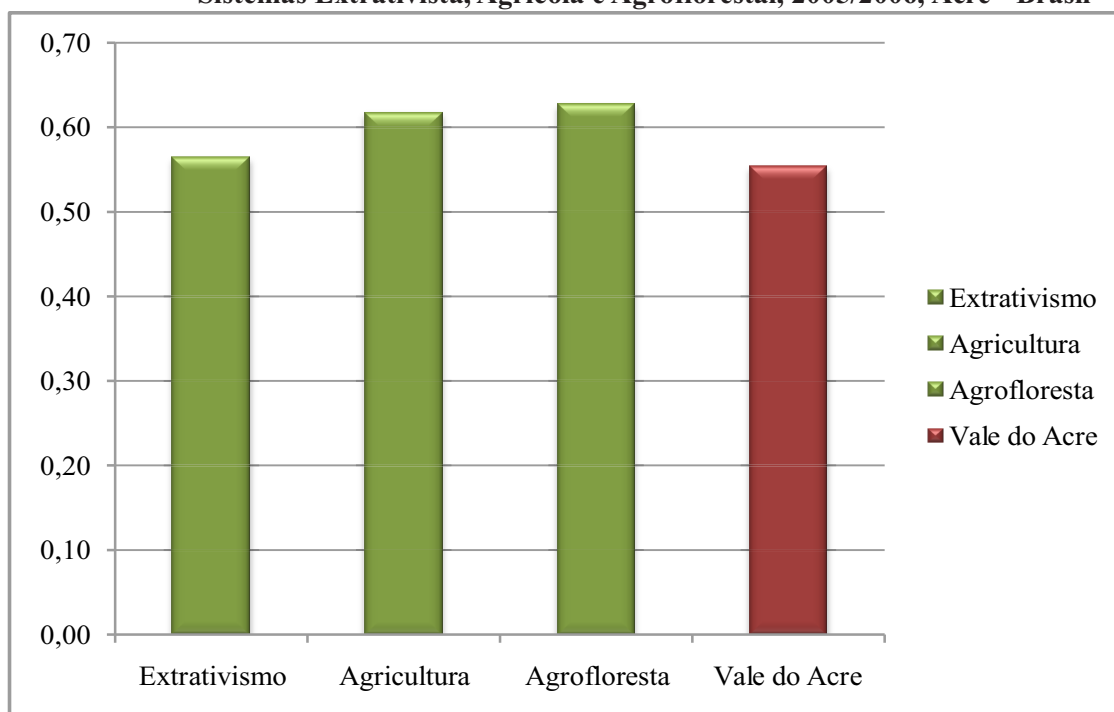
E - NV < 1/4 SM/mês;

Esse mesmo contraste também está refletido nos estratos superiores, visto que as famílias dos sistemas extrativistas e agrícolas regrediram consideravelmente para o estrato mediano. Como dito anteriormente, pode-se inferir que tais resultados se relacionam com os baixos rendimentos oriundos do processo produtivo, bem como pelos baixos níveis de autoconsumo que, se não for corrigido, pode levar a um círculo vicioso. Ao contrário, como verificado no sistema agroflorestal, os altos rendimentos podem auxiliar no autoconsumo, e, conseqüentemente, na melhora do nível de vida dos produtores, ou seja, num círculo virtuoso.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO FAMILIAR RURAL (IDF-R) - RESULTADOS

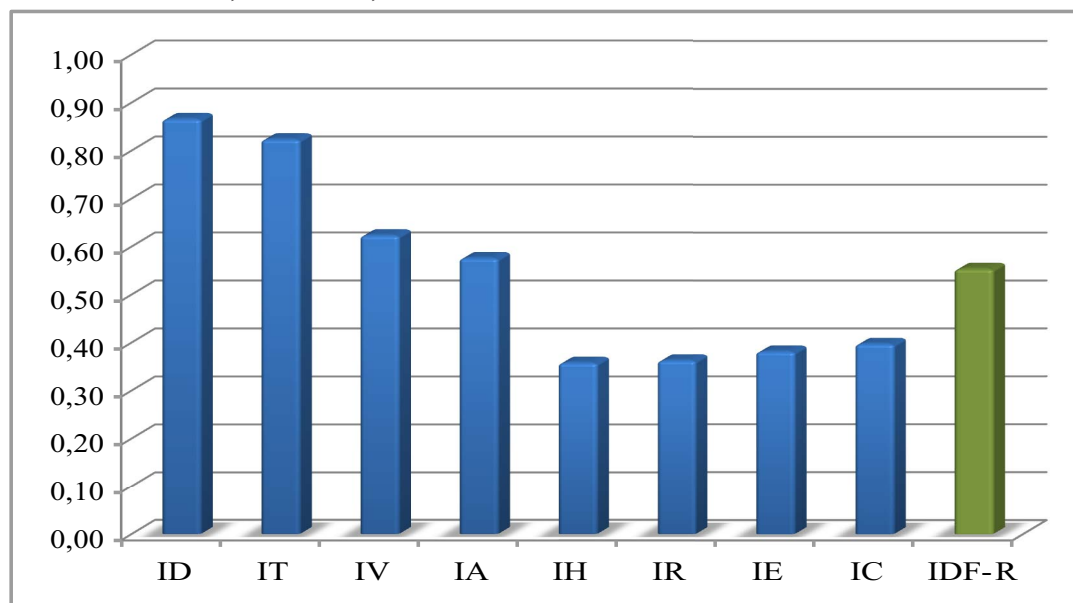
De acordo com a figura 45, observa-se que o IDF-R dos três sistemas que compõem o Vale do Acre apresenta um nível razoável, permanecendo acima de 0,50, contudo, distante do nível ideal, 1.

Figura 45 – Índice de Desenvolvimento Familiar Rural (IDF-R), Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil



No detalhamento dos componentes do IDF-R, destaca-se o desenvolvimento infantil, atingindo aproximadamente 0,9, implicando numa situação satisfatória no Vale do Acre (ver figura 46).

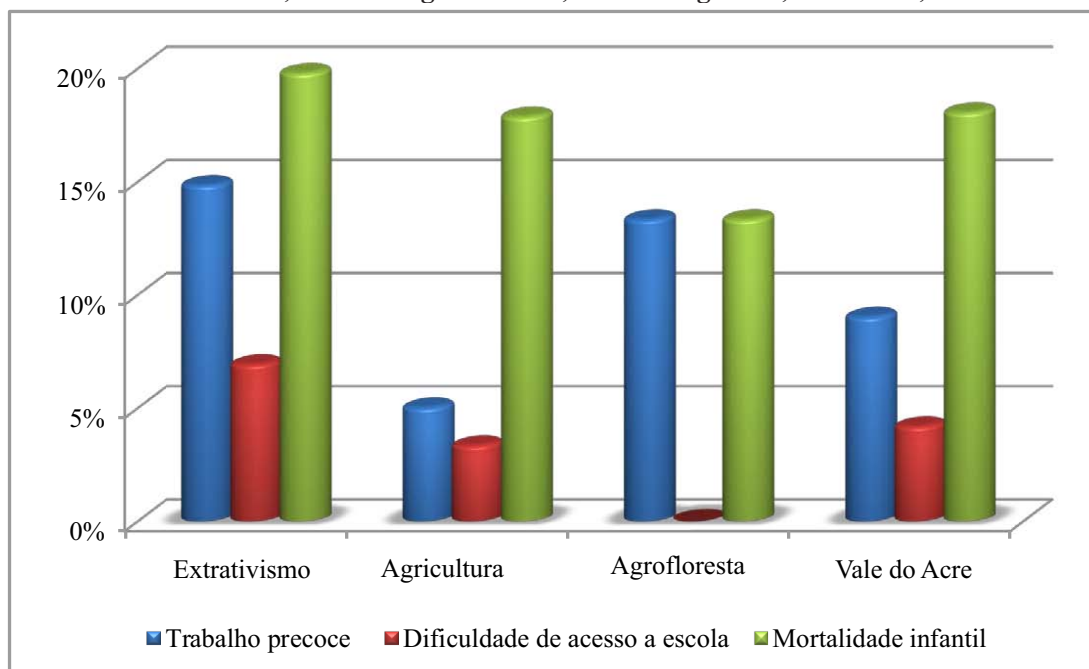
Figura 46– Índice de Desenvolvimento Familiar Rural (IDF-R) e seus componentes, Vale do Acre, 2005/2006, Acre - Brasil



Obs.: ID - Índice de Desenvolvimento Infantil; IT - Índice de Acesso ao Trabalho; IA - Índice de Condições Ambientais; IV - Índice de Ausência de Vulnerabilidade; IH - Índice de Condições Habitacionais; IE - Índice de Acesso ao Ensino; IC - Índice de Acesso ao Conhecimento Profissional e Tradicional; IR - Índice de Disponibilidade de Recursos; IDF-R - Índice de Desenvolvimento Familiar Rural.

O ótimo posicionamento do desenvolvimento infantil, no IDF-R, se deve aos toleráveis níveis de trabalho precoce, acesso à escola e mortalidade infantil, conforme a figura 47.

Figura 47– Composição do Índice de Desenvolvimento Infantil (ID), Vale do Acre, Sistema Extrativista, Sistema Agroflorestal, Sistema Agrícola, 2005/2006, Acre - Brasil

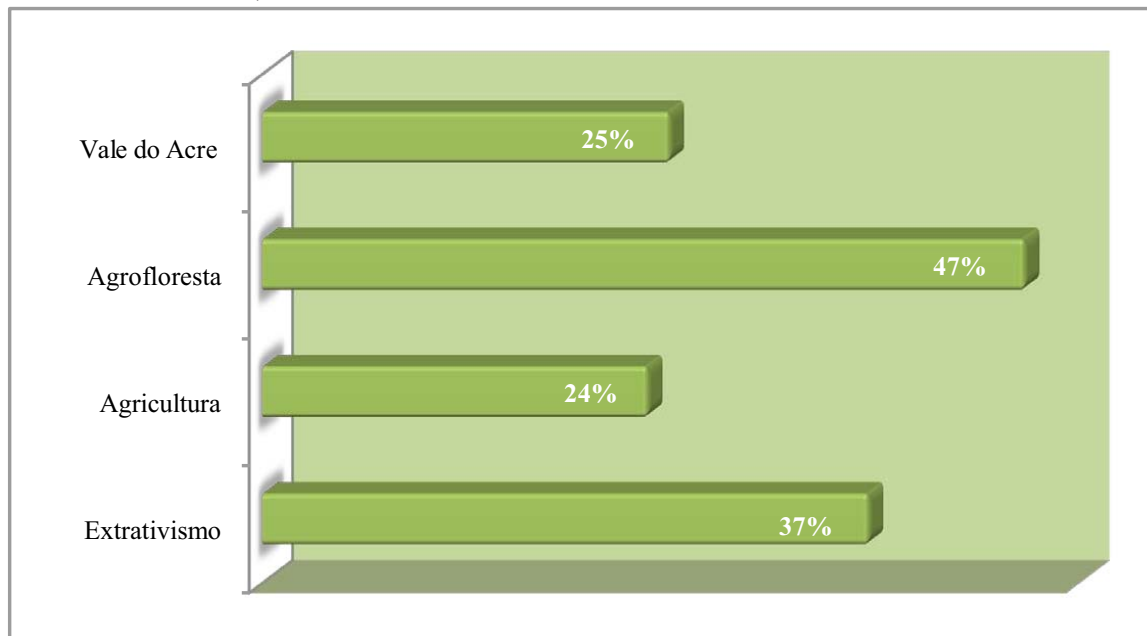


No outro pólo estão aqueles principais responsáveis pelo baixo IDF-R do Vale do Acre: conhecimento formal e informal (IC, IE), renda (IR) e as condições habitacionais (IH). A menor disponibilidade de renda implica na menor disponibilidade de bens básicos necessários à família. Igualmente, baixo preparo profissional pelo reduzido conhecimento profissional e formal colaboram para o parco acesso a trabalho bem remunerado, implicando em reduzida disponibilidade de renda.

AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA - RESULTADOS

Na avaliação dos próprios produtores, no Sistema Agroflorestal 47% das UPF's avaliam que existem mais que o dobro de vantagens a desvantagens na atividade produtiva direcionada à agrofloresta (ver figura 48).

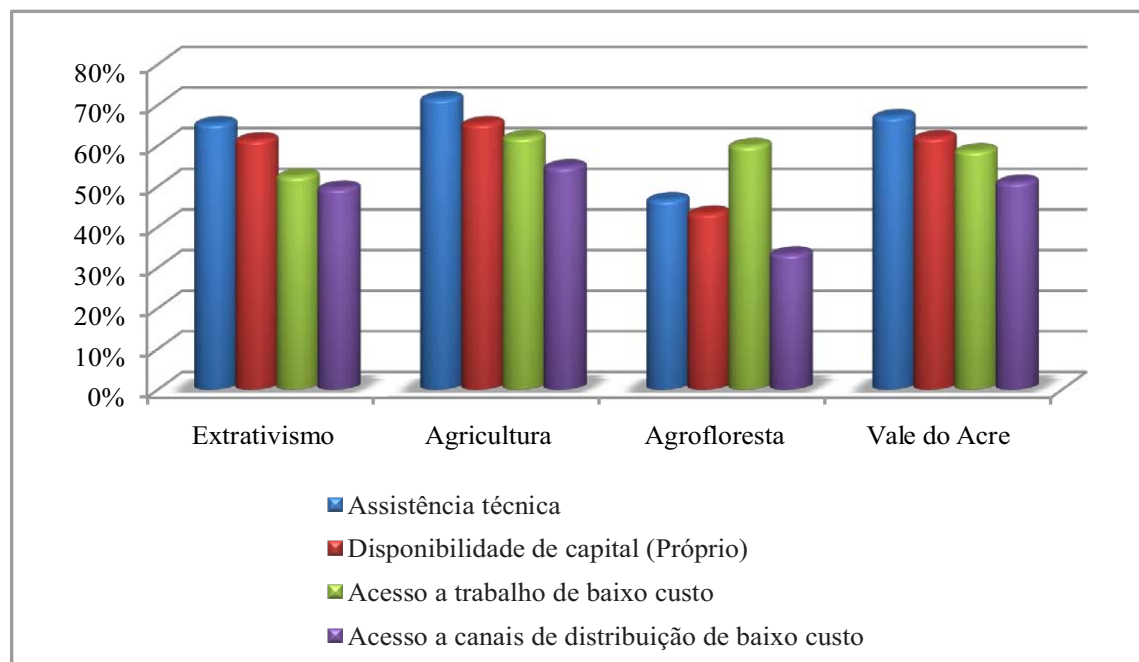
Figura 48 - Percentual de UPF's que têm o dobro de vantagens em relação às desvantagens de ativos e capacitações competitivas, Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil



Isso mostra que, aproximadamente, metade dos produtores acredita possuir condições para produzir de forma eficiente. Por outro lado, apenas $\frac{1}{4}$ dos produtores acreditam possuir tais vantagens.

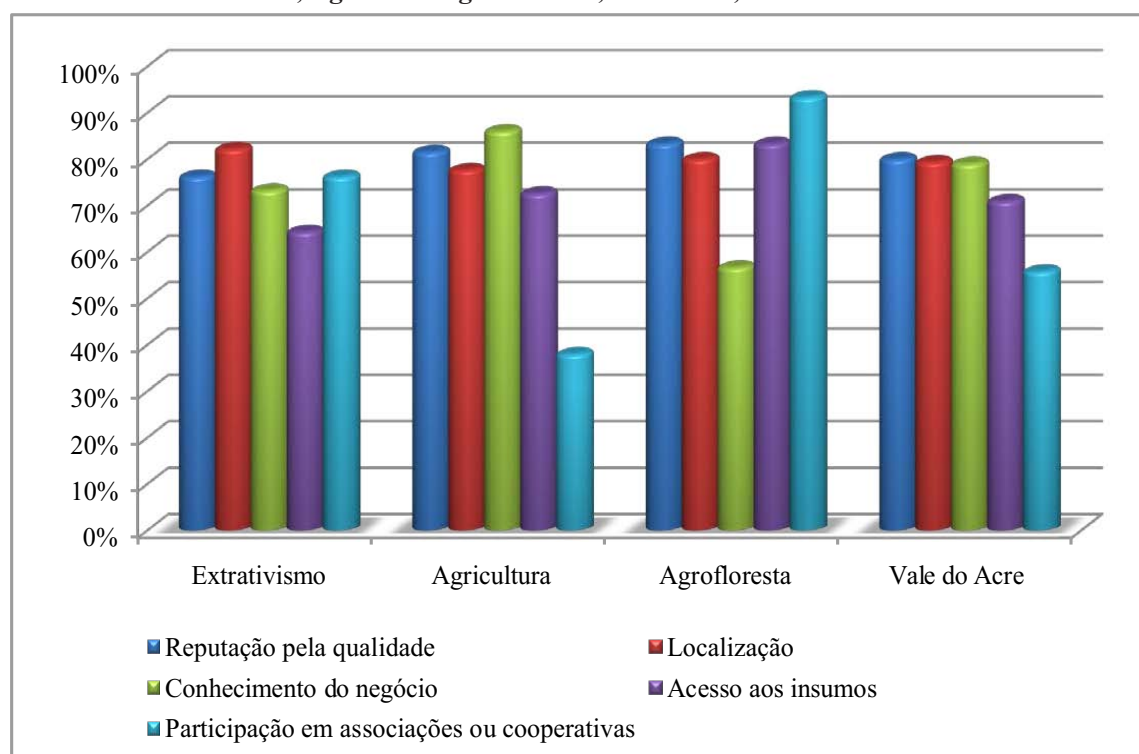
Entre as principais desvantagens competitivas relatadas nos três sistemas, destacam-se a falta de assistência técnica e a falta de disponibilidade de capital próprio (ver figura 49).

Figura 49 – Principais desvantagens competitivas relatadas por UPF (%), Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil



As principais vantagens competitivas estão apresentadas na figura 50, identificadas com a localização das áreas, além da reputação pela qualidade dos produtos, bem como do conhecimento do negócio.

Figura 50– Principais Vantagens competitivas relatadas por UPF (%), Vale do Acre, Sistemas Extrativista, Agrícola e Agroflorestal, 2005/2006, Acre - Brasil



Observa-se que, tanto na agrofloresta quanto no extrativismo, o cooperativismo figura entre as vantagens competitivas mais marcantes, seguido do conhecimento do negócio. Portanto, a organização comunitária mostra-se como fundamental nestes sistemas de produção. Já no sistema agrícola, a organização comunitária figura em último lugar dentre as vantagens competitivas.

VALE DO ACRE - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa ocorrida no Vale do Acre nos anos agrícolas de 1996/1997 e 2005/2006 mostrou as mudanças ocorridas na região, detendo-se na situação econômica, visto que os aspectos sociais não foram levantados no primeiro momento. Do ponto de vista econômico, destaca-se a deterioração das condições das famílias que mantêm seus “lugares” como unidades de produção familiar. Essa deterioração evidenciou-se no relevante aumento de famílias abaixo de linhas de renda, indispensável ao custeio das necessidades de aquisições no mercado e de reposição do capital fixo das unidades familiares – 37% para o extrativismo, 40% para a agricultura e 7% para a agrofloresta. Uma das principais causas dessa deterioração foi o aumento mais do que proporcional dos custos e relação à receita, impulsionado pela elevação dos custos fixos em todos os sistemas de produção do Vale do Acre. Nestes, a elevação dos custos fixos teve uma singularidade: nos sistemas agrícola e extrativista, tais custos cresceram nas mesmas proporções de bens e serviços comprados no mercado, enquanto que no sistema agroflorestal os gastos em custos fixos foram mais que proporcionais aos bens e serviços comprados no mercado. Este investimento diferenciado em custos fixos do sistema agroflorestal está associado ao seu bom desempenho na geração de renda no limite indispensável ao da manutenção biológica da família e produtiva da unidade familiar. Assim, o sistema agroflorestal mostrou-se eficaz na geração de valor por unidade de custo empregada.

No período pesquisado, também se assistiu ao fortalecimento de linhas de exploração tradicionais e/ou característicos dos sistemas de produção como, por exemplo, a castanha-do-Brasil no sistema extrativista e a pupunha no sistema agroflorestal, bem como a manutenção da criação bovina para o sistema agrícola. Mas foi apenas no sistema agroflorestal que o índice de eficiência econômica foi positivo, significando que os esforços de intensificação da atividade produtiva associado, à exploração de linhas produtivas familiares ao sistema, é a decisão acertada.

No aspecto social, destaca-se a importante defasagem escolar dos membros das famílias nos sistemas de produção, com enfoque para o analfabetismo da população adulta, principalmente, do sistema extrativista. Como conseqüências do insuficiente conhecimento formal, pode-se mencionar o reduzido aproveitamento nos treinamentos

de aperfeiçoamento para a produção, dificultando a inserção de novas tecnologias ao fazer produtivo.

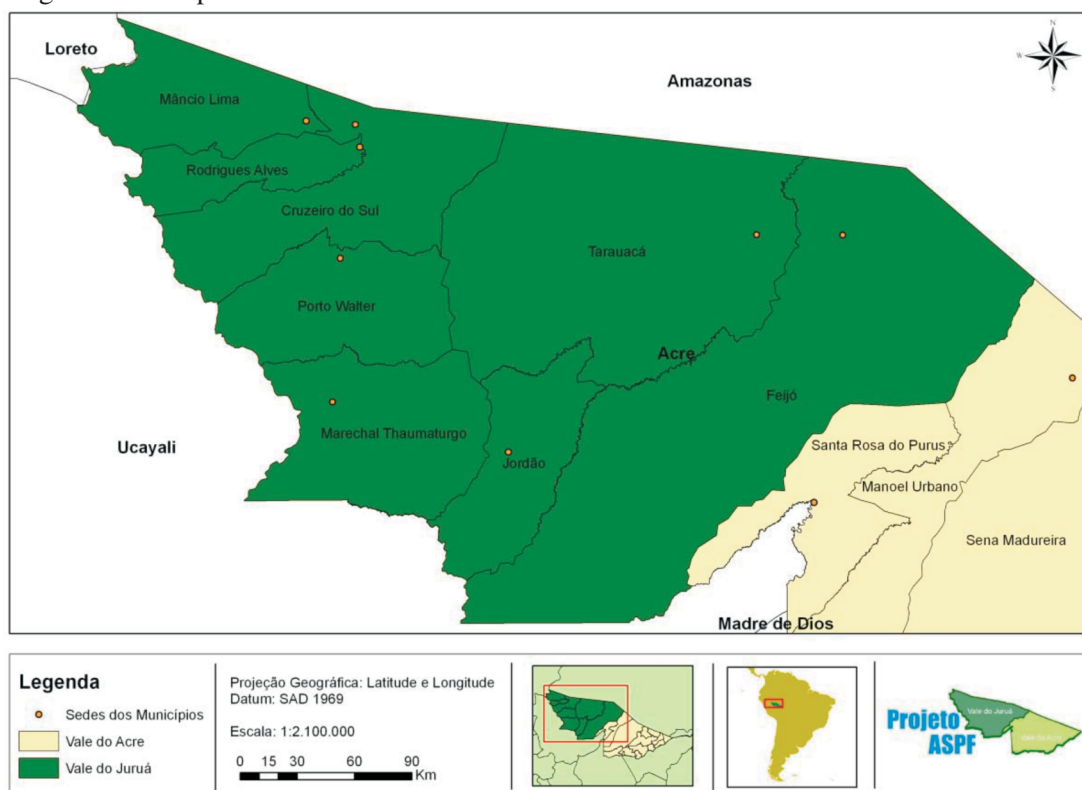
O desenvolvimento familiar rural no Vale do Acre é classificado como bom, pois permanece acima de 0,5 do IDF, destacando-se, nesta ordem, os sistemas agroflorestal, agrícola e extrativista. Este resultado foi impulsionado pelo bom desempenho no indicador de desenvolvimento infantil, mesmo existindo desafios a vencer como o trabalho precoce, a dificuldade de acesso à escola, e, principalmente, a mortalidade infantil.

A destinação do esgoto é um dos desafios para a saúde pública no meio rural, tendo em vista que parcela relevante de UPF's ainda lança esgoto a céu aberto e utilizam fossa negra, aumentando a possibilidade de contaminação da água consumida, sendo que a água consumida provém de vertentes, cacimba e rio, ainda assim, a filtragem é o método de tratamento difundido, em 34% das UPF's do Vale do Acre, representando um risco a eliminar.

VALE DO JURUÁ – SOBRE A REGIÃO

O Vale do Juruá, na atual divisão territorial do Acre, é formado pelas regionais do Juruá e Tarauacá/Envira, agregando 8 municípios, quais sejam: Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Rodrigues Alves, Feijó, Jordão e Tarauacá. A região possui uma área de 75.224 km² (ACRE, 2000).

Figura 51 – Mapa do Vale do Juruá



A população estimada da região do Vale do Juruá, conforme a contagem populacional do IBGE é de 216.139 habitantes, referente ao ano de 2007, e densidade demográfica de cerca de 2,9 hab./Km². Vale notar, na tabela 10, a composição da população por município.

Tabela 10 – População do município da região do Vale do Juruá -AC, 2007

Cruzeiro do Sul	73.948
Mâncio Lima	13.785
Marechal Thaumaturgo	13.061
Porto Walter	8.170
Rodrigues Alves	12.428
Feijó	31.288
Jordão	31.288
Tarauacá	32.171

Fonte: IBGE (2007)

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2000), quase 52% da população da região do Vale do Juruá reside no meio rural, sendo que no restante do estado este valor varia em torno de 34% (ver tabela 11).

Tabela 11 – Distribuição percentual da população por situação de domicílio, 2000, Acre - Brasil

Município	Urbana(%)	Rural(%)
Acre	66	34
Vale do Juruá	48	52

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

A região do Vale do Juruá, diferentemente do que acontece no conjunto do estado, apresenta ainda uma população rural superior à população urbana.

VALE DO JURUÁ - PRODUTO INTERNO BRUTO

Os serviços e a atividade agropecuária são os principais formadores do PIB do Vale do Juruá, conforme a tabela 12.

Tabela 12 – Produto Interno Bruto, Vale do Juruá, 2005, Acre - Brasil

Unidade	Agropecuária	Indústria	Serviços	Impostos	PIB Total	População	PIB_ Per Capita
Acre	822.201,72	473.244,72	2.811.121,88	375.179,18	4.481.747,50	669.736,00	6.691,81
Vale do Juruá	211.795,93	58.502,21	580.848,18	38.427,38	889.573,70	193.504,00	4.597,19
Cruzeiro do Sul	56.499,45	32.784,39	277.804,59	24.854,16	391.942,59	84.335,00	4.647,45
Mâncio Lima	11.724,60	2.563,77	34.219,68	1.196,68	49.704,73	12.747,00	3.899,33
Mal. Thaumaturgo	11.461,48	1.359,00	24.277,10	547,24	37.644,82	8.455,00	4.452,37
Porto Walter	9.474,38	965,11	15.079,22	406,49	25.925,20	4.962,00	5.224,75
Rodrigues Alves	21.946,10	1.913,11	26.706,55	901,86	51.467,62	9.796,00	5.253,94
Feijó	35.154,40	9.185,77	96.379,84	4.256,57	144.976,57	38.241,00	3.791,13
Jordão	8.209,18	858,99	14.328,87	408,23	23.805,28	4.633,00	5.138,20
Tarauacá	57.326,33	8.872,08	92.052,33	5.856,16	164.106,90	30.335,00	5.409,82

Fonte: IBGE, 2007

Esta composição denota que a região possui atividade produtiva ainda em desenvolvimento, altamente dependente da atividade agropecuária e do setor de serviços, especialmente da administração pública. A dependência da agropecuária torna-se preocupante, uma vez que o diagnóstico a seguir apresentado mostra resultados desanimadores.

VALE DO JURUÁ - VALOR DA PRODUÇÃO

Os principais produtos do Vale do Juruá são os oriundos das lavouras temporárias, seguidos pela atividade pecuária, conforme tabela 13.

Tabela 13 – Principais produtos por sistema de produção, Vale do Juruá, 1996-2006, Acre - Brasil

	Tipo de Produto	Extrativismo Vegetal										
		1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Vale do Juruá - AC	Lenha	654	783	1.244	1.341	1.402	1.265	1.722	1.900	2.112	2.312	2.457
	Hevea (látex coagulado)	1.373	936	358	373	653	638	574	530	348	681	566
	Madeira em tora	378	392	309	275	302	373	388	491	516	985	1.457
	Outros	270	292	258	293	294	302	442	640	443	494	533
	Total	2.675	2.403	2.169	2.282	2.651	2.578	3.126	3.561	3.419	4.472	5.013
	Pecuária											
	Leite	-	-	-	-	-	-	5.693	6.666	6.838	6.962	6.125
	Ovos de galinha	-	-	-	-	-	-	1.775	1.544	1.470	1.467	1.431
	Outros	-	-	-	-	-	-	6	4	5	4	6
	Total	-	-	-	-	-	-	7.474	8.214	8.313	8.433	7.562
	Agricultura (Lavoura Permanente)											
	Banana	2.108	2.218	1.778	2.320	2.529	1.917	2.688	3.502	3.075	3.632	3.580
	Laranja	368	581	678	707	431	493	714	394	874	786	962
	Outros	551	649	722	713	587	600	979	1.122	1.568	1.519	1.550
	Total	3.027	3.448	3.178	3.740	3.547	3.010	4.381	5.018	5.517	5.937	6.092
	Agricultura (Lavoura Temporária)											
Mandioca	12.042	10.070	11.987	20.889	24.097	11.666	14.172	21.587	20.770	35.829	25.412	
Arroz (em casca)	2.254	3.132	3.118	2.756	2.748	3.467	4.336	7.188	3.875	3.126	4.153	
Milho (em grão)	2.674	2.676	2.419	3.099	2.753	2.790	3.058	5.237	4.131	4.725	4.503	
Outros	2.788	3.047	4.011	3.394	4.041	4.046	5.616	7.572	5.773	5.997	6.494	
Total	19.758	18.925	21.535	30.138	33.639	21.969	27.182	41.584	34.549	49.677	40.562	

Fonte: SIDRA/IBGE (* Valores em R\$ 1.000,00)

A produção de mandioca, principalmente a produção de farinha, mesmo com oscilações importantes tem se mantido como a principal atividade produtiva da região.

AMOSTRA DA PESQUISA

O delineamento da amostra da pesquisa no Vale do Juruá consistiu na definição da quantidade de unidades de produção familiar - UPF's, a serem pesquisadas em conglomerados para os níveis de desenvolvimento baixo, médio e alto para os sistemas de produção agrícola e extrativista.

Com esta metodologia, todas as UPF's possuíram condições iguais de serem selecionadas, sejam elas localizadas em conglomerados nos diversos níveis de desenvolvimento. Na tabela 14, nota-se o detalhamento da amostra da pesquisa realizada no Vale do Juruá.

Tabela 14 – Caracterização da população e amostra pesquisadas no Vale do Juruá

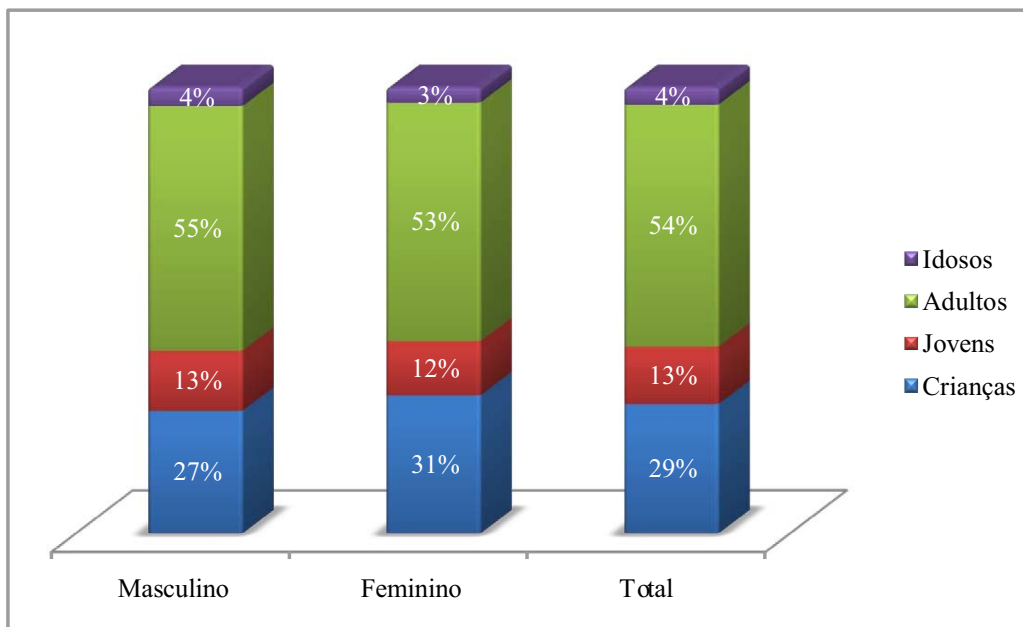
Sistema de Produção	Local	Município	Amostra	Famílias Assentadas	Área (ha)	Data da Criação
Agricultora	PAD Santa Luzia	Cruzeiro do Sul	41	821	57.219,67	11/7/1980
	Pentecostes	Cruzeiro do Sul	12	150	5.946,00	
		Mâncio Lima	3			
	PAD São Pedro	Rodrigues Alves	23	330	25.151,28	10/7/1980
	PAD Amônia	Marechal Thaumaturgo	12	213	26.000,00	19/4/1995
	PAD Envira	Feijó	11	235	5.762,29	4/9/1995
	PAD Novo Destino	Tarauaca	11	310	27.749,47	20/7/1988
Extrativista	RESEX Alto Juruá	Marechal Thaumaturgo	23	850	538.492,00	23/1/1990
	RESEX Rio Liberdade	Cruzeiro do Sul	9	177	325.602,00	17/2/2005
	BR-364	Feijó	7	70	23.030,00	
	Rio Juruparí	Feijó	6	60	24.499,80	
VALE DO JURUÁ			158	3.216		

Fonte: MDA/INCRA (2007); ZEE/AC (2006)

DADOS GERAIS DAS FAMÍLIAS PESQUISADAS

No Vale do Juruá também há similaridade na distribuição da população por faixa etária entre homens e mulheres, cabendo ressaltar a pequena proporção de jovens e a forte presença de população infantil na região, apontado para a maior absorção da mão-de-obra de jovens e crianças nas unidades de produção no Vale do Juruá (ver figura 52).

Figura 52 – Composição das famílias por idade e sexo, Vale do Juruá, 2006-2007, Acre - Brasil



Analisando em separado a faixa etária dos dois sistemas de produção presentes no Vale do Juruá, sistema extrativista e sistema agrícola, é possível visualizar alguns pontos de distinção: no sistema extrativista a população é mais jovem comparado ao sistema agrícola (ver figuras 53 e 54).

Figura 53– Composição das famílias por idade e sexo, Vale do Juruá, Sistema Agrícola, 2006-2007, Acre - Brasil

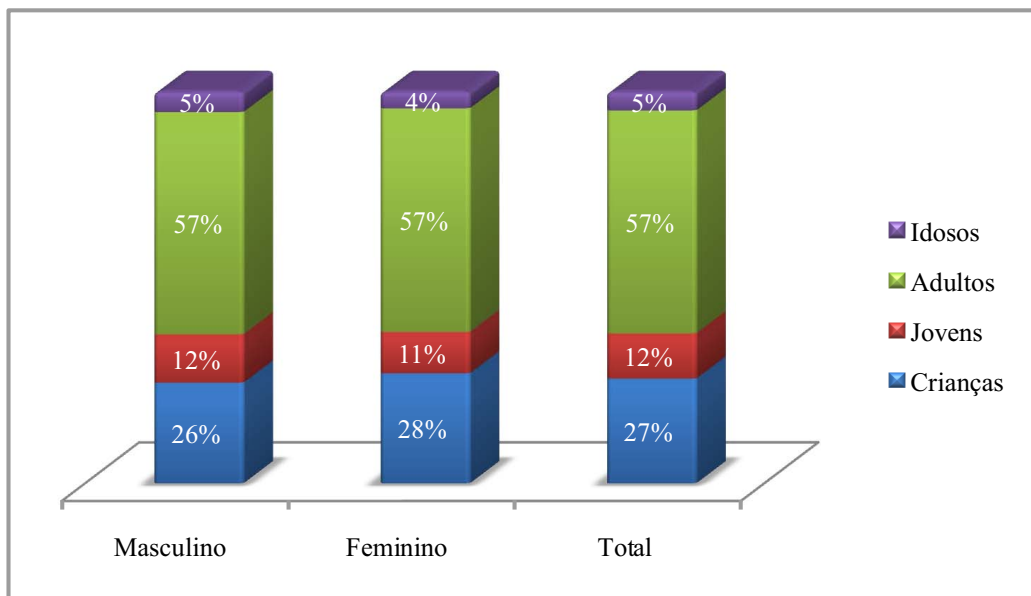
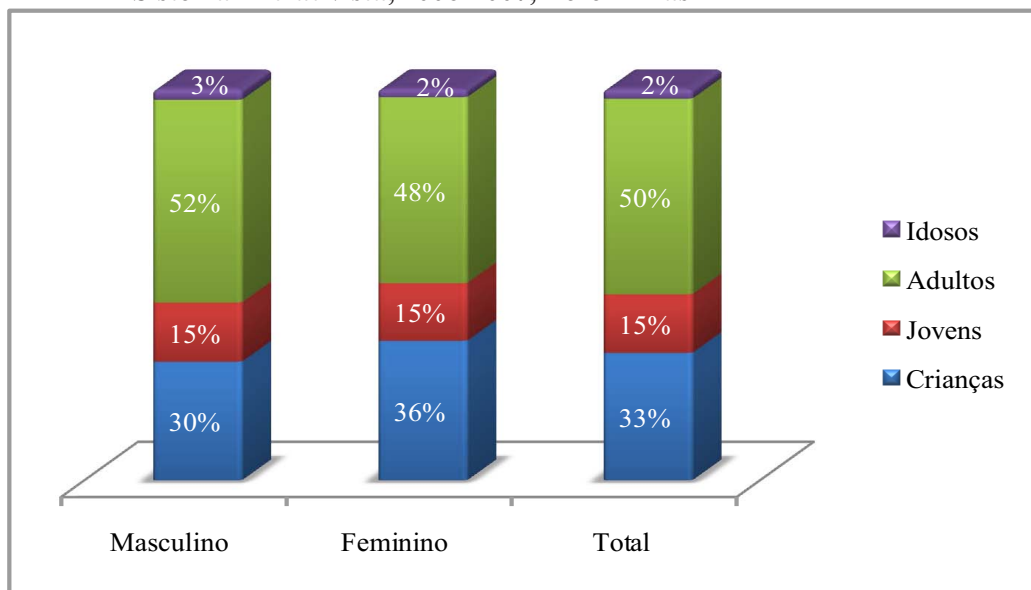


Figura 54 – Composição das famílias por faixa etária e sexo, Vale do Juruá, Sistema Extrativista, 2006-2007, Acre – Brasil



Enquanto no sistema extrativista aproximadamente 32,6% da população é composta por crianças, com destaque para o sexo feminino, no sistema agrícola, esta população gira em torno de 26%. Se, por um lado, os adultos no sistema agrícola representam cerca de 57% da população, por outro lado, no sistema extrativista representam aproximadamente 50%.

Outro fato a observar é que no sistema agrícola a população idosa é o dobro desta população no sistema extrativista. Constata-se, também, que, no extrativismo, entre

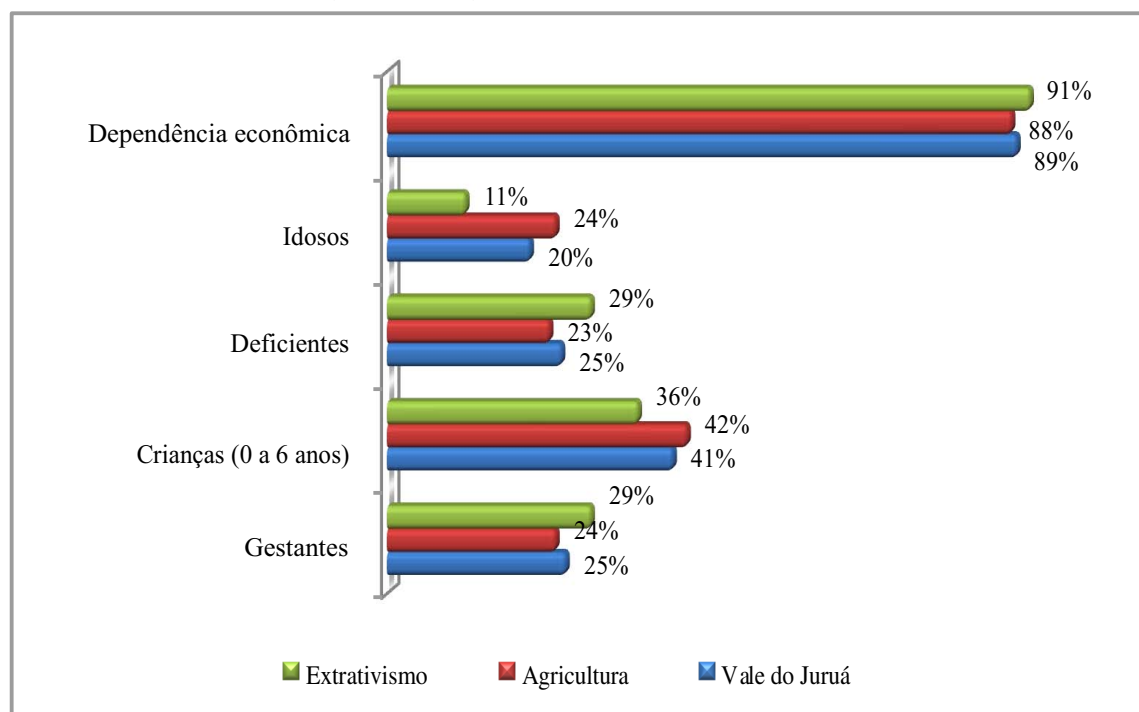
os adultos, os homens são a maioria (52% contra 48% das mulheres) e, na agricultura, não há predominância de nenhum gênero.

Os principais desdobramentos de uma população jovem é a reduzida força de trabalho familiar disponível e a elevação do índice de dependência econômica na região, tendo em vista que um quantitativo menor da população deverá suprir uma parcela relevante da população, e a inserção de crianças e adolescentes prematuramente no trabalho rural.

SITUAÇÃO DA VULNERABILIDADE DAS FAMÍLIAS

Entre as vulnerabilidades que atingem os sistemas produtivos do Vale do Juruá encontram-se a dependência econômica (ver figura 55).

Figura 55 – Situação das vulnerabilidades das famílias, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006-2007, Acre - Brasil

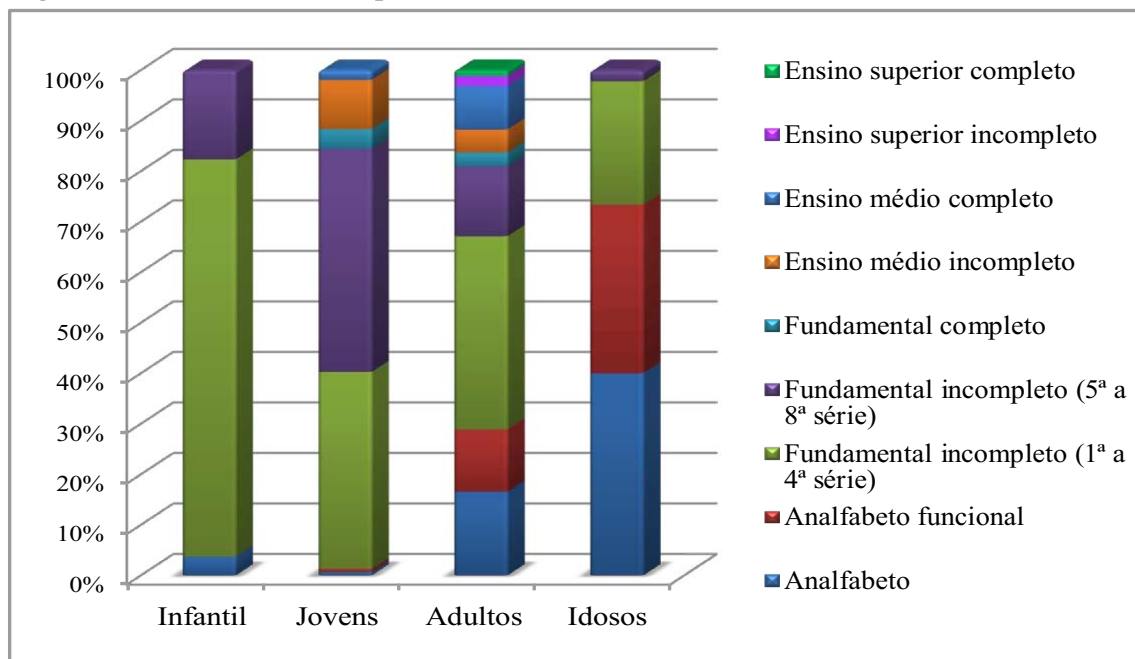


Em relação às vulnerabilidades que afetam o segmento da produção familiar, no Vale do Juruá, existem similaridades. Nos sistemas extrativista e agrícola, a dependência econômica figura como principal fator de dependência, seguidos pela presença de crianças de 0 a 6 anos de idade, gestantes e deficientes.

SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO FORMAL

No quesito educação formal, um importante quantitativo de crianças na faixa etária de 7 a 12 anos está freqüentando a escola; os jovens têm uma boa freqüência escolar, mesmo existindo uma relevante defasagem escolar em que a maioria dos alunos cursa séries incompatíveis com sua idade (ver figura 56).

Figura 56– Educação formal por faixa etária, Vale do Juruá, 2006-2007, Acre - Brasil



Em relação aos adultos, o analfabetismo alcança 28% desta população. As dificuldades associadas à escolaridade no Vale do Juruá referem-se às distâncias que separam a população rural das escolas, bem como da insuficiência/falta de oferta das séries de 5ª a 8ª e do ensino médio, principalmente, para o sistema extrativismo (ver figuras 57 e 58).

Figura 57– Educação Formal, Vale do Juruá, Sistema Agrícola, 2006-2007, Acre - Brasil

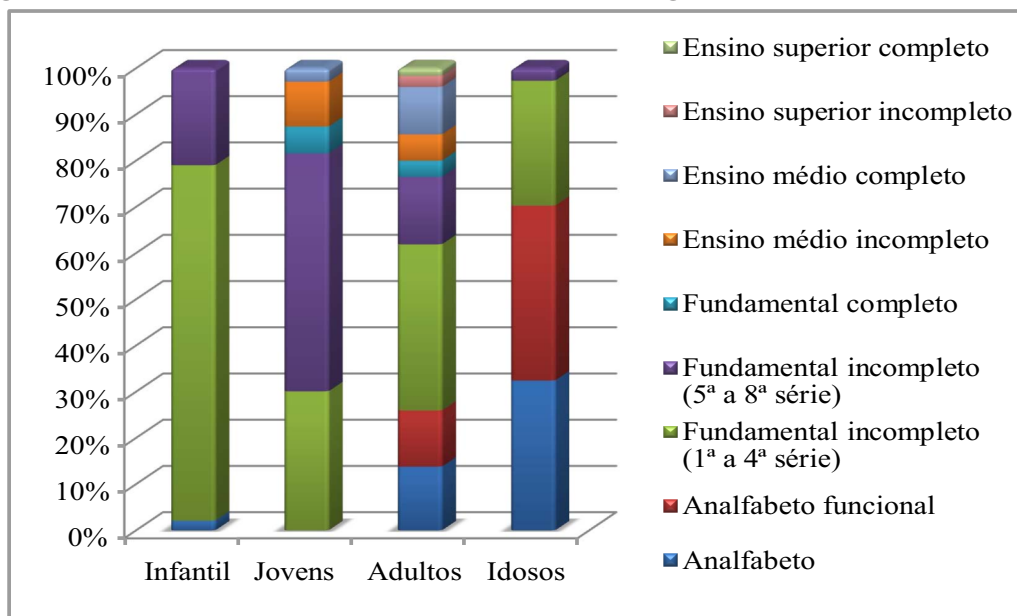
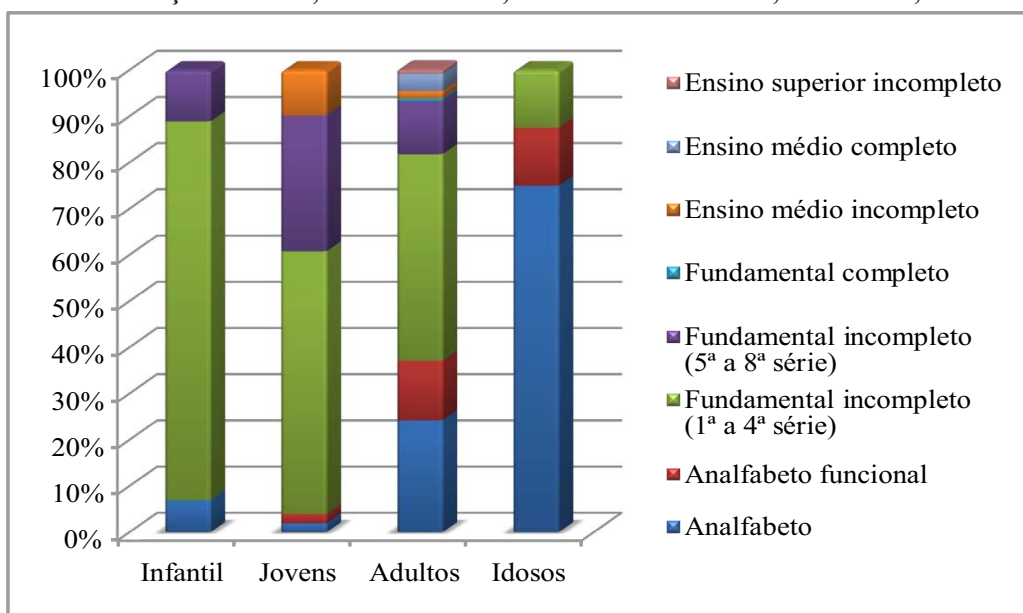


Figura 58– Educação Formal, Vale do Juruá, Sistema Extrativista, 2006-2007, Acre - Brasil

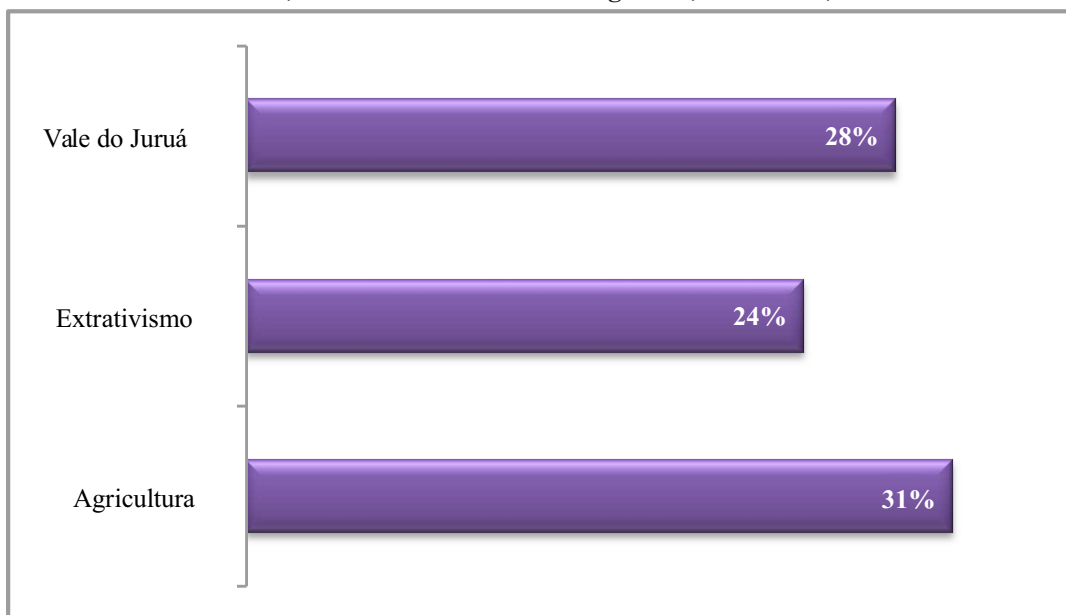


Entre os sistemas de produção do Vale do Juruá observa-se que o analfabetismo é maior, principalmente entre adultos e idosos no sistema extrativista.

SITUAÇÃO DO CONHECIMENTO PROFISSIONAL E TRADICIONAL

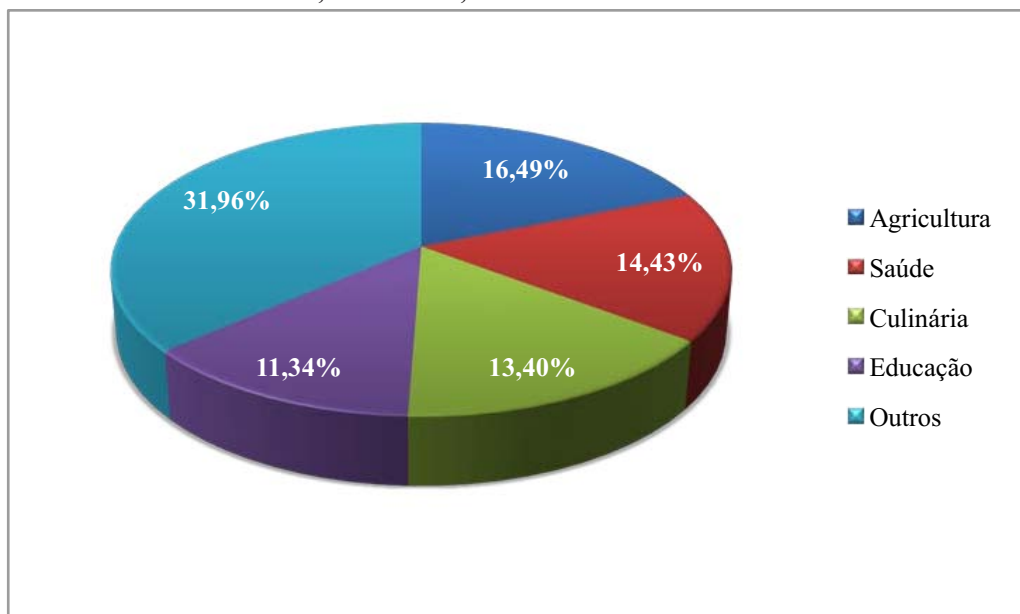
A figura 59 mostra que no Vale do Juruá cerca de 28% das UPF's receberam algum tipo de curso ou treinamento, e que pouco mais de 31% das UPF's do sistema de produção agrícola tiveram treinamento; e no sistema extrativista a ocorrência de cursos de capacitação se deu em aproximadamente 24% das UPF's, evidenciando que o conhecimento profissional avança mais facilmente em assentamentos do que em seringais (ver figura 59).

Figura 59 – Percentual de UPF's que receberam no mínimo um treinamento e/ou capacitação, Vale do Juruá, Sistemas Extrativista e Agrícola, 2006/2007, Acre - Brasil



Os tipos de capacitações que ocorreram no Vale do Juruá, no ano agrícola de 2006/2007, mostram que houve pulverização de cursos e treinamento sem qualquer estratégia voltada para a elevação da produtividade na região, bastando verificar a composição das capacitações, na figura 60.

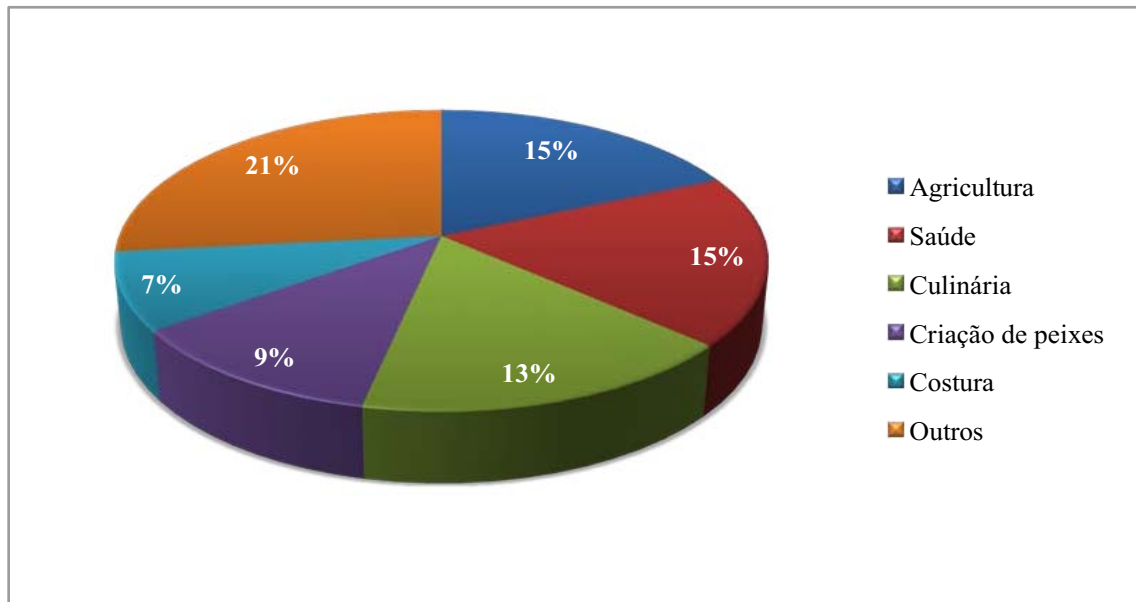
Figura 60 – Principais tipos de treinamento ou capacitação recebidos por atividade, Vale do Juruá, 2006-2007, Acre - Brasil



Apenas cerca de 16% das capacitações foram direcionadas para atividade produtiva - a agricultura - e o restante se pulverizou, principalmente entre serviços. Isto é, as capacitações foram tímidas na qualificação/requalificação para atuar em cadeias produtivas relevantes da região.

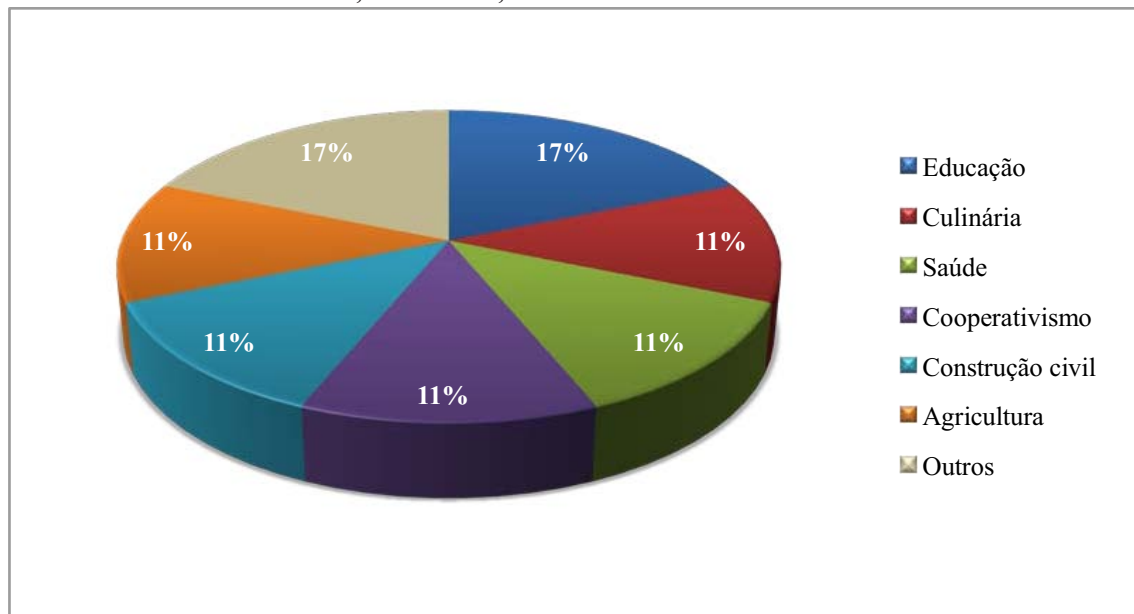
Considerando os sistemas produtivos individualmente, constata-se que no sistema agrícola apenas 24% das capacitações foram direcionadas para o setor produtivo: 15% para agricultura e 9% para criação de peixes (ver figura 61).

Figura 61 – Tipos de treinamento ou capacitação recebidos por atividade, Vale do, Juruá Sistema Agrícola, 2006-2007, Acre - Brasil



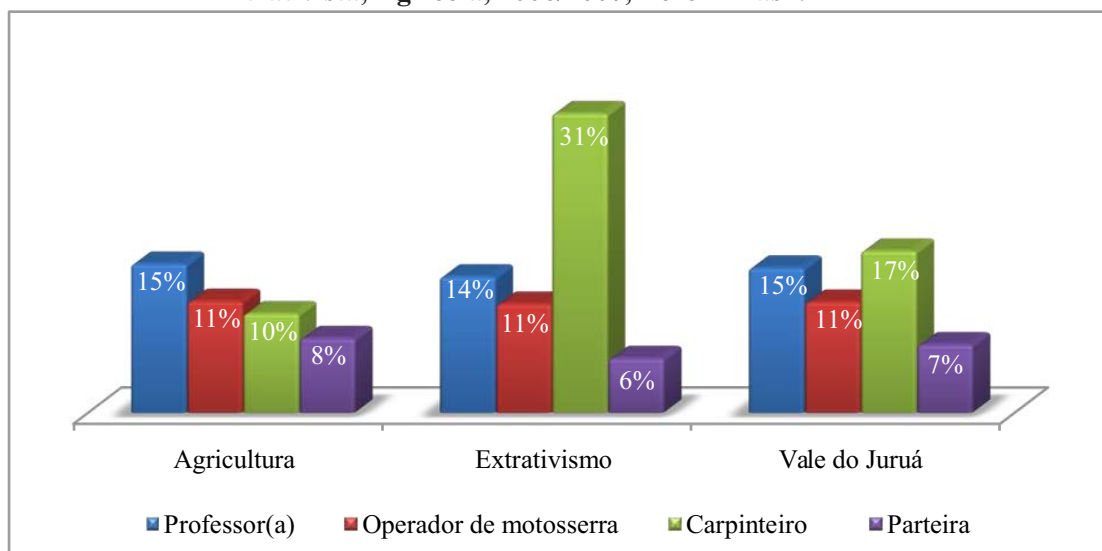
No sistema extrativista da totalidade dos treinamentos e capacitações, ocorridas no ano agrícola de referência, apenas 11% foram direcionadas para a atividade produtiva. E foram para atividades agrícolas tais treinamentos, evidenciando a inexistência de uma estratégia clara para elevar a produtividade do extrativismo, conforme indica a figura 62.

Figura 62– Tipos de treinamento ou capacitação recebidos por atividade, Sistema Extrativista, 2006-2007, Acre - Brasil



Os tipos de profissões existentes no Vale do Juruá refletem a falta da coordenação das capacitações/treinamentos direcionados para a atividade produtiva no meio rural: profissões voltadas, principalmente para prestação de serviços não diretamente vinculados às cadeias produtivas da região, à exceção dos operadores de motosserras, 11% para o sistema agrícola (ver figura 63).

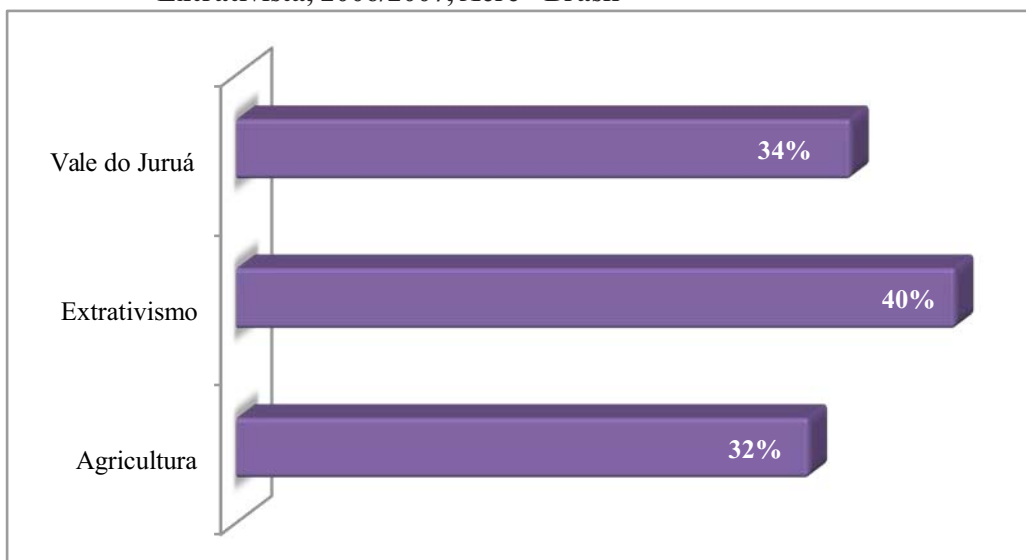
Figura 63 – Principais profissões relatadas por UPF, Vale do Juruá, Sistemas Extrativista, Agrícola, 2006/2007, Acre - Brasil.



SITUAÇÃO DO SETOR DE SAÚDE

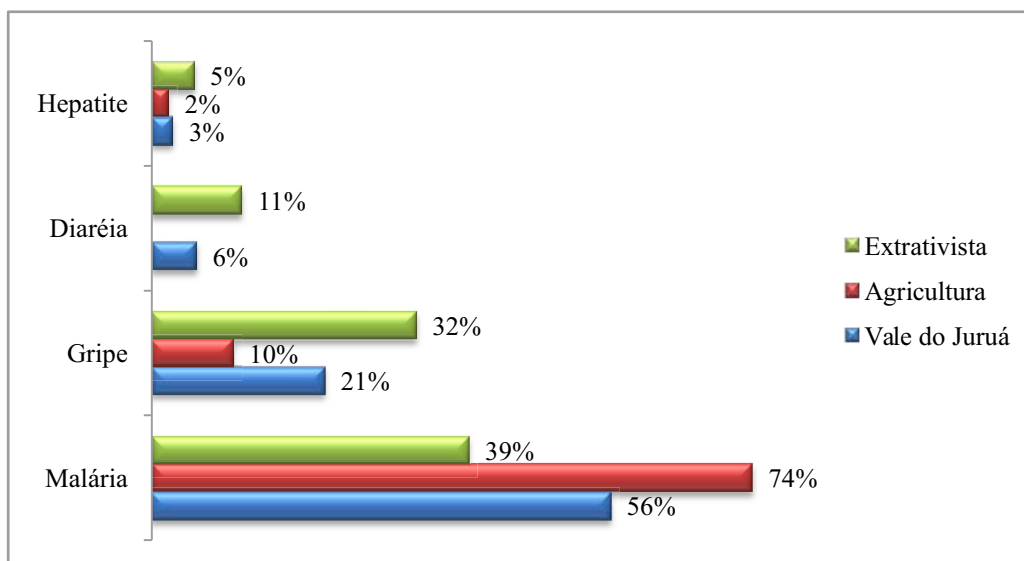
Quanto à saúde no Vale do Juruá, constata-se um quadro de maior incidência de doenças no sistema extrativista, em cerca de 40% por UPF's; pelo menos, uma pessoa esteve doente no período pesquisado (ver figura 64).

Figura 64– Ocorrência de doenças por UPF's, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006/2007, Acre - Brasil



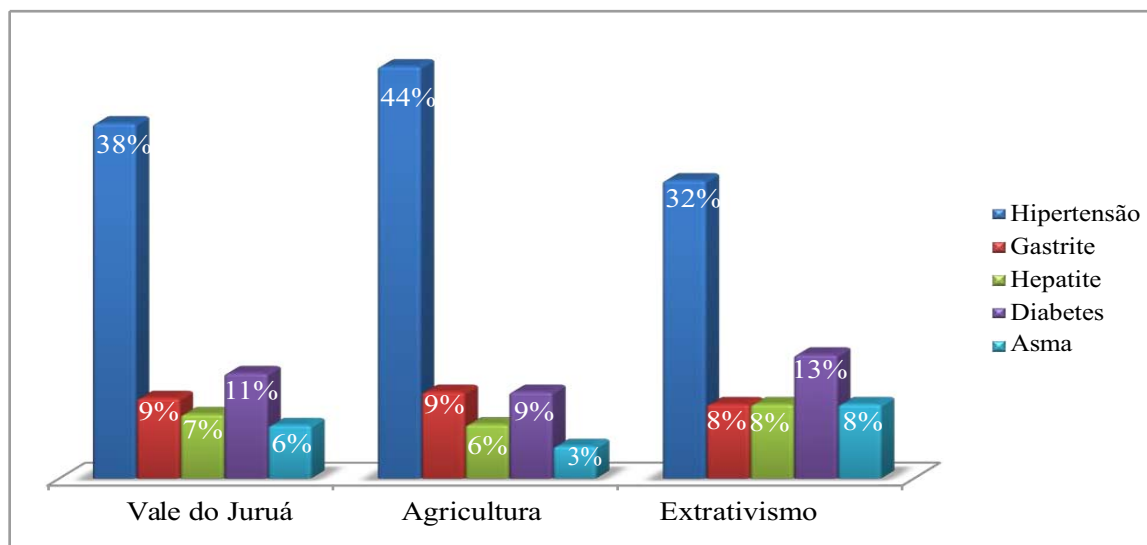
A principal doença identificada no Vale do Juruá foi a malária, conforme mostra a figura 65.

Figura 65 – Principais doenças relatadas, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006-2007, Acre - Brasil



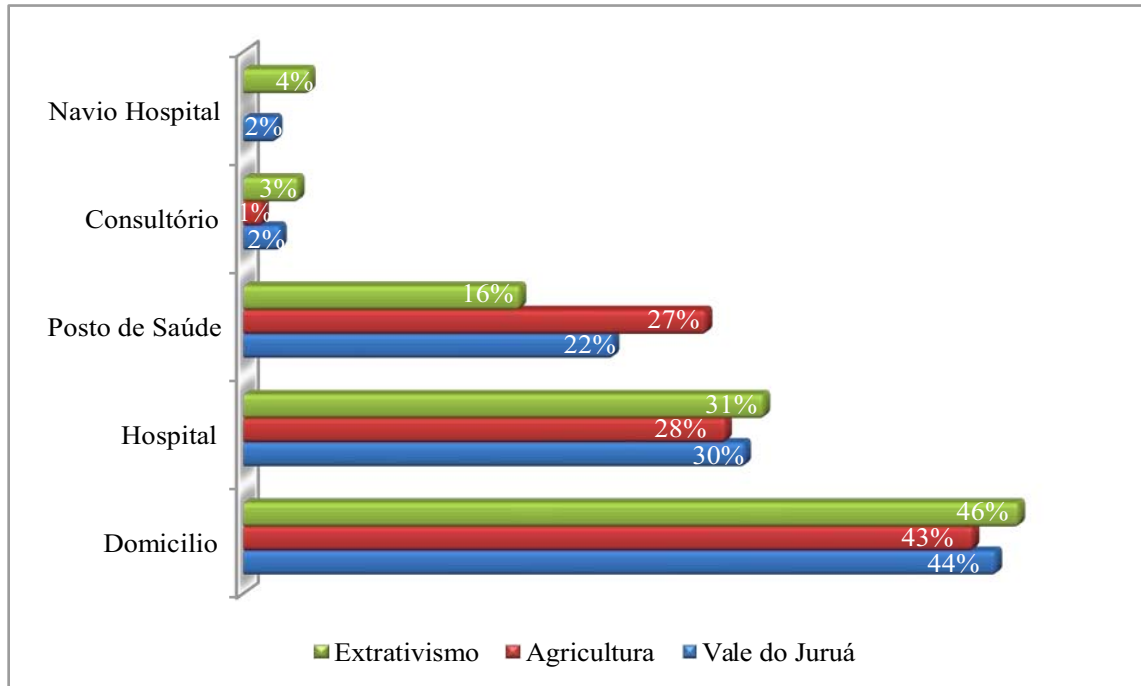
Quando se avalia doença crônica nesta região, a partir do quadro demonstrado na figura 66, observa-se que a hipertensão é a principal.

Figura 66 – Ocorrência de doenças crônicas por UPF (%), Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista. 2006-2007. Acre - Brasil



O local de tratamento de doenças no Vale do Juruá é, predominantemente, no domicílio conforme a figura 67, motivado pelas distâncias e dificuldades de acesso a outros locais.

Figura 67– Local de tratamento das doenças, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006-2007, Acre - Brasil

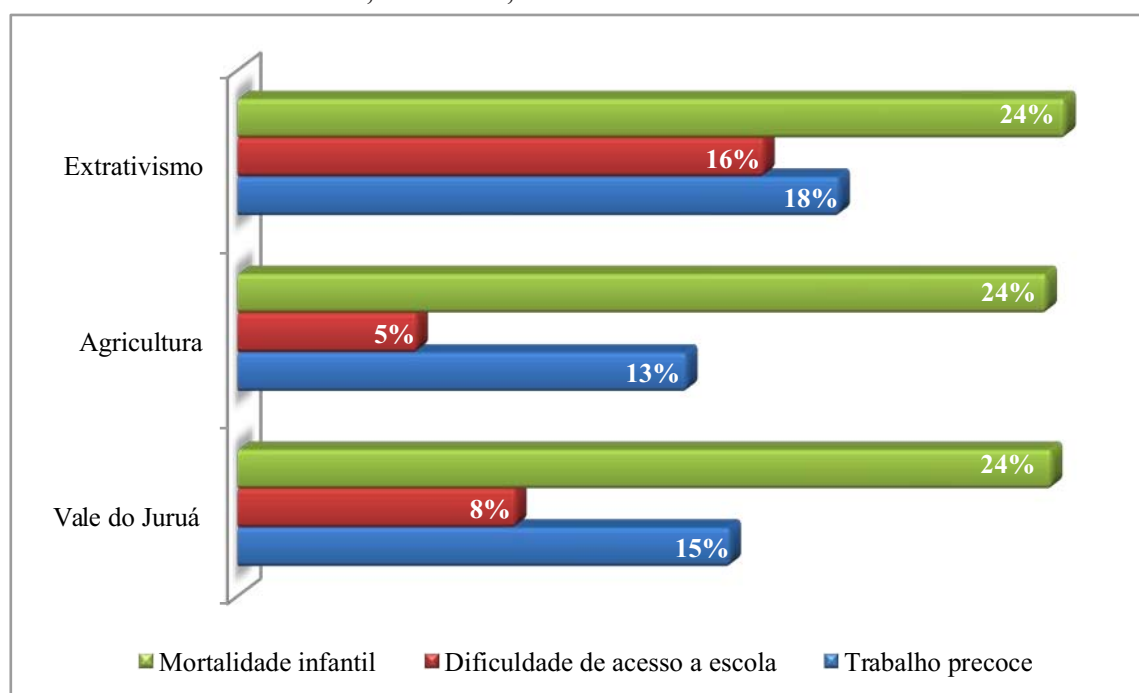


Destaca-se a presença do navio hospital nos sistemas extrativistas. Com 4% dos acessos, este tipo de atendimento é propício para região, já que as principais vias de acesso são os rios.

SITUAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Os principais desafios ao desenvolvimento infantil no Vale do Juruá são a mortalidade infantil, dificuldade de acesso a escola e o trabalho precoce, conforme figura 68.

Figura 68 – Situação do Desenvolvimento Infantil, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativismo, 2006/2007, Acre - Brasil

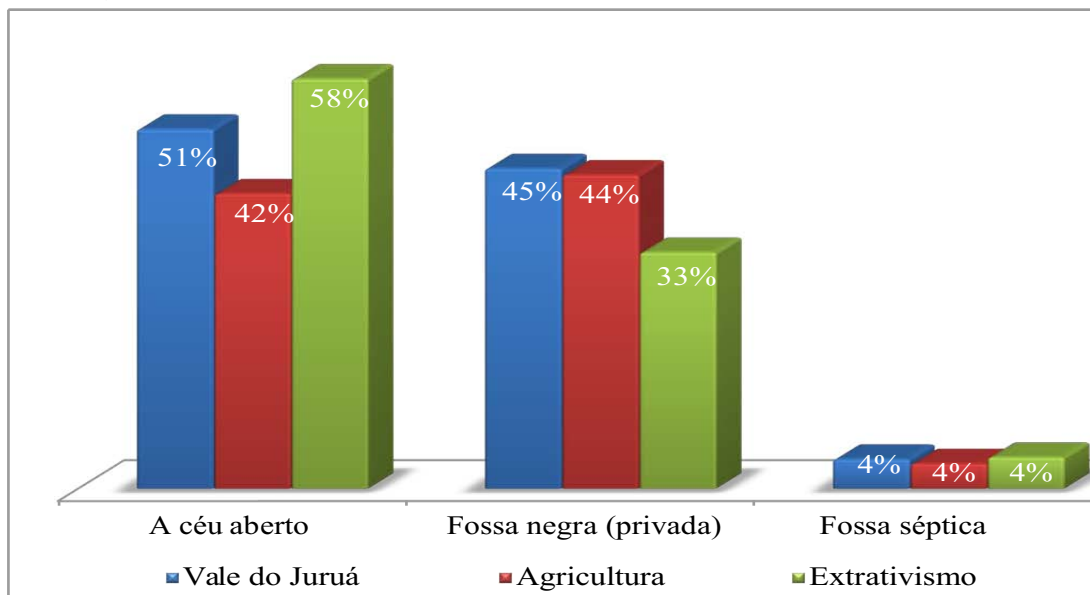


Os destaques são a forte presença da mortalidade infantil nos sistemas extrativista e agrícola e a dificuldade de acesso a escola no sistema extrativista, motivado pelas grandes distâncias inerentes ao sistema produtivo.

SITUAÇÃO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS

No Vale do Juruá, em sua grande maioria, o esgoto é lançado a céu aberto (51%) e a fossa negra (45%), conforme a figura 69.

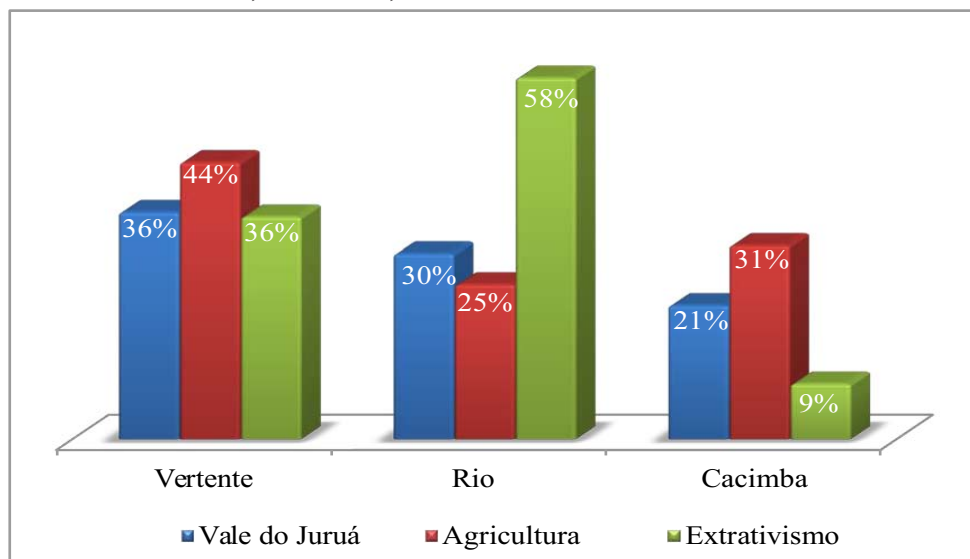
Figura 69 – Principais destinos do esgoto, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006/2007, Acre - Brasil.



Destaca-se no sistema extrativista, que em cerca de 58% dos domicílios, o esgoto é destinado a céu aberto e 33% utilizam-se de fossa negra. A ocorrência de fossa séptica é mínima, em torno de 4% em todos os sistemas produtivos, indicando a necessidade de avançar na questão sanitária no meio rural.

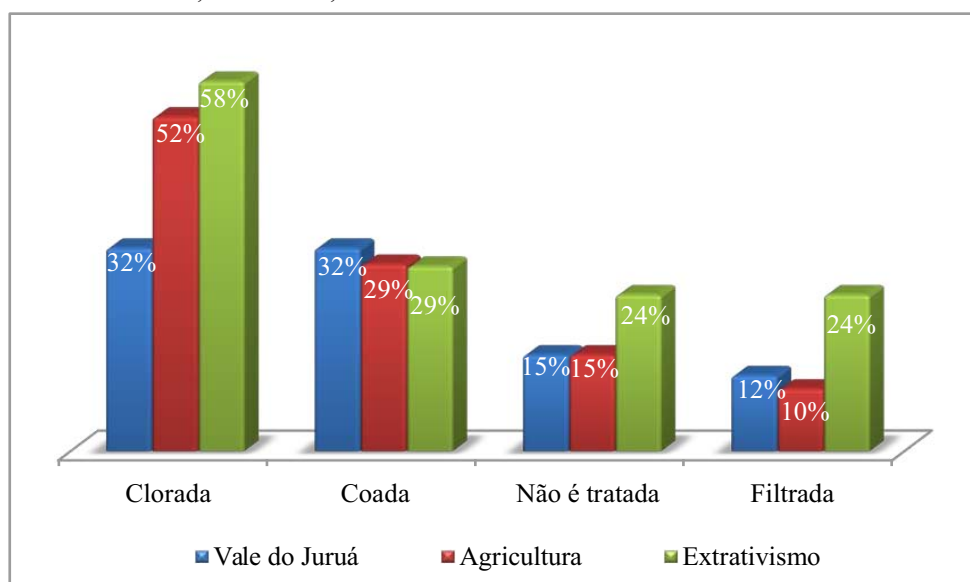
Analisando as principais fontes da água consumida no Vale do Juruá, constata-se que o sistema extrativista utiliza, em sua maioria, o rio como principal fonte, conforme a figura 70.

Figura 70 – Principais origens da água consumida, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006/2007, Acre - Brasil.



No Vale do Juruá, a utilização do rio como fonte de consumo de água é presente em 30% dos domicílios. Em decorrência da origem da água consumida, a cloração apresenta-se como um dos principais tipos de tratamento da água (ver figura 71).

Figura 71– Principais tratamentos para a água consumida, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006/2007, Acre - Brasil.

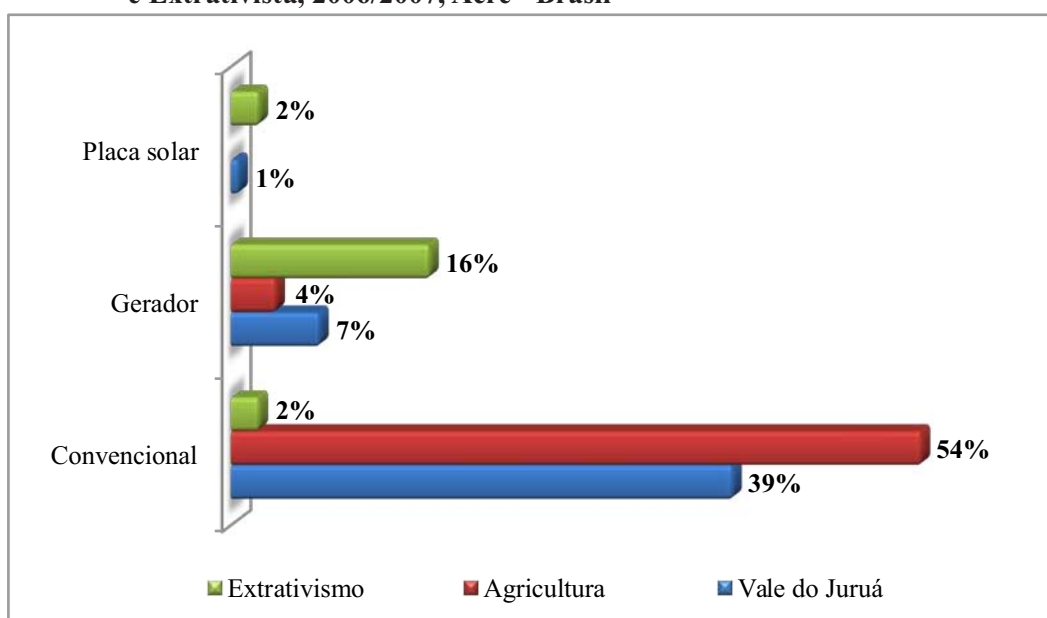


Apesar de a cloração ser o principal tipo de tratamento da água empregado, expressivo percentual de UPF's ainda não tratam a água (15% na agricultura e 24% no extrativismo), bem como ainda utilizam tratamentos rudimentares, como a coação.

SITUAÇÃO DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS

Nas condições habitacionais do Vale do Juruá, relativamente ao acesso à energia elétrica, a fonte convencional é largamente utilizada no meio rural, principalmente no sistema agrícola, em virtude das reduzidas distâncias para tais localidades comparativamente às distâncias do extrativismo.

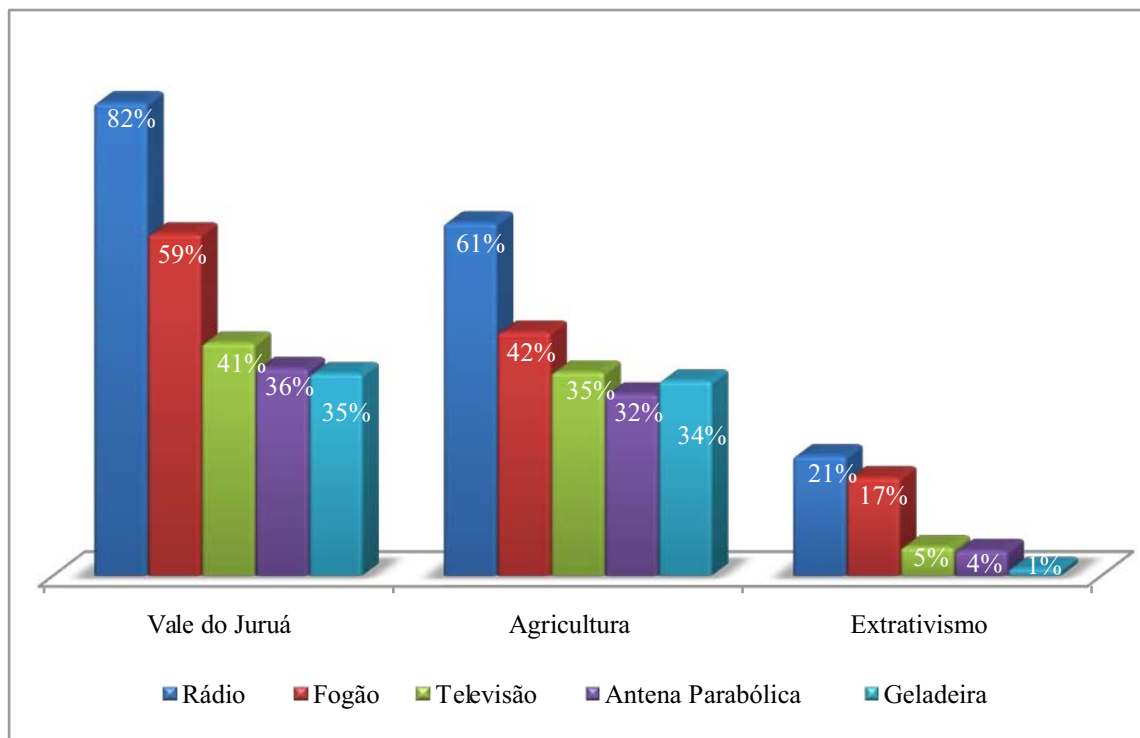
Figura 72 – Acesso a energia elétrica por UPF (%), Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006/2007, Acre - Brasil



Com base na figura 72, no sistema extrativista, o acesso à energia é insuficiente, tendo em vista o baixíssimo atendimento, seja por placa solar ou por gerador, 2% e 16%, respectivamente.

A melhor cobertura de energia no sistema agrícola reflete o uso mais difundido de eletrodomésticos nos domicílios, conforme mostra a figura 73.

Figura 73 – Ocorrência de principais bens duráveis por UPF, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006-2007, Acre - Brasil

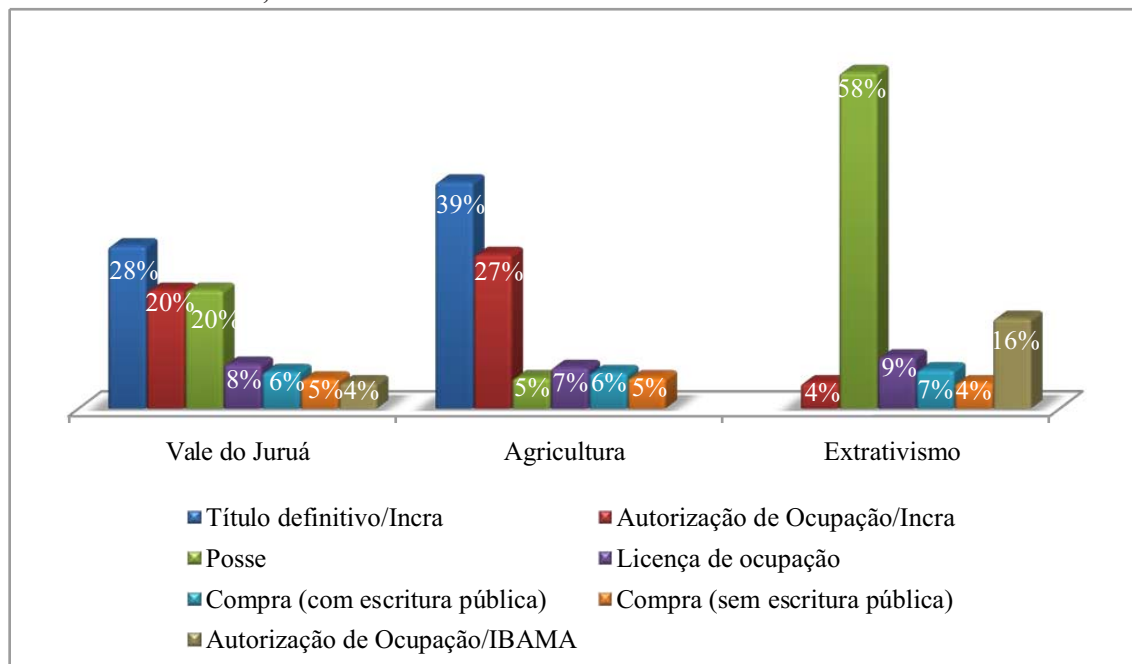


O maior uso de eletrodomésticos no sistema agrícola está mais ligado à melhoria das condições de vida da população do que à oportunidade para novas atividades produtivas ou diversificação de atividades produtivas já existentes. Isto é reflexo da recente cobertura de energia elétrica no meio rural no Acre, e, portanto, este, ainda, é um período de maturação de possibilidades produtivas, para as quais a capacidade da rede deverá estar adequada.

SITUAÇÃO DO ACESSO AOS RECURSOS NATURAIS

As formas de acesso à terra no meio rural no Vale do Juruá são variadas, conforme mostra a figura 74.

Figura 74 – Principais formas de acesso à terra, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006/2007, Acre – Brasil

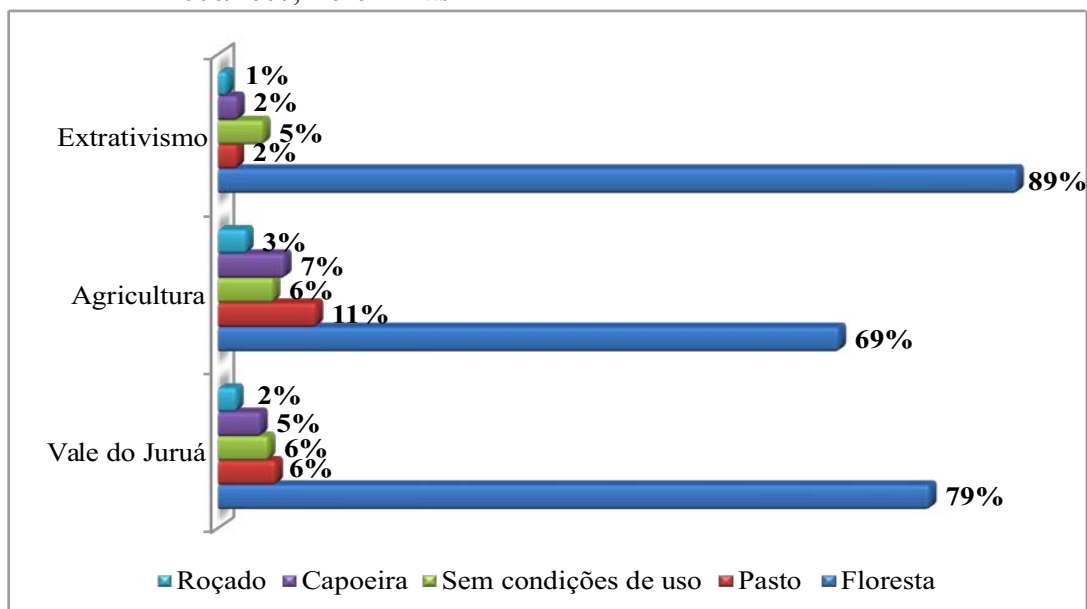


A posse é a principal forma de acesso à terra no sistema extrativista, 58% contra apenas 16% de acesso via autorização de ocupação do IBAMA. Neste caso, a migração das famílias é responsável pelo expressivo quantitativo de acesso via posse, pois, em sua maioria, as áreas extrativistas localizam-se em unidades de conservação, sendo apenas a autorização o meio adequado ao acesso à terra.

No sistema agrícola, diferentemente, a principal forma de acesso à terra ocorre via titulação definitiva e autorização de ocupação do INCRA, em cerca 39% das UPF's.

Ao considerar os diversos usos da terra no Vale do Juruá, verifica-se a forte presença de cobertura florestal, ocupando cerca de 79% da área da região, conforme a figura 75.

Figura 75– Principais usos da terra, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006/2007, Acre - Brasil

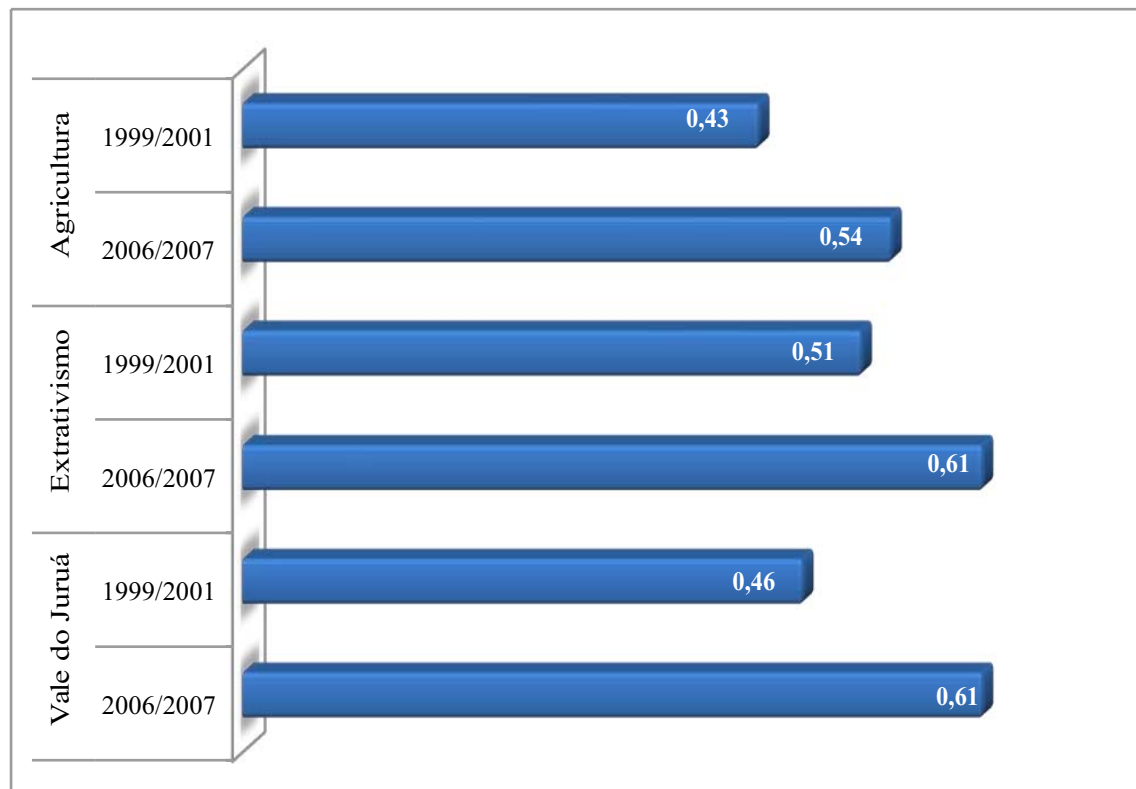


Como o esperado, no sistema extrativista a cobertura florestal é maior, ocupando 89% da área, e no sistema agrícola o destaque é a baixa extensão de terras destinada à agricultura, comparando-a com o pasto (11%), à área de capoeira (7%) e a própria área sem condições de uso (6%).

SITUAÇÃO DO CAPITAL DAS UNIDADES PRODUTIVAS FAMILIARES

O índice de capitalização (IK) para o Vale do Juruá revela que, mesmo havendo uma evolução positiva no período pesquisado, as atividades produtivas desenvolvidas ainda são intensivas em mão de obra, apresentando um IK menor que 1, conforme mostra a figura 76, evidenciando clara descapitalização das famílias.

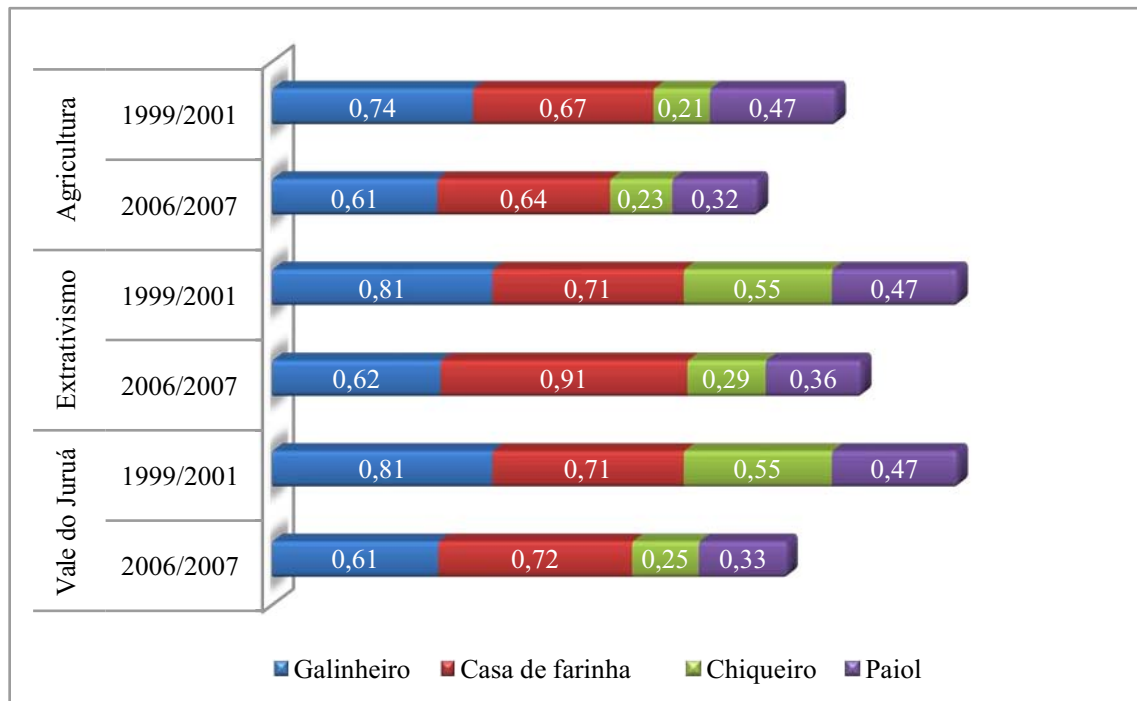
Figura 76– Índice de Capitalização (IK) mediano das UPF's, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 1999/2001 e 2006/2007, Acre, Brasil



Em uma situação de maior intensidade em mão de obra, ou seja, em que a força de trabalho empregada é superior aos capitais fixos e circulantes na atividade produtiva, constata-se que o sistema extrativista possui uma situação mais favorável à tecnificação, com um índice de capitalização no extrativismo de 0,61 contra 0,54 do sistema agrícola, para 2005/2006.

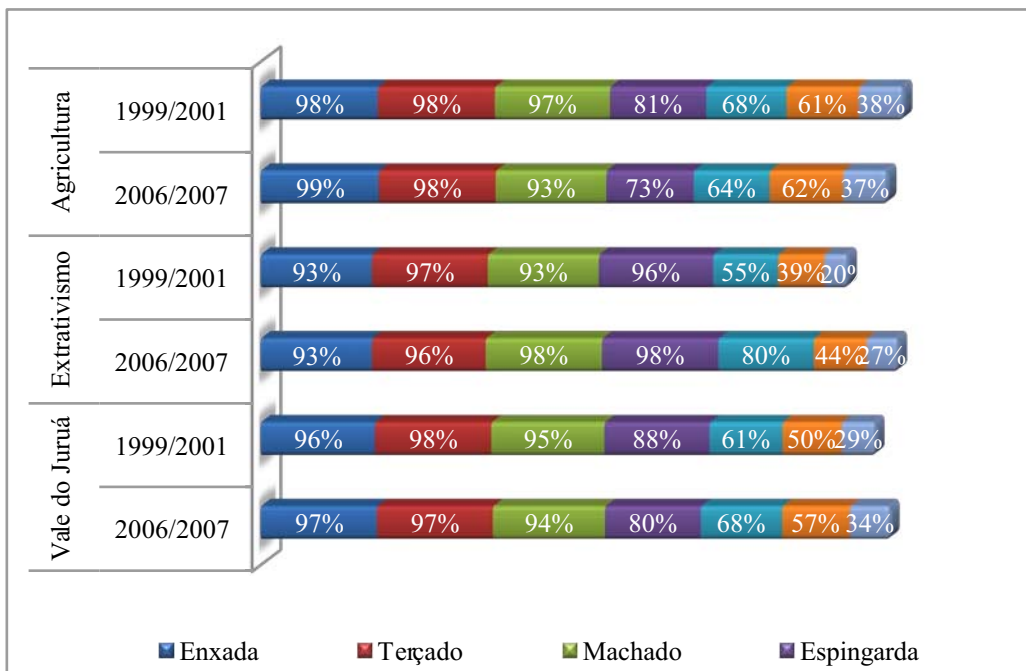
O IK do sistema extrativista é mais propenso à intensidade ao capital, porque a produção de farinha realizado no sistema é uma atividade produtiva, consolidada na região e em expansão. É possível observar que o capital fixo com mais robusta evolução no sistema extrativista é movido pela casa de farinha, conforme a figura 77.

Figura 77– Ocorrência percentual de capital fixo e circulante em mais da metade das UPF's, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 1999/2001 e 2006/2007, Acre - Brasil.



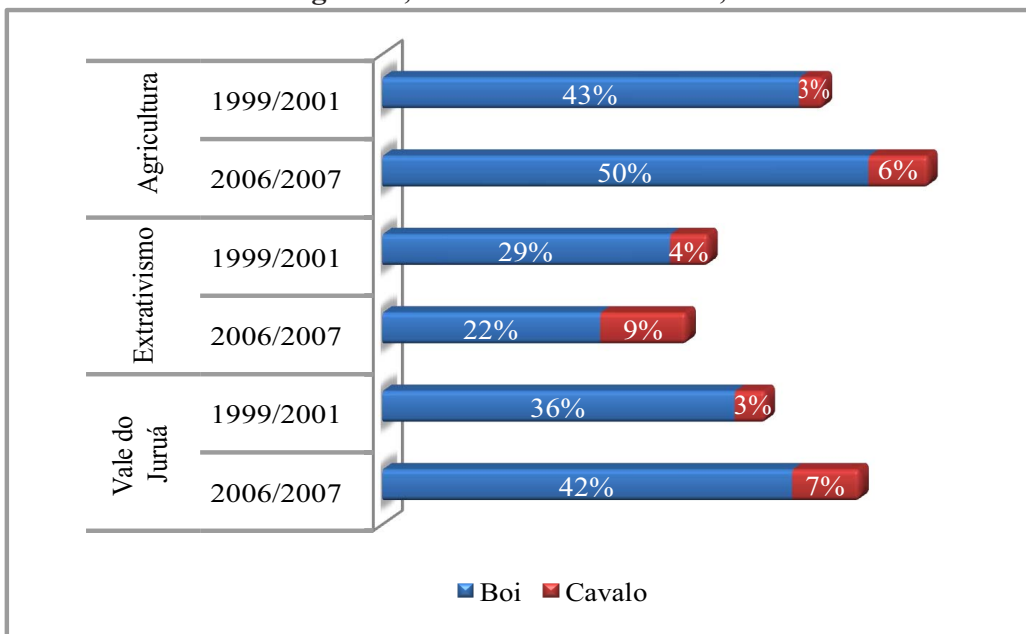
A alteração responsável pelo aumento do IK foi o capital fixo e circulante, tendo em vista não ter havido mudanças relevantes em relação à máquinas, equipamentos e ferramentas, conforme a figura 78, observando-se a manutenção da produção, ainda artesanal.

Figura 78 – Percentual de ocorrência de máquinas, equipamentos e ferramentas, Vale do Juruá, Sistemas Extrativista e Agrícola, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil



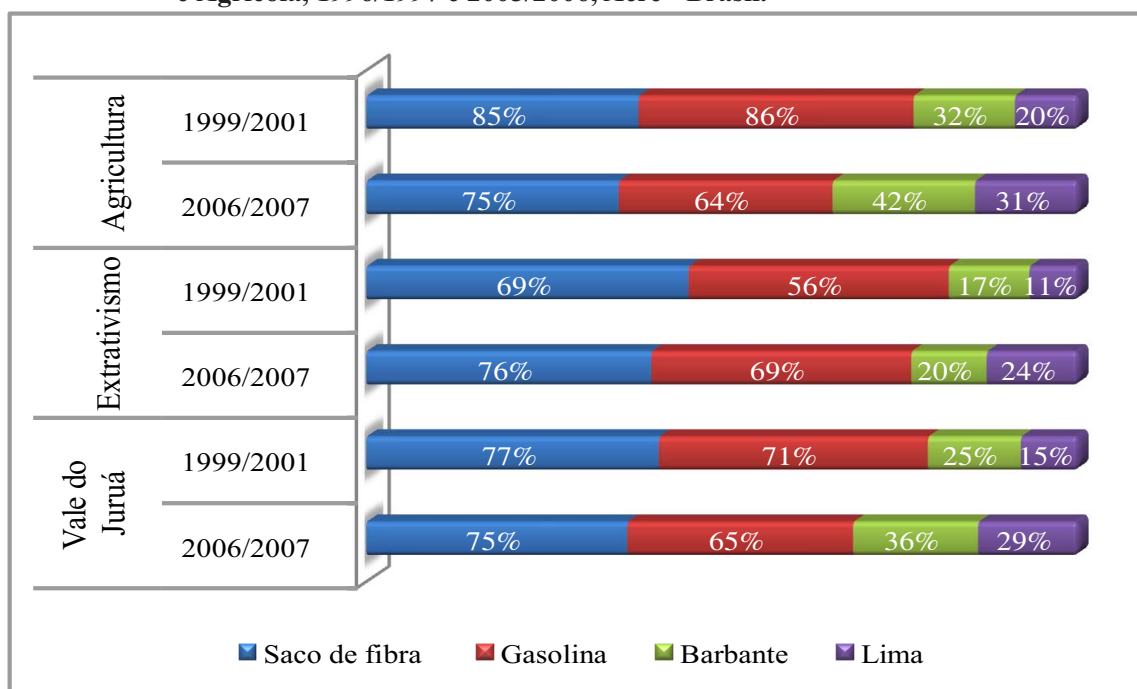
Ressalta-se, também, que não houve alterações importantes na ocorrência de animais de trabalho no Vale do Juruá, no período pesquisado, conforme constata-se na figura 79.

Figura 79 – Percentual de ocorrência de animais de trabalho, Vale do Juruá, Sistemas Extrativista e Agrícola, 1996/1997 e 2005/2006, Acre – Brasil



Nos insumos, a alteração observada encontra-se no sistema extrativista, exatamente no aumento de UPF's que usam gasolina, conforme aponta a figura 80.

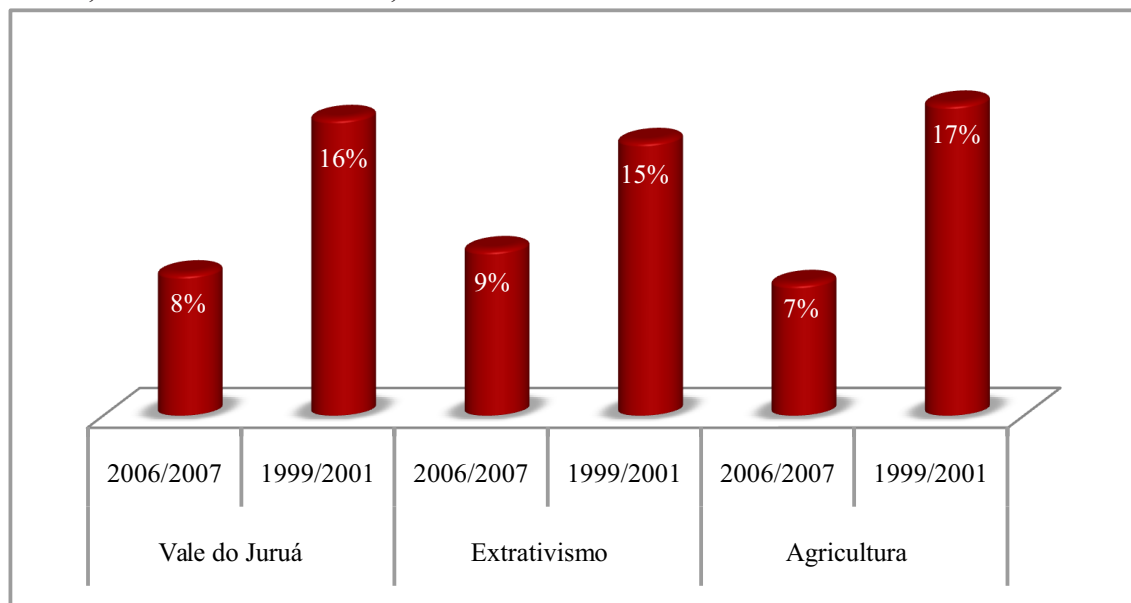
Figura 80 – Percentual de ocorrência de insumos, Vale do Juruá, Sistemas Extrativista e Agrícola, 1996/1997 e 2005/2006, Acre - Brasil.



O uso mais difundido da gasolina no sistema extrativista reflete o impulso da atividade produtiva ligada à produção da farinha, pois a gasolina é o combustível utilizado para fazer funcionar o equipamento da casa de farinha.

Para custear os custos inerentes às atividades produtivas, as famílias tiveram a sua disposição linhas de crédito, conforme aponta a figura 81, obviamente ainda pouco utilizadas pelos produtores rurais.

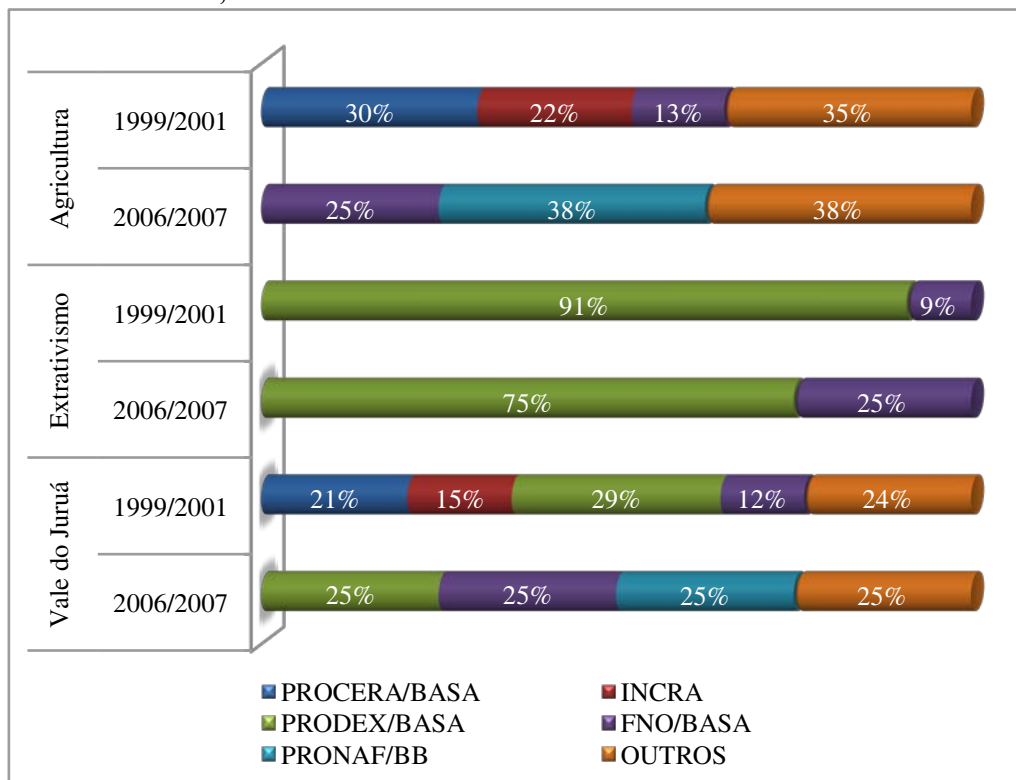
Figura 81– Percentual de UPF's que acessaram algum tipo de crédito bancário, Vale do Juruá, 1999/2001 e 2006/2007, Acre – Brasil



Observando o comportamento da contratação de créditos na atividade produtiva, observa-se um declínio entre os anos agrícolas de 1999/2001 e 2006/2007. A possível origem do baixo acesso ao crédito vem da inexistência de uma atividade produtiva, notadamente rentável, que viabilize o aumento de compromissos frente ao sistema bancário.

Conforme mostra a figura 82, existem linhas de créditos específicos para cada sistema de produção.

Figura 82 – Percentual de ocorrência das principais linhas de créditos identificadas entre as UPF's financiadas, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 1999/2001 e 2006/2007, Acre – Brasil

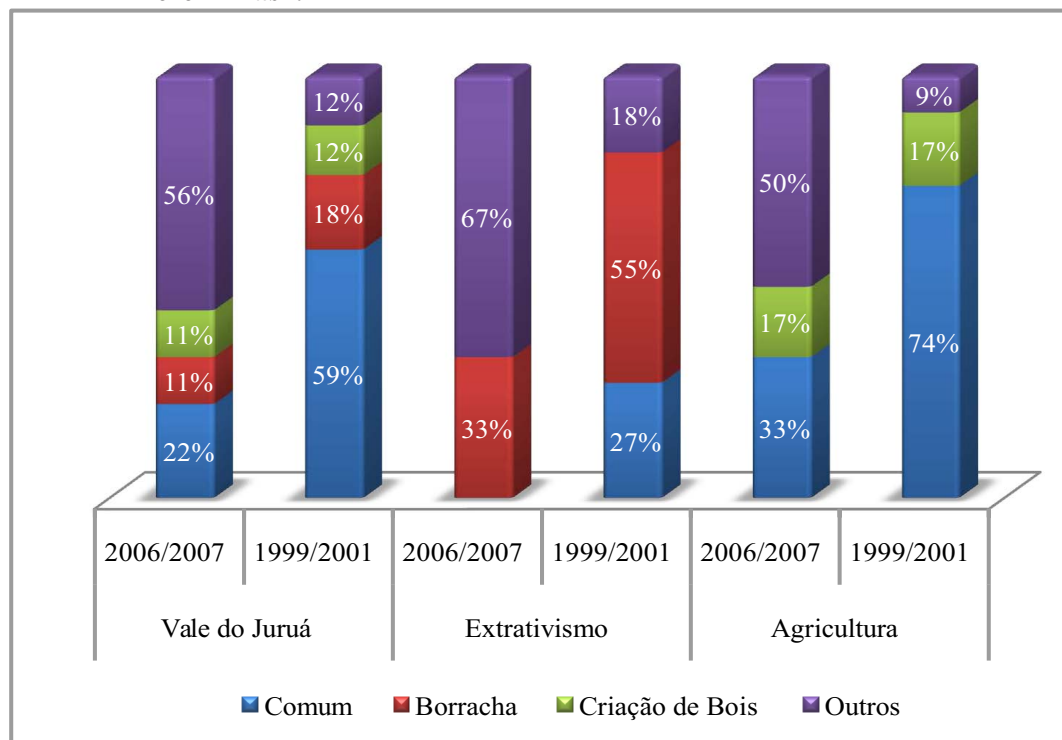


Para o sistema extrativista, o acesso às linhas de créditos ocorreu via Banco da Amazônia S.A, e, no período pesquisado, o FNO se tornou mais comum, passando de 9% para 25% das UPF's, que acessaram esta linha de crédito. Já no sistema agrícola, o PROCERA deu lugar à maior difusão do FNO/BASA e abertura ao PRONAF.

É importante ressaltar que as unidades produtivas do sistema extrativista acessaram a carteira de créditos pelo BASA e os produtores do sistema agrícola acessaram tanto o BASA, quanto o Banco do Brasil.

Na figura 83, têm-se as principais atividades produtivas financiadas pelo crédito na região.

Figura 83 – Principais linhas de exploração beneficiadas pelos financiamentos obtidos pelas UPF's, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 1999/2001 e 2006/2007, Acre – Brasil.



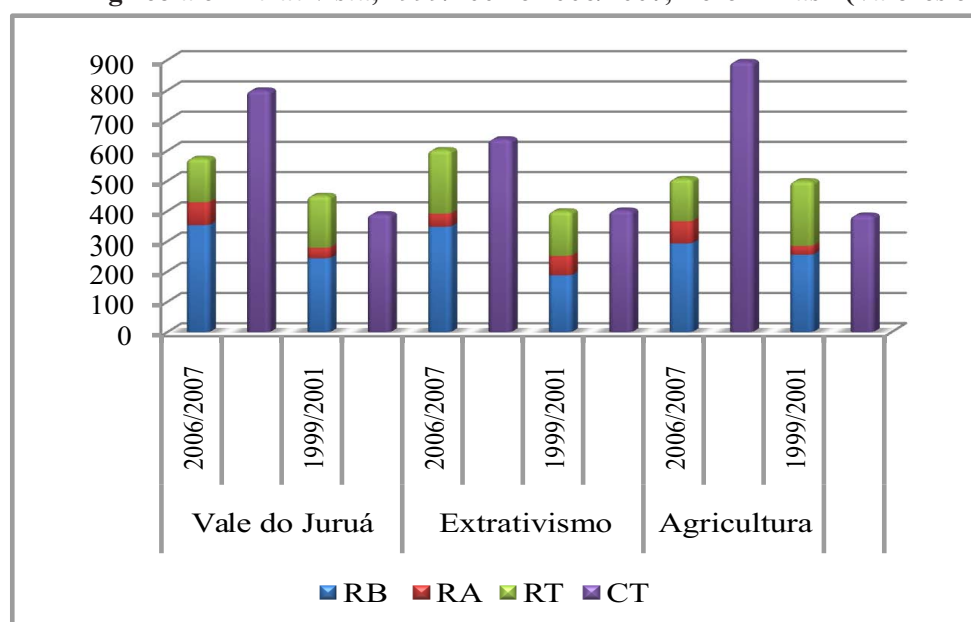
O acesso à linha de crédito para a produção da borracha se reduziu no período pesquisado, passando de 55% para 33% das UPF's, abrindo espaço para outras linhas de exploração.

Os destaques são do sistema agrícola, que obteve uma redução de 74% para 33% de acessos de crédito para investimentos comuns na propriedade, isto é, investimentos que beneficiam toda a propriedade. Sendo assim, atualmente os investimentos se concentram mais nas linhas de exploração da unidade produtiva. Outro destaque refere-se à região como um todo, onde houve redução de UPF's que acessaram os créditos para investimentos comuns na propriedade, passando de 59% para 22%, bem como a diversificação de linhas de exploração financiadas pelo crédito.

SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO – RENDA BRUTA TOTAL versus CUSTO TOTAL

A situação do desempenho econômico do Vale do Juruá demonstra que as atividades produtivas não geraram receitas suficientes para arcar com os custos de produção, sendo necessário recorrer a outras fontes de renda, tais como o assalariamento fora da unidade e as transferências governamentais, para viabilizar a unidade de produção familiar, conforme demonstra a figura 84.

Figura 84– Relação entre renda bruta total e custo total, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 1999/2001 e 2006/2007, Acre - Brasil (Valores em R\$)

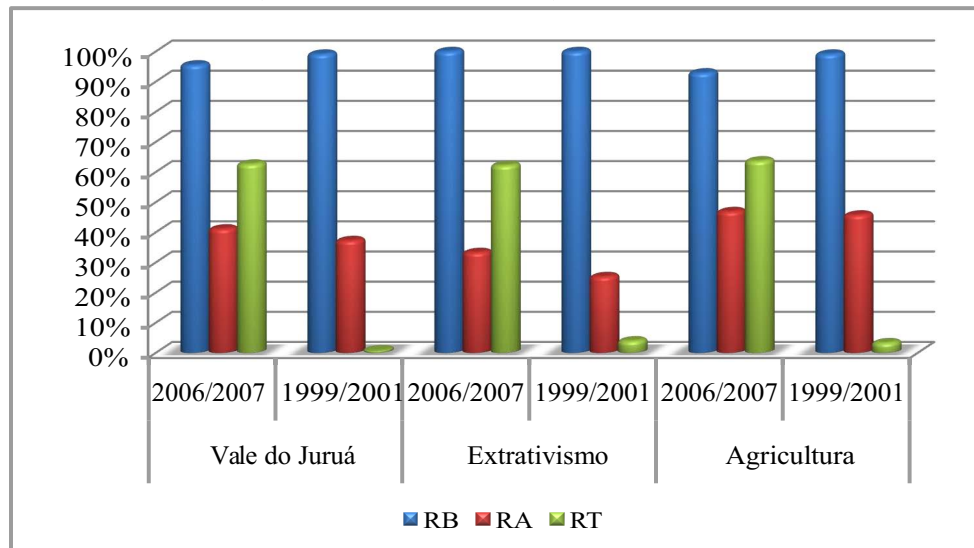


Obs.: CT – Custo Total; RT – Renda de Transferências Governamentais; RA – Renda de Assalariamento; RB – Renda Bruta

No período pesquisado, os custos associados à produção se elevaram, consideravelmente, no Vale do Juruá, com maior preponderância no sistema agrícola, para o qual os custos incorridos superaram em R\$ 400,00 (quatrocentos reais) o somatório da renda bruta de assalariamento e de transferência governamental.

As transferências governamentais desempenham um papel fundamental na viabilização das unidades de produção familiar no Vale do Juruá, onde a ocorrência deste tipo de renda está presente em mais de 60% das UPF's (ver figura 85).

Figura 85 – Ocorrência dos tipos de renda por UPF's, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 1999/2001 e 2006/2007, Acre - Brasil



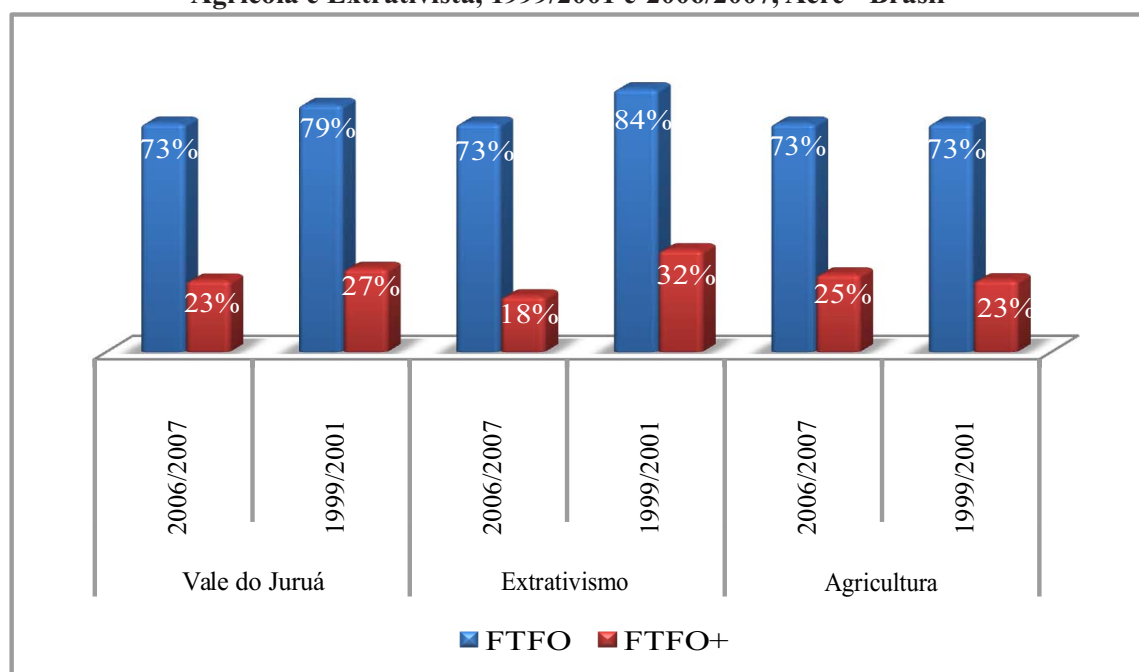
Obs.: RB – Renda Bruta; RA – Renda de Assalariamento; RT – Renda de Transferências Governamentais

Sendo assim, as rendas de transferências cumprem um importante papel no setor produtivo familiar rural do Vale do Juruá, tendo em vista que a renda originária da produção é insuficiente para cobrir os custos decorrentes da atividade produtiva.

SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO - OCUPAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

O uso da força de trabalho familiar no Vale do Juruá, no período pesquisado, não apresentou variações significativas, sendo constatada apenas uma redução da força de trabalho no sistema extrativista, conforme a figura 86, refletindo, em particular, a drástica redução na produção de borracha na região.

Figura 86 – Níveis de ocupação da força de trabalho familiar, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 1999/2001 e 2006/2007, Acre - Brasil

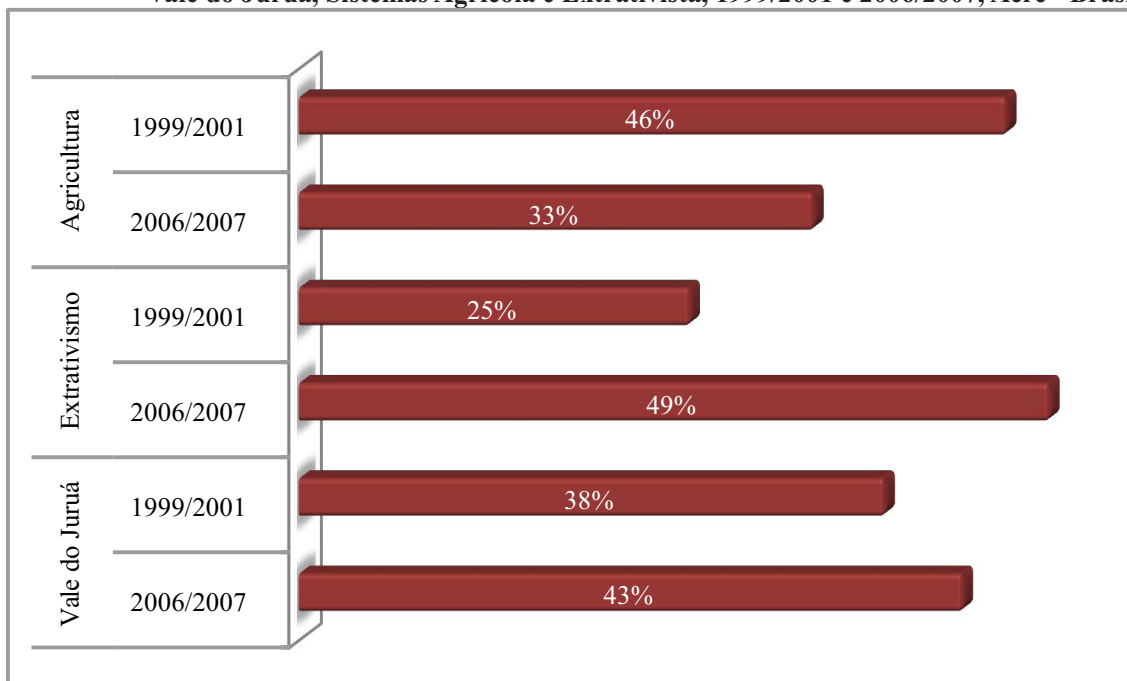


Obs.: FTFO – Força de Trabalho Familiar Ocupada; FTFO+ Utilização da Força de Trabalho Familiar Além da Disponibilidade

No Vale do Juruá, normalmente, cerca de um quarto da força de trabalho destina uma quantidade de horas trabalhadas superior à disponível. No caso específico do sistema extrativista, a força de trabalho superutilizada passou de 32% para 18%, e no sistema agrícola passou de 23% para 25%; isto é, houve um caminho inverso entre os sistemas produtivos, enquanto em um ocorreu a redução da superocupação, em outro ocorreu o aumento, evidenciando trajetórias distintas.

O leve aumento da superocupação no sistema agrícola convive com a redução do assalariamento fora da unidade de produção familiar (ver figura 87), evidenciando maior intensidade de trabalho na unidade produtiva.

Figura 87 – Percentual de UPF's que tiveram algum membro se assalariando fora da UPF, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 1999/2001 e 2006/2007, Acre - Brasil

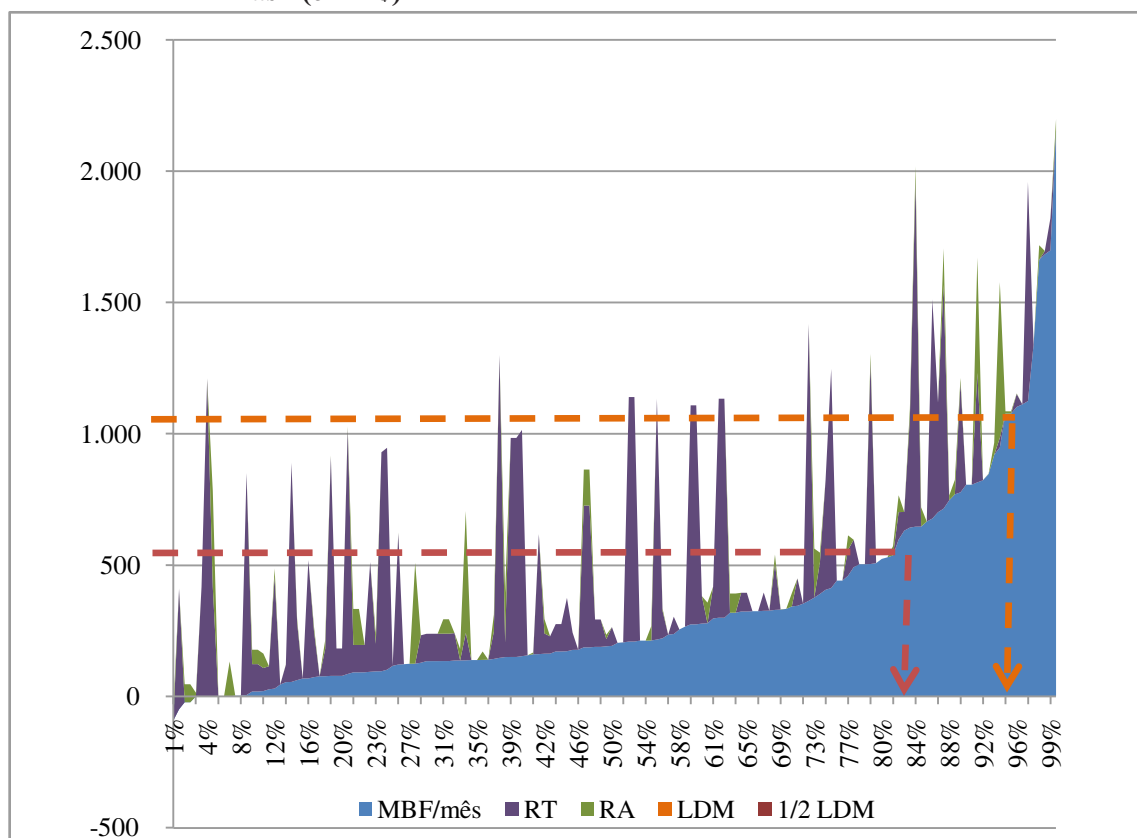


Por outro lado, no sistema extrativista houve a redução da superocupação da força de trabalho, passando de 25% para 49% o quantitativo de UPF com pelo menos um membro assalariado fora da unidade de produção, significando que há uma tendência de redução na intensidade da atividade produtiva no extrativismo e uma maior dependência do mercado na geração de renda.

SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO - LINHA DE REPRODUÇÃO FAMILIAR

A linha de dependência do mercado confirma a dificuldade de viabilização econômica das unidades produtivas familiares, onde é evidenciado que no Vale do Juruá, aproximadamente 82% das unidades não alcançaram a metade da renda necessária para o ano agrícola 2006/2007, e impressionantes 96% das UPF's estavam abaixo da linha de remuneração necessária para custear as despesas despendidas no mercado, de acordo com a figura 88.

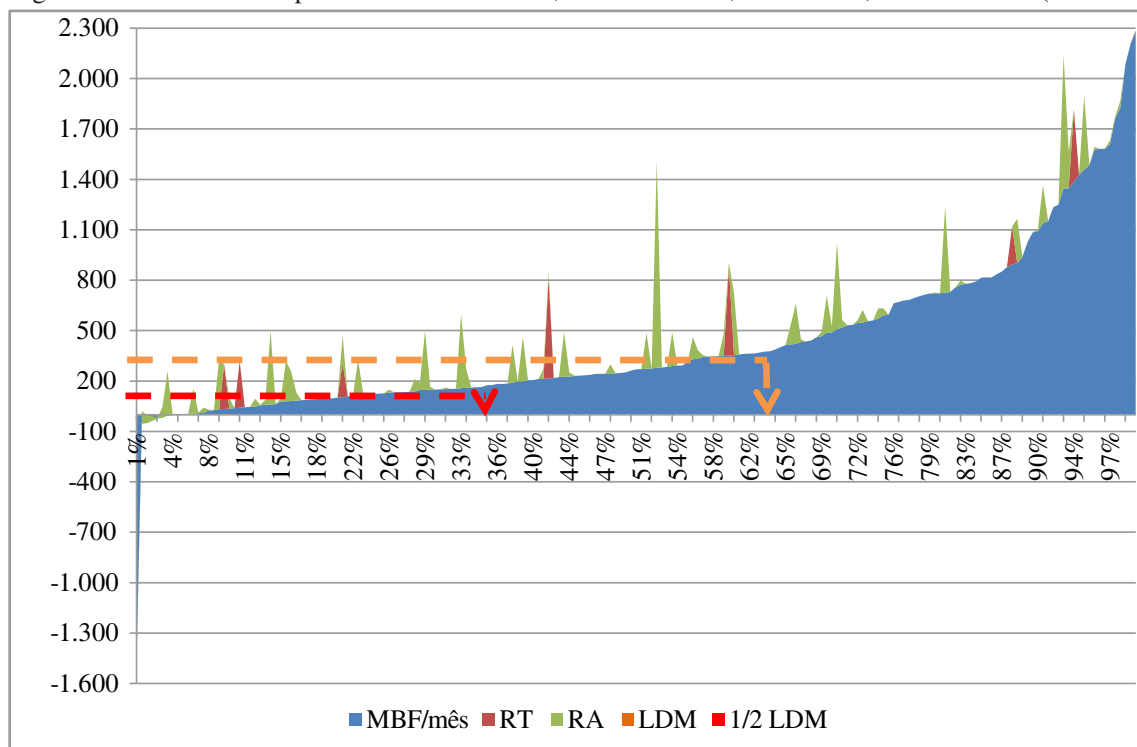
Figura 88– Linha de Dependência do Mercado, Vale do Juruá, 2006-2007, Acre – Brasil (em R\$)



Obs: MBF/mês-Margem Bruta Familiar; RT - Renda de Transferência; RA - Renda de Assalariamento; LDM - Linha de Dependência do Mercado

Essa é uma situação de extrema dificuldade de reprodução da unidade de produção, definindo uma situação de deterioração, quando comparada com a situação de reprodução da unidade de produção da região no ano agrícola 1999/2001, demonstrado pela figura 89. Ademais, verificam-se como primordiais as transferências governamentais para a manutenção das famílias.

Figura 89 – Linha de Dependência do Mercado, Vale do Juruá, 1999/2001, Acre – Brasil (em reais)



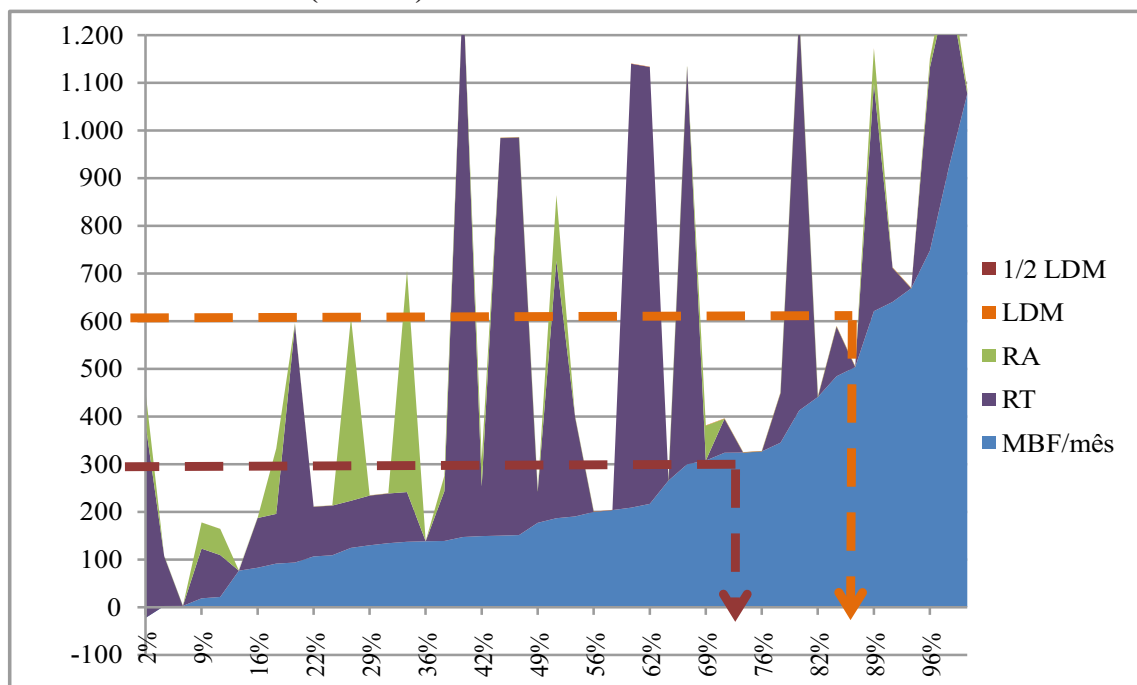
Obs: MBF/mês - Margem Bruta Familiar; RT - Renda de Transferência; RA - Renda de Assalariamento; LDM - Linha de Dependência do Mercado

Entre os períodos pesquisados, cerca de 35% de unidades produtivas alcançaram renda inferior ao necessário para custear suas demandas no mercado, sendo somadas às 62%, já com renda insuficiente em 1999/2001, totalizando 97% de UPF's com renda insuficiente.

Analisando especificamente as UPF's, com renda inferior à metade do necessário, constata-se que, no período considerado, aproximadamente 44% entraram na zona de baixíssima renda, evidenciando tratar-se de uma situação de sensível declínio da atividade produtiva.

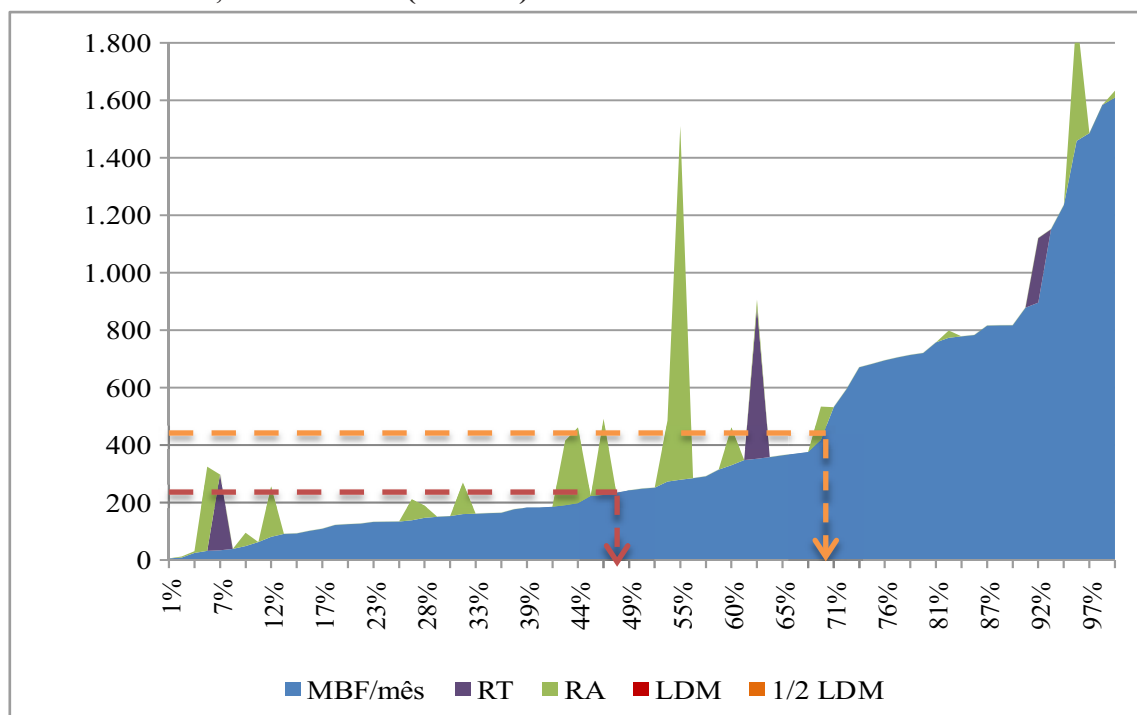
No sistema extrativista, a insuficiência na geração de renda recaiu sobre cerca de 89% das famílias, que alcançaram renda inferior ao necessário em 2006/2007. Em 1999/2001, esse número era 71%, demonstrando que houve um recuo em termos de geração de renda (ver figuras 90 e 91).

Figura 90 – Linha de Dependência do Mercado, Vale do Juruá, Sistema Extrativista, 2006-2007, Acre - Brasil (em reais)



Obs: MBF/mês - Margem Bruta Familiar; RT - Renda de Transferência; RA - Renda de Assalariamento; LDM - Linha de Dependência do Mercado.

Figura 91 – Linha de Dependência do Mercado, Vale do Juruá, Sistema Extrativista, 1999/2001, Acre - Brasil (em reais)

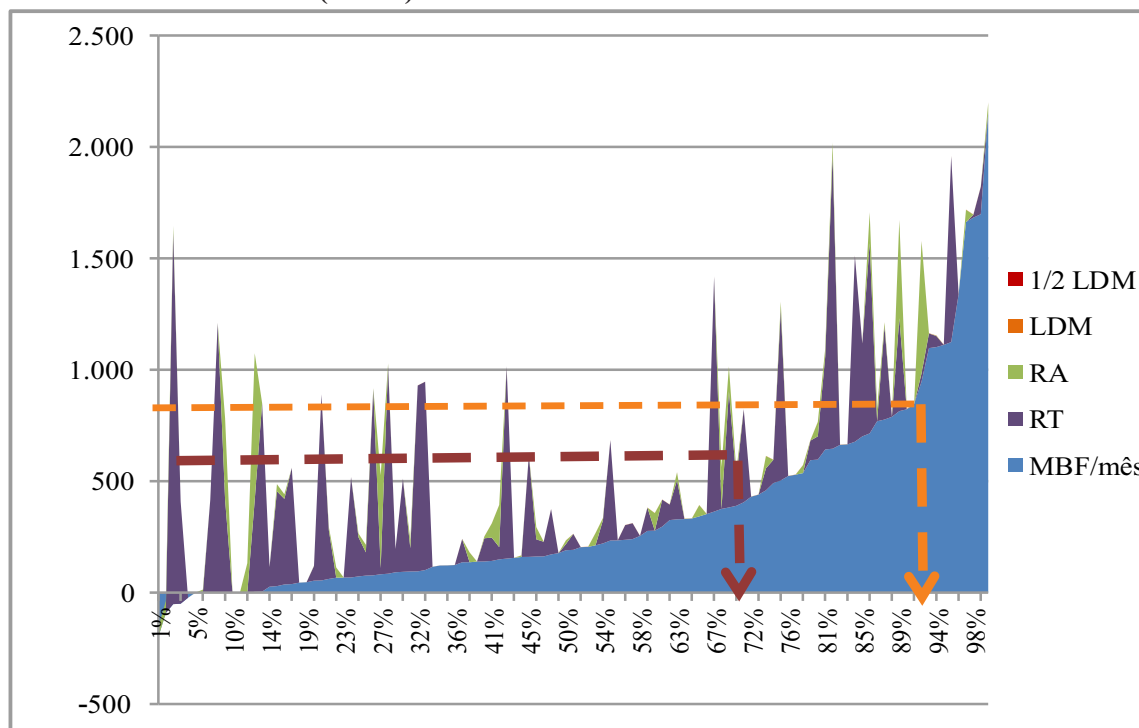


Obs: MBF/mês - Margem Bruta Familiar; RT - Renda de Transferência; RA - Renda de Assalariamento; LDM - Linha de Dependência do Mercado.

A renda adequada para custear as demandas da unidade no mercado passou de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para R\$ 600,00 (seiscentos reais) no sistema extrativista, no período considerado. Analisando as unidades produtivas, que estiveram abaixo da metade da renda necessária, observa-se que variou de 49% para 69% o quantitativo de UPF's nesta situação.

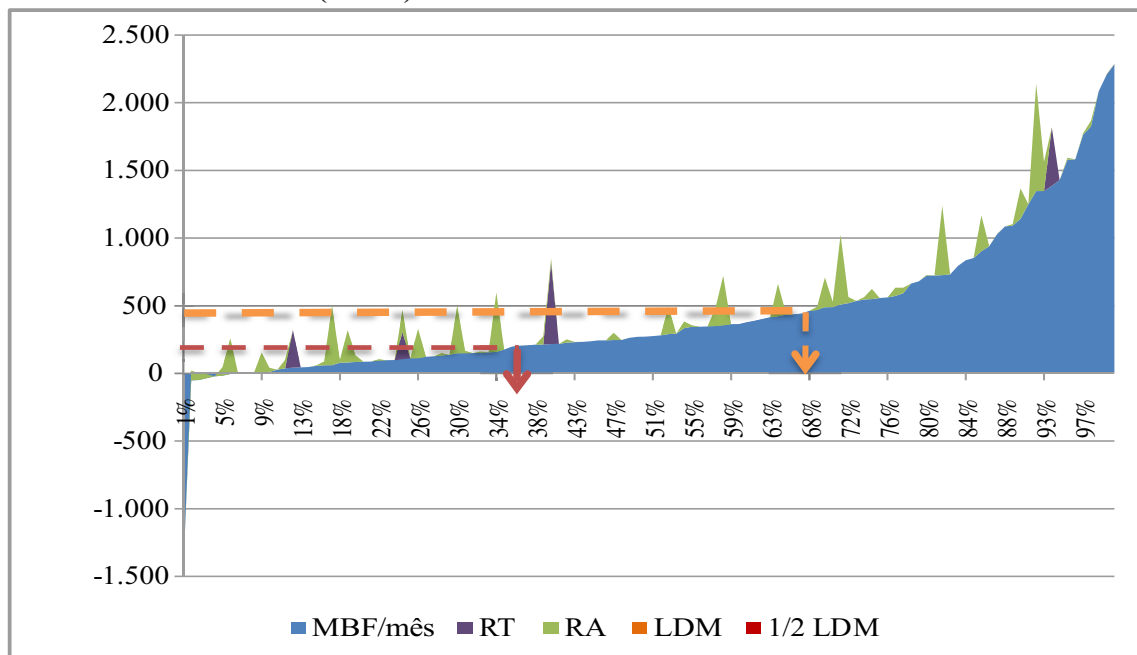
No sistema agrícola também ocorreu um recrudescimento, onde o percentual de UPF's que ficaram abaixo dos níveis adequados de geração de renda, evoluiu de 68% para 92%, bem como o percentual de UPF's com geração de metade desta renda evoluiu de 36% para 70% (ver figuras 92 e 93).

Figura 92– Linha de Dependência do Mercado, Vale do Juruá, Sistema Agrícola, 2006-2007, Acre – Brasil (em R\$)



Obs: MBF/mês - Margem Bruta Familiar; RT - Renda de Transferência; RA - Renda de Assalariamento;
LDM - Linha de Dependência do Mercado.

Figura 93 – Linha de Dependência do Mercado, Vale do Juruá, Sistema Agrícola, 1999/2001, Acre – Brasil (em R\$)



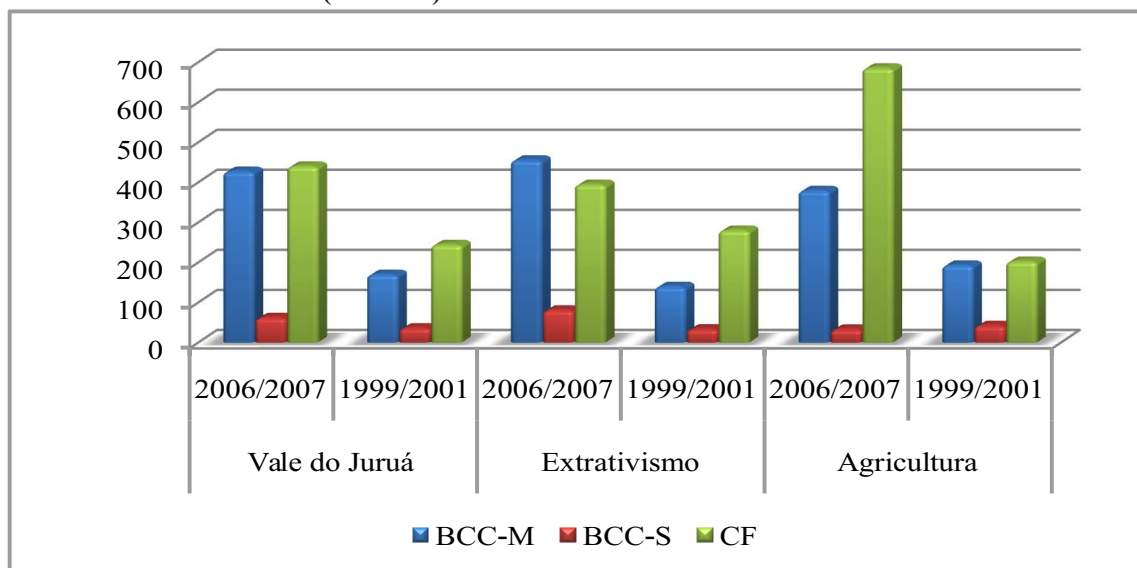
Obs: MBF/mês - Margem Bruta Familiar; RT - Renda de Transferência; RA - Renda de Assalariamento; LDM - Linha de Dependência do Mercado.

O fato de destaque é o aumento do valor de referência para o custeio das aquisições no mercado. Mesmo elevando-se esta referência, ainda é um percentual considerável de UPF's que estiveram abaixo do limite de renda específica para o sistema.

De forma análoga ao que ocorreu no Vale do Acre, também no Vale do Juruá mais unidades produtivas familiares auferiram renda bastante inferior ao necessário para custear as despesas no mercado, tanto para manter a família, quanto para manter a unidade de produção, podendo ocasionar, em última instância, a perda da unidade produtiva.

Ao verificar a composição da linha de dependência do mercado e a evolução desta, nos anos agrícolas de 1999/2001 e 2006/2007, constatou-se que custos com bens e reposição de custos fixos são os principais componentes da linha de dependência (ver figura 94).

Figura 94 – Composição da Linha de Dependência do Mercado, Vale do Juruá, 2006-2007, Acre - Brasil (em reais)



Obs.: BCC-M – Bens Comprados no Mercado; BCC-S – Serviços Comprados no Mercado; CF – Custo Fixo

Na evolução da composição dos custos de cada sistema de produção, nota-se que no extrativismo os gastos em custos fixos foram ultrapassados pelos gastos na aquisição de bens e serviços no mercado. Já no sistema agrícola, os gastos em custos fixos elevaram-se subitamente, contrariando o que ocorreu no extrativismo, significando investimento no custeio da atividade produtiva.

SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO - GERAÇÃO DE RENDA BRUTA

A geração de renda nos sistemas produtivos do Vale do Juruá está cada vez mais ligada à produção de macaxeira – notadamente seu principal subproduto, ou seja, a farinha de macaxeira –, sendo responsável por mais de 70% da renda gerada nos sistemas extrativista e agrícola, no ano agrícola 2006/2007, conforme mostra a tabela 15.

Tabela 15– Geração de Renda Bruta por linha de exploração, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006/2007, Acre - Brasil

Linhas de Exploração	Geração de Renda Bruta (%)					
	Vale do Juruá		Sistema Agrícola		Sistema Extrativista	
	1999/2001	2006/2007	1999/2000	2006/2007	2000/2001	2006/2007
Agricultura	64,44	74,18	75,66	74,60	39,59	71,29
Macaxeira	38,76	57,68	46,67	57,35	21,23	58,73
Arroz	13,16	4,82	15,45	5,10	8,08	3,94
Outros	12,52	11,68	13,54	12,15	10,28	8,61
Criações	20,46	29,31	13,78	24,27	34,58	21,11
Criação de bois	10,59	23,52	10,28	20,80	10,59	7,81
Outros	9,87	5,79	3,50	3,47	23,99	13,30
Extrativismo	15,1	2,19	10,57	0,54	25,12	7,60
Borracha	6,87	1,16	-*	-*	22,06	4,90
Madeira	6,31	1,03	9,05	0,52	-*	2,70
Outros	1,92	-*	1,52	0,02	3,06	-*

Obs.: -* Ausência da linha ou está diluída em outras

Entre os períodos pesquisados, no sistema extrativista ocorreu uma recomposição da renda, que se tornou menos diversificada e mais dependente da produção e comercialização de macaxeira, notadamente da farinha. Isso demonstra o declínio da produção e comercialização de borracha, principalmente pela desestruturação do mercado do produto na região, em particular pela falta de um dos elos do mercado – a demanda.

No sistema agrícola também ocorreu o aumento da participação da macaxeira (de 47% para 57%) e da criação de bois (10% para 21%) na renda do sistema em detrimento da produção de arroz, por exemplo.

Essa evolução da renda corresponde à composição da renda familiar para os sistemas produtivos, pois, na agricultura, elevaram-se os gastos com custos fixos, fato

explicado pelo aumento da produção de farinha, demandando do setor a construção/reforma/ampliação das casas de farinha, estrutura que comporta os equipamentos necessários à produção.

No sistema extrativista, o aumento relativo dos gastos com bens de consumo está relacionado ao espetacular reforço da produção da farinha e à queda da produção da borracha, bem como pela redução da produção para o autoconsumo.

Por um lado, a queda da produção da borracha libera força de trabalho para outras atividades produtivas bem como para o assalariamento fora da unidade de produção familiar, como evidenciado anteriormente. Por outro lado, o aumento da produção de farinha provoca um aumento dos bens comprados no mercado (insumos para a nova linha de exploração) e um leve aumento dos custos fixos, tendo em vista que as UPF's do sistema já possuem a estrutura para a produção da farinha.

SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO - PRINCIPAIS PRODUTOS

Conforme a tabela 16, percebe-se porque a pauta produtiva está menos diversificada na região do Vale do Juruá, com maior dependência da produção da macaxeira e derivados, notadamente da farinha. Dentre os principais produtos do Juruá, a produção de macaxeira para a produção de farinha foi a que mais se aproximou do equilíbrio (IEE igual a 1). Entretanto, nota-se a situação preocupante entre os produtores familiares, pois TODOS os produtos da região recrudesceram, apresentando situação de prejuízo.

Nesse sentido, a aposta na produção de farinha pode ser explicada tanto pela tradição da região como pelo fato de que foi o único produto com evolução positiva do preço. Contudo, os custos associados à sua produção cresceram duas vezes mais que o preço, evidenciando a necessidade de urgentes mudanças no processo produtivo.

Ora, essa afirmação é corroborada tanto pela produtividade do trabalho – remuneração da força de trabalho (MBF/Qh/d) abaixo do custo de oportunidade – quanto pela produtividade física da terra (qtde/ha), cujo ponto de igualação (ou de equilíbrio) é superior à produtividade verificada no período de estudo.

Em permanecendo a situação de ineficiência, o patrimônio das famílias coloca-se numa situação de risco, pois, após consecutivos ciclos produtivos, seria necessário ou vender tais ativos para cobrir os custos da atividade produtiva ou se valer do assalariamento fora da unidade de produção.

Estas duas alternativas são igualmente inadequadas, pois, se por um lado, os ativos da unidade forem alienados, esta não poderá continuar produzindo e nem mantendo as famílias nas unidades, e se, por outro lado, o assalariamento for utilizado como alternativa, então não há que se falar em unidade de produção familiar, pois estas perderão as características que as tornam unidades produtivas: produção realizada preponderantemente pela família.

Tabela 16 – Desempenho econômico dos principais produtos, Vale do Juruá, 2006/2007, Acre - Brasil

Linha de Exploração	MBF/Qt/d (R\$)	Evolução (%)*	MBF/RB	Evolução (%)*	IEE	Evolução (%)*	Custo Unitário (R\$)	Evolução (%)*	Preço (R\$)	Evolução (%)*	Qtde/Ha (Kg)	Evolução (%)*	PICT/Ha (R\$)	Evolução (%)*
Macaxeira - Farinha (S)	18,10	4,12%	0,86	19,14%	0,71	-34,96%	1,50	161,56%	0,97	53,99%	3.000,00	173%	5.510,33	466%
Arroz (S)	22,45	-27,35%	0,74	-11,41%	0,67	-38,86%	0,73	-69,08%	0,48	-81,40%	1.000,00	153%	2.116,48	843%
Arroz (C)	20,09	-63,60%	0,75	-12,93%	0,66	-71,84%	0,82	-27,11%	0,48	-81,40%	750,00	72%	1.675,26	564%
Criação de Bois	16,51	22,59%	0,84	26,62%	0,61	-16,16%	545,12	-25,29%	424,35	-19,48%	0,25	-54%	0,43	-51%

Obs.: * Relativo ao período 1999/2001; MBF/Qt/d - Remuneração diária da força de trabalho familiar; MBF - Margem Bruta Familiar; RB - Renda Bruta; IEE - Índice de Eficiência Econômica; C - Consorciada; S - Solteira

SITUAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO

No Vale do Juruá existe uma perigosa situação de ineficiência econômica (ver IEE), cujo agravamento se mostrou mais profundo no sistema agrícola, evoluindo negativamente em 49% (ver tabela 17). Isso pode ser explicado claramente pelo considerável aumento nos custos produtivos, especialmente dos custos fixos – mais de 100%, em oito anos –, e pelo decréscimo na geração de renda em torno de 30%.

Tabela 17 – Desempenho Econômico mediano por UPF, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006/2007, Acre - Brasil

Indicadores	Unidade	Vale do Juruá	Evolução (%)	Extrativismo	Evolução (%)	Agricultura	Evolução (%)
RB	R\$/mês	282,90	-28,53	219,50	-34,84	292,67	-31,20
RBT	R\$/mês	522,92	15,94	509,43	27,44	548,75	9,94
RL	R\$/mês	118,49	-44,45	96,64	-47,19	114,23	-48,39
MBF	R\$/mês	230,59	-14,74	186,57	-24,98	221,13	-19,64
CF	R\$/mês	533,71	112,97	176,71	-38,29	401,99	84,13
CV	R\$/mês	147,89	11,11	131,13	9,98	137,96	-12,03
VBCC	R\$/mês	1.320,56	544,17	347,83	117,07	542,83	139,07
LDM	R\$/mês	1.236,77	180,70	609,78	39,98	966,83	118,22
AC	R\$/mês	150,37	-66,65	192,11	-68,43	123,26	-71,52
NV	R\$/mês	460,08	-43,19	407,82	-57,27	388,29	-47,46
IEE	und.	0,43	-55,28	0,68	-8,78	0,53	-49,24
MBF/RB	und.	0,86	11,65	0,89	8,20	0,84	15,46
MBF/Qh/d	R\$/dia	23,49	44,62	20,62	40,44	18,25	2,42
TI	und.	1,06	97,55	0,71	51,17	1,12	101,69

Obs.: Resultados medianos por UPF; * Relativo ao período 1999/2001; RB - Renda Bruta; RL - Renda Líquida; MBF - Margem Bruta Familiar; CF - Custo Fixo; CV - Custo Variável; BCC - Bens e Serviços Comprados no Mercado; LDM - Linha de Reprodução Familiar; AC - Aucoconsumo; NV - Nível de Vida em termos monetários; IEE - Índice de Eficiência Econômica; MBF/Qh/d - Remuneração diária da força de trabalho familiar; TI - Termos de Intercâmbio.

O desempenho econômico insuficiente do conjunto da atividade produtiva no Vale do Juruá é agravado pela acentuada redução do autoconsumo, gerando maior necessidade de desembolso de recursos para aquisição de bens no mercado.

Esse aumento de desembolso reflete-se no aumento do patamar da linha de dependência do mercado, atualmente em R\$1.236,77/mês no Vale do Juruá, com uma variação de 180%. Esse aumento expressivo da linha de dependência do mercado demanda atividades produtivas eficientes economicamente, e, portanto, geradoras de receita capaz de fazer face às necessidades da unidade produtiva e das famílias.

Assim, as transferências governamentais (bolsa família, aposentadoria etc.) tornam-se primordiais para a manutenção das famílias da região, já que dobram a renda familiar, mas ainda insuficientes para os gastos necessários no mercado, uma vez que não cobrem nem a metade destes.

Por outro lado, o nível de vida, em termos monetários, que as famílias auferem é inferior ao salário mínimo mensal vigente no país, em 12% e 16% nos sistemas extrativista e agrícola, respectivamente. Isso explica porque muitas famílias optam por deixar suas áreas para tentar sobreviver nas cidades. Ressalta-se que em muitos seringais as famílias estão deixando os centros em busca das margens dos rios para buscar “melhor sorte”.

DESIGUALDADE DE RENDA

Do ponto de vista da distribuição das baixas rendas geradas na região do Vale do Juruá, a concentração de renda segue alta, nos mesmos níveis do Vale do Acre, em torno de 0,50, com uma pequena desconcentração no período, que pode ser atribuída ao extrativismo, mas com significativo aumento da concentração de renda nas áreas agrícolas, mesmo considerando a redução da diferença entre “ricos” e “pobres” no sistema agrícola. (tabela 18)

Tabela 18 – Indicadores de Desigualdade de Renda, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006/2007, Acre – Brasil

Descrição	Vale do Juruá		Extrativismo		Agricultura	
	2006/2007	Evolução* (%)	2006/2007	Evolução** (%)	2006/2007	Evolução*** (%)
Índice de Gini	0,49	-6,60	0,42	-5,45	0,52	12,22
% renda 10+	29%	10,37	23%	-5,08	19%	-38,73
% renda 50-	32%	-4,29	36%	62,20	22%	-14,85
10% rico / 50% pobre	0,89	15,32	0,62	-41,48	0,87	-28,05

Obs: *Em relação ao período de 1999/2001; **Em relação ao período de 2000/2001; ***Em relação ao período de 1999/2000

Vale notar que a diferença entre os 10% mais “ricos” e os 50% mais “pobres” diminuiu consideravelmente no extrativismo (41,48%) em favor dos últimos. Contudo, esse movimento pode ser mais bem analisado mediante a delimitação da linha de pobreza entre as famílias da região estudada. Ora, de acordo com a tabela 19, observa-se expressivo aumento de pobres (estrato D) e indigentes (estrato E) na região do Vale do Juruá, indicando que cerca de 20% das famílias estão com sérias dificuldades de reprodução. E para piorar o cenário, em torno de 38% das famílias estão com níveis de vida, em termos monetários, no limiar da pobreza, ou seja, entre a linha de pobreza e a apropriação de valores abaixo de 1 (um) salário mínimo. Ademais, praticamente não existe mais nenhuma família do extrativismo no estrato mais elevado.

Tabela 19 – Percentuais de Famílias por estrato de Nível de Vida, em termos monetários, em relação ao Salário Mínimo vigente, Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006/2007, Acre - Brasil

Estratos	Geral		Extrativismo		Agricultura	
	2006/2007(%)	Evolução* (%)	2006/2007(%)	Evolução** (%)	2006/2007(%)	Evolução*** (%)
A	1	-88	0	-99	3	-71
B	11	-63	9	-76	12	-59
C (a)	30	-25	33	-19	24	-36
C (b)	31	163	38	844	26	81
D	17	233	18	344	21	264
E	10	394	2	2122	15	351

Obs: * Em relação ao período 1999/2001; **Em relação ao período 2000/2001; ***Em relação ao período 1999/2000

A - Nível de Vida (NV) > 4 Salários Mínimos (SM)/mês;

B - 2 SM/mês < NV < 4 SM/mês;

C (a - alto) - 1 SM/mês < NV < 2 SM/mês;

C (b - baixo) - 1/2 SM/mês < NV < 1 SM/mês;

D - 1/2 SM/mês < NV < 1/4 SM/mês;

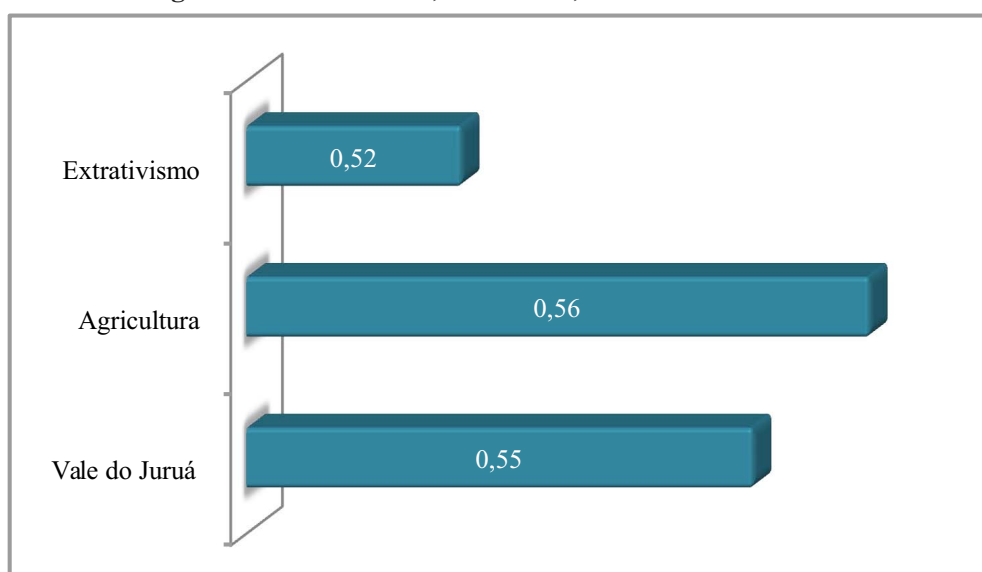
E - NV < 1/4 SM/mês;

Obviamente que as causas desses resultados estão também relacionadas aos baixíssimos rendimentos auferidos no processo produtivo pelas famílias, talvez como consequência dos baixos níveis de autoconsumo, levando ao círculo vicioso que movimentou negativamente as famílias dos estratos superiores (A, B e C) aos inferiores.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO FAMILIAR RURAL (IDF-R) - RESULTADOS

O desenvolvimento familiar rural medido pelo IDF-R mostra que o nível de qualidade de vida é considerado bom no Vale do Juruá, estando pouco acima de 0,50, contudo, ainda é insuficiente e preocupante, uma vez que está muito próximo de regular. (ver figura 95)

Figura 95 – Índice de Desenvolvimento Familiar Rural (IDF-R), Vale do Juruá, Sistemas Agrícola e Extrativista, 2006/2007, Acre - Brasil

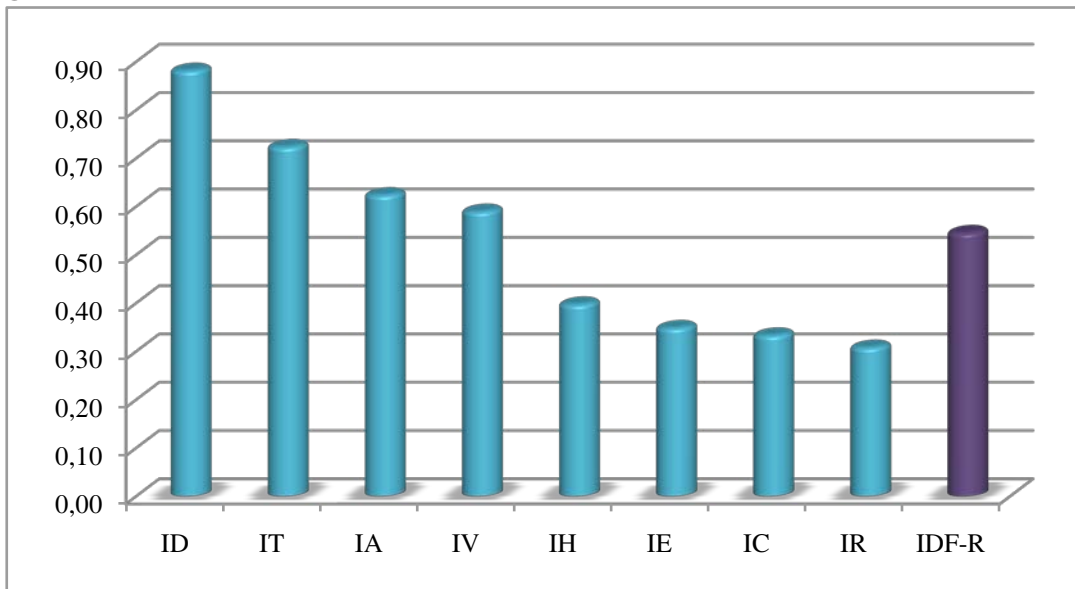


Obs.: IDF-R – Índice de Desenvolvimento Familiar Rural

Avaliados individualmente, o sistema agrícola apresenta a melhor situação em termos de qualidade de vida, com um IDF-R de 0,56 contra um IDF-R de 0,52 do sistema extrativista.

A composição do índice de desenvolvimento familiar no Vale do Juruá mostra que o desenvolvimento infantil é o indicador melhor posicionado e a renda é um dos principais desafios para se obter melhores condições de vida na região, conforme a figura 96.

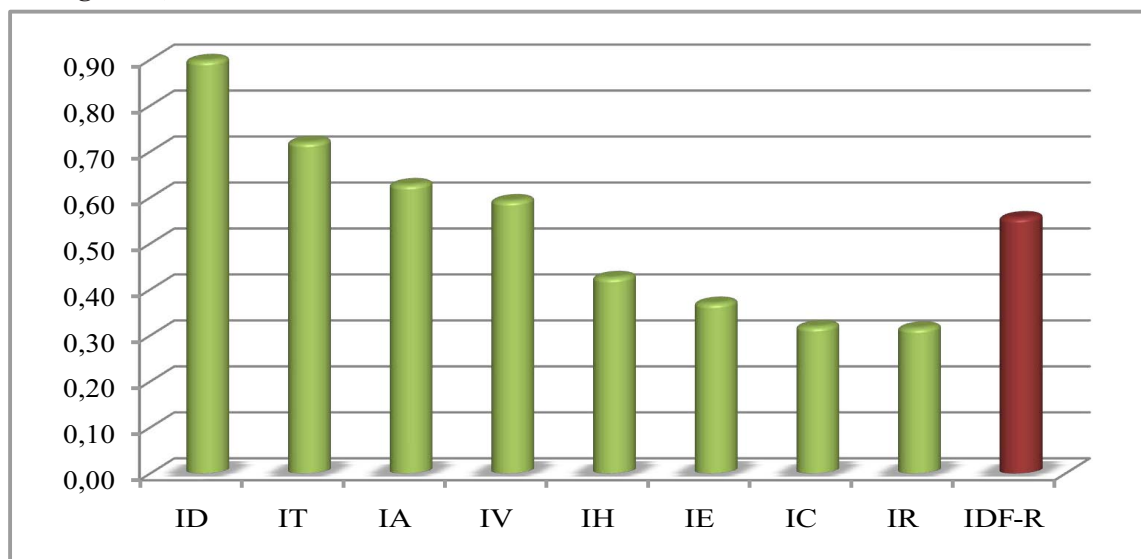
Figura 96– Índice de Desenvolvimento Familiar Rural, Vale do Juruá, 2006-2007, Acre - Brasil



Obs.: ID - Índice de Desenvolvimento Infantil; IT - Índice de Acesso ao Trabalho; IA - Índice de Condições Ambientais; IV - Índice de Ausência de Vulnerabilidade; IH - Índice de Condições Habitacionais; IE - Índice de Acesso ao Ensino; IC - Índice de Acesso ao Conhecimento Profissional e Tradicional; IR - Índice de Disponibilidade de Recursos; IDF-R - Índice de Desenvolvimento Familiar Rural.

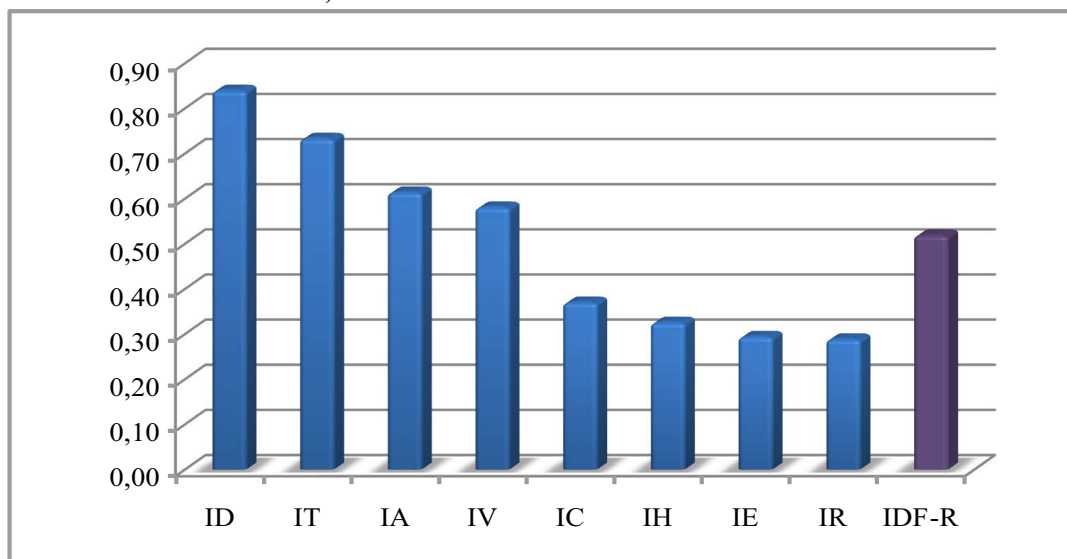
Mesmo com índices de desenvolvimento familiar diferentes para os sistemas extrativista e agrícola, os indicadores permanecem com a mesma estrutura, conforme as figuras 97 e 98.

Figura 97 – Índice de Desenvolvimento Familiar Rural, Vale do Juruá, 2006-2007, Sistema Agrícola, Acre - Brasil



Obs.: ID - Índice de Desenvolvimento Infantil; IT - Índice de Acesso ao Trabalho; IA - Índice de Condições Ambientais; IV - Índice de Ausência de Vulnerabilidade; IH - Índice de Condições Habitacionais; IE - Índice de Acesso ao Ensino; IC - Índice de Acesso ao Conhecimento Profissional e Tradicional; IR - Índice de Disponibilidade de Recursos; IDF-R - Índice de Desenvolvimento Familiar Rural.

Figura 98 – Índice de Desenvolvimento Familiar Rural, Vale do Juruá, 2006-2007, Sistema Extrativista, Acre - Brasil



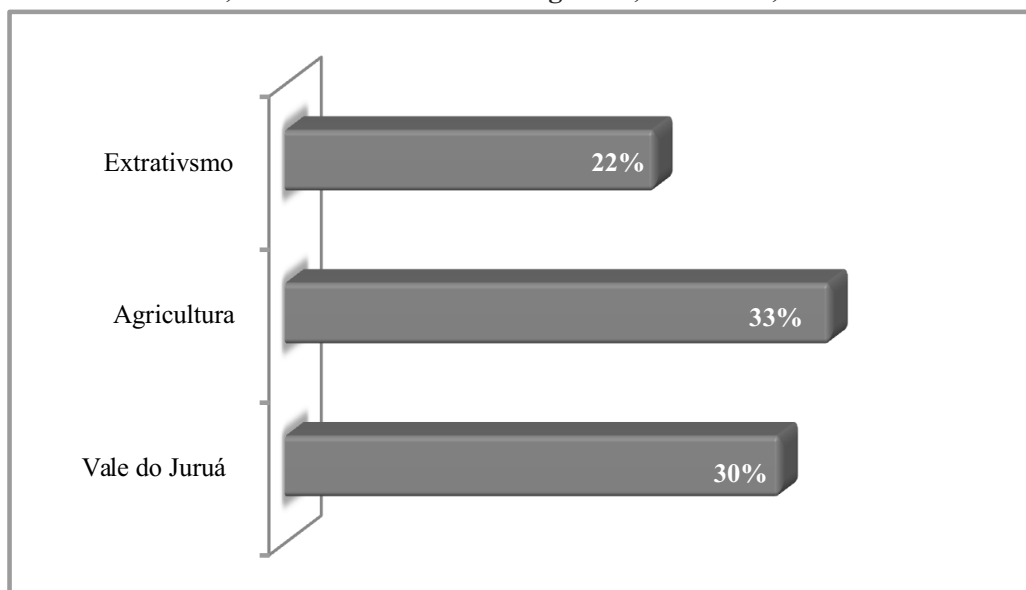
Obs.: ID - Índice de Desenvolvimento Infantil; IT - Índice de Acesso ao Trabalho; IA - Índice de Condições Ambientais; IV - Índice de Ausência de Vulnerabilidade; IH - Índice de Condições Habitacionais; IE - Índice de Acesso ao Ensino; IC - Índice de Acesso ao Conhecimento Profissional e Tradicional; IR - Índice de Disponibilidade de Recursos; IDF-R - Índice de Desenvolvimento Familiar Rural.

O índice de desenvolvimento familiar confirma, portanto, os desafios na geração de renda suficiente e eficiente da atividade produtiva, bem como a pouca acuracidade na definição da qualificação e requalificação profissional no meio rural do Vale do Juruá.

AValiação Estratégica - Resultados

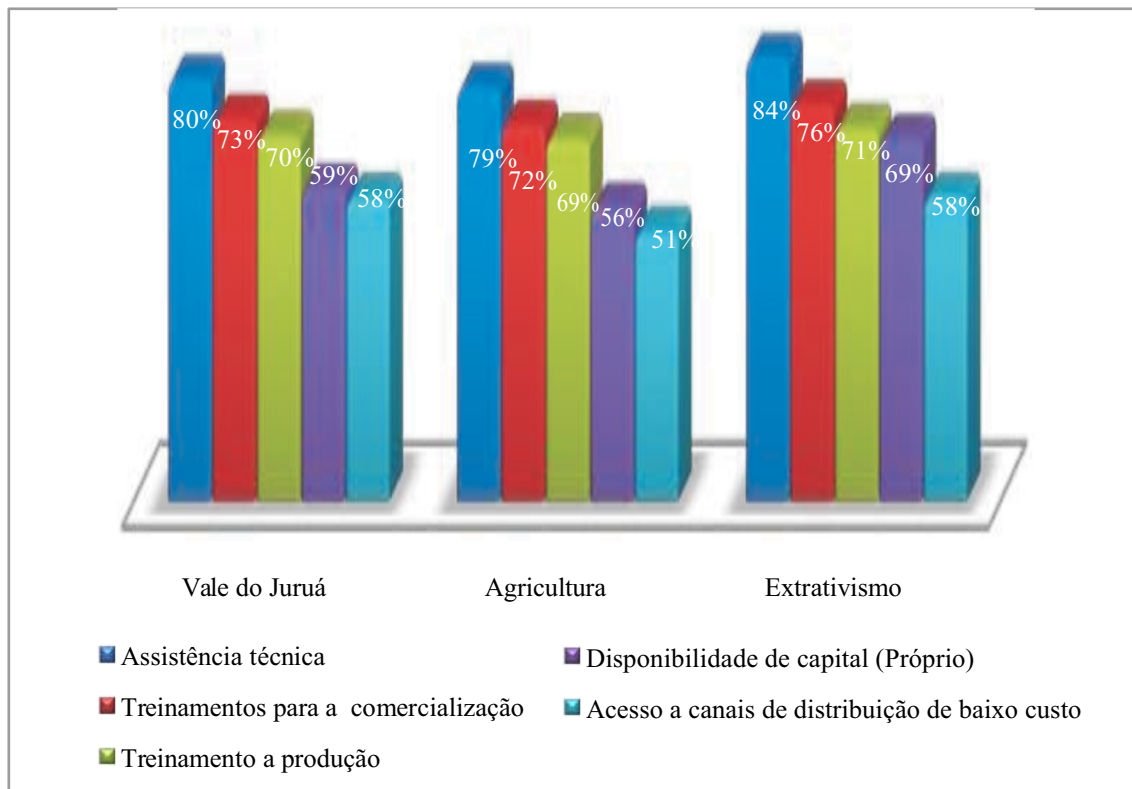
Apenas 30% das UPF's do Vale do Juruá declararam obter o dobro de vantagens em relação às desvantagens, no item condições gerais de acesso à assistência técnica, condições infraestruturais, de capacitação profissional, dentre outras, nos anos agrícolas de 2006/2007, conforme a figura 99.

Figura 99 – UPF's com o dobro de vantagens em relação às desvantagens competitivas, Vale do Juruá, Sistemas Extrativista e Agrícola, 2006/2007, Acre - Brasil.



Dentre as principais desvantagens relatadas nos sistemas de produção do Vale do Juruá estão a falta de assistência técnica, o treinamento voltado para a comercialização e treinamento para a produção, conforme a figura 100.

Figura 100 – Desvantagens competitivas relacionadas, Vale do Juruá, 2006-2007, Sistemas Agrícola e Extrativista, Acre - Brasil

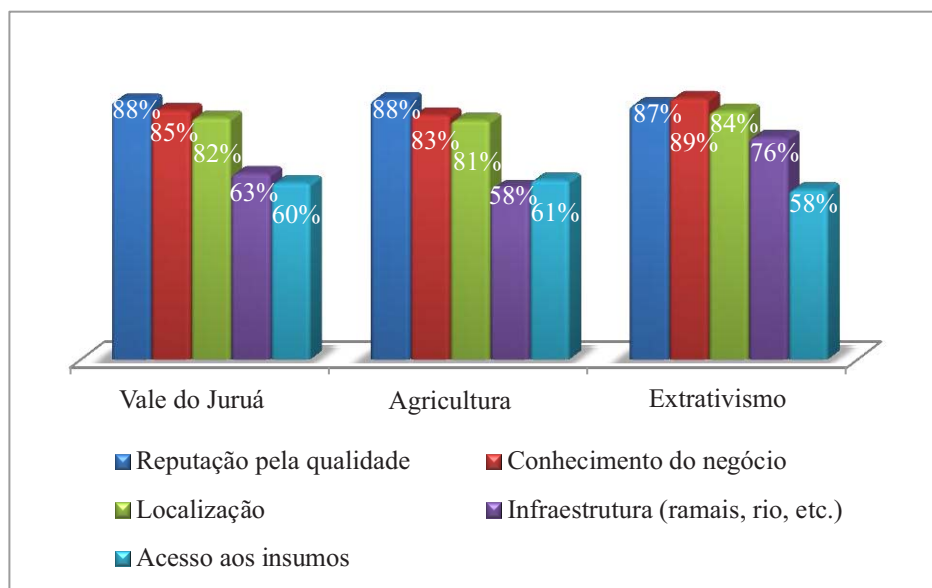


Um fato importante é que entre as principais desvantagens surge a disponibilidade de capital próprio para dar suporte à atividade produtiva em cerca de 59% das UPF's. Por outro lado, as UPF's têm um baixo acesso às linhas de financiamento disponíveis, correspondente a apenas 8% na região, conforme visto anteriormente. Esta situação pode ser ocasionada, ou pela dificuldade em acessar as linhas de financiamento ou pelo não interesse em utilizar as vias de financiamento, devido a uma rentabilidade duvidosa da atividade produtiva.

É interessante observar que o acesso a canais de distribuição de baixo custo surge apenas em último lugar dentre as principais desvantagens da região, sendo este mais oneroso se comparado aos custos vigentes no Vale do Acre.

Já as principais vantagens reconhecidas pelos produtores são a reputação (88%), o conhecimento do negócio (85%) e a localização (82%), apesar de a região estar associada a altos custos de transporte (ver figura 101).

Figura 101– Vantagens competitivas relatadas, Vale do Juruá, 2006-2007, Sistemas Agrícola e Extrativista, Acre - Brasil



Desse modo, observa-se uma avaliação positiva em relação às vantagens competitivas da produção familiar rural no Vale do Juruá, onde até a localização, em tese, considerada desvantajosa, é levantada como uma das principais vantagens competitivas da região.

VALE DO JURUÁ - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Vale do Juruá, a população rural é bastante jovem, com uma presença marcante de crianças, o que pode ocasionar reforço da força de trabalho familiar com esta faixa etária. Observando os sistemas produtivos, o sistema extrativista possui uma população mais jovem do que o sistema agrícola, tendo em vista a forte presença de crianças.

Há uma boa cobertura da educação no Vale do Juruá, contudo, a defasagem escolar é bastante presente, bem como o analfabetismo, que atinge cerca de 28% da população, principalmente entre a população adulta e idosa do extrativismo.

Observou-se, também, a falta de estratégia clara de qualificação e requalificação voltada para o fortalecimento das cadeias produtivas locais, dando lugar à pulverização dos esforços de treinamento e capacitação ocorrida na região.

Os sistemas produtivos ainda são intensivos em força de trabalho, isto é, ainda utilizam na produção mais força de trabalho do que capital. Ou seja, a produção nessa região é, ainda, claramente artesanal, denotando a emergência de grandes esforços para a modernização produtiva.

Na parte produtiva, enquanto o extrativismo despendeu menor uso da força de trabalho familiar na atividade produtiva, inclusive com redução da ocupação sobre a força de trabalho, bem como pelo aumento do assalariamento fora da unidade de produção, o sistema agrícola intensificou o uso da força de trabalho e reduziu o assalariamento fora da unidade produtiva.

Esse caminho inverso tem um mesmo ponto de partida: o crescimento da produção de farinha em detrimento da produção de borracha pela estrita falta de demanda. Por um lado, no extrativismo, o espetacular crescimento da produção de farinha representou o “abandono” da atividade extrativista, liberando grande volume de força de trabalho, tendo em vista tratar-se de atividade produtiva intensiva em força de trabalho. Por outro lado, na agricultura, esta atividade produtiva consome mais força de trabalho, pois, até então, as atividades utilizavam pouca força de trabalho. Mesmo havendo, no período pesquisado, maior difusão da produção de farinha no Vale do Juruá e daquele possuir melhor índice de eficiência econômica dentre as demais linhas de

exploração, o que se assistiu tanto na agricultura quanto no extrativismo foi a deterioração das condições econômicas das unidades produtivas.

Essa deterioração se concretizou no aumento das zonas de baixíssima renda de sistemas produtivos, ou seja, cresceu fortemente o segmento de UPF's que não geraram metade da renda necessária para custear suas necessidades. Mais ainda: vislumbra-se um cenário de fortalecimento da concentração de renda, com o aumento da pobreza na região. Mesmo diante deste quadro de dificuldades para a atividade produtiva rural, cerca de um terço das famílias identificam mais que o dobro de vantagens produtivas nesta região. Esta é uma avaliação positiva e bastante significativa para realinhar estratégias no sentido de identificar cadeias produtivas potenciais para a região, desenhar estratégias promotoras do desenvolvimento destas cadeias com os atores produtivos e institucionais correlacionados.

BIBLIOGRAFIA

ASPF - **Análise econômica dos sistemas de produção familiar rural da região do Vale do Acre**. Rio Branco: Departamento de Economia/UFAC, 2009. Disponível em: <<http://www.ufac.br/projetos/aspf/index.htm>>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2007. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/portal/>>

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário. 2007. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/>>

REGO, José F. do; COSTA FILHO, O. S.; BRAGA, R. A. da R. (Editores). **Análise econômica dos sistemas de produção familiar rural da região do Vale do Acre – 1996/1997**. Rio Branco: UFAC/SEBRAE/The Ford Foundation, 2003. 80p.

ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico do Acre – Segunda Fase. 2006. Disponível em: <http://www.seiam.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=458&Itemid=83>

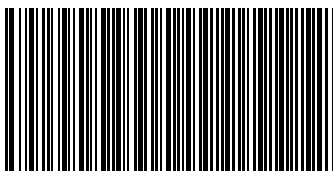
Realização



Apoio:



ISBN 978-85-98499-77-2



9788598499772



Edufac